

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DAIANE SANTANA SANTOS

**SUBSÍDIOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO SOCIOECONÔMICA EM
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-
MS: REALIDADE VERSUS PERSPECTIVAS**

AQUIDAUANA, MS
2020

DAIANE SANTANA SANTOS

**SUBSÍDIOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO SOCIOECONÔMICA EM
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-
MS: REALIDADE VERSUS PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada, como exigência do curso de Mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, sob a orientação do Professor Dr. Valter Guimarães.

AQUIDAUANA, MS
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidato: **Daiane Santana Santos**

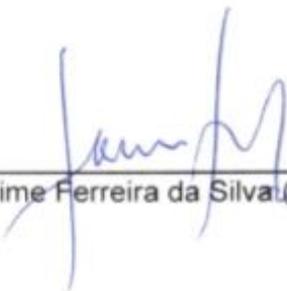
Dissertação defendida e aprovada em 19 de março de 2020 pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Valter Guimarães (Orientador)



Prof. Dr. Camilo Alejandro Bustos Ávila (CPAQ/UFMS)



Prof. Dr. Jaime Ferreira da Silva (CPAQ/UFMS)

AGRADECIMENTOS

À Deus...

Aos meus pais e irmãos. Obrigada pelo apoio de sempre e pela admiração por minha pessoa.

Aos assentados do Monjolinho e São Manoel, por terem aceito participar da pesquisa. Sem o Sim de vocês, esta pesquisa não teria sido possível.

Ao professor Valter Guimarães, pela orientação e incentivo de sempre. Gratidão.

Aos professores Camilo Alejandro Bustos Avila e Jaime Ferreira da Silva que compuseram a banca.

Aos demais professores do Programa de Mestrado PPGGEO/CPAQ, e também, aqueles que foram convidados para realizar palestras para a turma, no decorrer do semestre. Obrigada a todos.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO/CPAQ e também, ao secretário e colega de turma, Geovandir Lordano, pela presteza em nos atender.

Aos colegas da turma de ingresso, mestrado/2018, pelos momentos de aprendizado.

À querida Franciele Costa Martins pelo apoio para com os mapas. MUITÍSSIMO obrigada pela paciência nas explicações. A Geografia nos uniu.

Ao meu amigo de infância e acadêmico do curso de Geografia/Licenciatura, Jean Carlos de Souza, por ter me auxiliado em alguns dos trabalhos a campo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

À Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) de Anastácio/MS pelo empréstimo de mapas e discussões realizadas.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo central, criar subsídios ao entendimento da questão socioeconômica dos assentamentos rurais provenientes da reforma agrária, Monjolinho e São Manoel, localizados no município de Anastácio-MS. Além da revisão bibliográfica, foi realizado trabalho a campo com uso de entrevistas por meio da aplicação de formulários em ambos os assentamentos, utilizando-se do critério de amostragem. No São Manoel foram realizadas 30 entrevistas e no Monjolinho 32, sendo que foi considerado apenas as famílias que lá residem desde a fase de sua implementação ou ainda, aquelas que por motivos de falecimentos dos pais, permanecem morando nos lotes. Também foi realizada uma visita na sede de produção do grupo de mulheres dos referidos assentamentos e a busca de mapas do parcelamento dos lotes das áreas pesquisadas junto à Unidade da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) de Anastácio-MS, bem como, aproveitou-se a oportunidade para tratar de assuntos pertinentes às referidas áreas. Desta forma, foi possível diagnosticar que as famílias ao tomar posse dos lotes, receberam os primeiros créditos e isto permitiu a realização das primeiras plantações. Porém, não foram dados subsídios de comercialização para aquelas que conseguiram plantar e colher, ficando muitos, reféns dos chamados atravessadores. Com o decorrer dos anos e sem a possibilidade de realizar procedimentos de melhorias para o solo, os assentados passaram a investir no gado leiteiro e posteriormente, de corte. Assim, a atividade predominante entre as famílias entrevistadas é a prática da pecuária de corte e a agricultura passou a ser em sua maioria, para o consumo próprio da família. Em alguns casos, como ocorreu no Assentamento São Manoel, há a realização de plantações para a comercialização, que são fundamentais na geração de renda das famílias. Por outro lado, ainda no São Manoel, houve casos em que, mesmo o entrevistado relatando que realiza plantações, estes não consideram ser esta a atividade principal desenvolvida no lote. Portanto, diante de todo o processo de luta pela terra e na terra, as famílias que lá permanecem venceram os obstáculos que foram surgindo da maneira como melhor julgaram que fosse viável para garantir a (re)produção da família e diante disto, passaram a ter o assentamento como o seu território de vida, atribuindo valores sentimentais profundos e não se veem morando em outro lugar que não seja em “seu” lote.

Palavras-chave: Aspectos Socioeconômicos. Assentamentos Rurais. Reforma Agrária.

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo central, crear subsidios al entendimiento de la cuestión socioeconómica de los asentamientos rurales provenientes de la reforma agraria, Monjolinho y São Manoel, ubicados en el municipio de Anastácio-MS. Además de la revisión bibliográfica, fue realizado trabajo en campo con uso de entrevistas por medio de la aplicación de formularios en ambos asentamientos, utilizándose del criterio de muestreo. En São Manoel se realizaron 30 entrevistas y en Monjolinho 32, siendo que fue considerado sólo las familias que residen allí desde la fase de su implementación o aún, aquellas que por motivos de fallecimientos de los padres, permanecen viviendo en los lotes. También se realizó una visita en la sede de producción del grupo de mujeres de dichos asentamientos y la búsqueda de mapas del parcelamiento de los lotes de las áreas investigadas junto a la Unidad de la Agencia de Desarrollo Agrario y Extensión Rural de Anastácio (AGRAER), así como, se aprovechó la oportunidad para tratar temas pertinentes a dichas áreas. De esta forma, fue posible diagnosticar que las familias al tomar posesión de los lotes, recibieron los primeros créditos y esto permitió la realización de las primeras plantaciones. Sin embargo, no se han concedido subvenciones de comercialización a las que han sido capaces de plantar y cosechar, y muchos de ellos se han convertido en rehenes de los denominados intermediarios. Con el transcurso de los años y sin la posibilidad de realizar procedimientos de mejora para el suelo, los asentados pasaron a invertir en el ganado lechero y posteriormente, de corte. Así, la actividad predominante entre las familias entrevistadas es la práctica de la ganadería de corte y la agricultura pasó a ser en su mayoría, para el consumo propio de la familia. En algunos casos, como ocurrió en el asentamiento São Manoel, está la realización de plantaciones para la comercialización, que son fundamentales en la generación de renta de las familias. Por otra parte, aún en São Manoel, hubo casos en que, incluso el entrevistado relatando que realiza plantaciones, éstos no consideran esta la actividad principal desarrollada en el lote. Por lo tanto, ante todo el proceso de lucha por la tierra y en la tierra, las familias que allí permanecen vencieron los obstáculos que fueron surgiendo de la manera como mejor pensaron que sería viable para garantizar la (re)producción de la familia y ante esto, han pasado a tener el asentamiento como su territorio de vida, atribuyendo valores sentimentales profundos y no se ven viviendo en otro lugar que no sea en “su” lote.

Palabras clave: Aspectos Socioeconómicos. Asentamientos Rurales. Reforma de la Tierra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização das áreas pesquisadas-município de Anastácio/MS.....	52
Figura 2- Estrutura fundiária do assentamento Monjolinho e espacialização dos lotes de assentados abarcados na pesquisa.....	74
Figura 3- Assentamento Monjolinho: Naturalidade dos entrevistados.....	75
Figura 4- Etapas sequenciais que antecedem a existência de um assentamento rural, segundo o INCRA.....	80
Figura 5- Assentamento Monjolinho: Origem dos recursos para construção das moradias.....	86
Figura 6- Assentamento Monjolinho: Atividades predominantes praticadas pelos assentados entrevistados.....	89
Figura 7- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 14, realizada no quintal, destinada para consumo próprio da família.....	91
Figura 8- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 32 realizada no quintal para consumo próprio da família.....	91
Figura 9- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 9 voltada à comercialização.....	92
Figura 10- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção para fins de comercialização e participação do assentado na Feira da Agricultura Familiar...	93
Figura 11- Assentamento Monjolinho: Considerações a respeito da qualidade dos solos pelos assentados entrevistados.....	94
Figura 12- Assentamento Monjolinho: Origem da renda familiar dos entrevistados.....	98
Figura 13- Assentamento Monjolinho: A questão da permanência na terra.....	99
Figura 14- Estrutura fundiária do assentamento São Manoel e espacialização dos lotes de assentados abarcados na pesquisa.....	101
Figura 15- Assentamento São Manoel: Naturalidade dos entrevistados.....	102
Figura 16- Assentamento São Manoel: Origem dos recursos para construção das moradias.....	109

Figura 17- Assentamento São Manoel: Atividades predominantes praticadas pelos entrevistados.....	112
Figura 18- Assentamento São Manoel: Exemplo de produção dos entrevistados.....	113
Figura 19- Assentamento São Manoel: Exemplo de produção para fins de comercialização.....	114
Figura 20- Assentamento São Manoel: Exemplo de produção do entrevistado nº08 para fins de comercialização.....	115
Figura 21- Assentamento São Manoel: Considerações a respeito da qualidade do solo pelos entrevistados.....	115
Figura 22- Assentamento São Manoel: Origem da renda familiar dos entrevistados.....	118
Figura 23- Assentamento São Manoel: A questão da permanência na terra.....	120
Figura 24- Placa de identificação do grupo AMAM, produtos confeccionados na sede da associação e alguns dos equipamentos utilizados na produção.....	123
Figura 25- Placa de identificação do Grupo Baru, equipamentos utilizados na produção e produtos confeccionados para comercialização na feira em Anastácio/MS.....	125

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1- Distribuição fundiária de Mato Grosso do Sul 1975/1978.....	29
Tabela 2- Área das classes de uso do solo e cobertura vegetal do Assentamento Monjolinho, em 2006.....	59
Quadro 1- Uso do solo no assentamento São Manoel em 2008.....	66
Quadro 2- Assentamento Monjolinho: dimensão dos lotes abarcados na pesquisa.....	83
Quadro 3- Assentamento Monjolinho: Quantidade de moradores por lote e total de casas por lote.....	87
Quadro 4- Assentamento São Manoel: Dimensão dos lotes abarcados na pesquisa.....	108
Quadro 5- Assentamento São Manoel: Quantidade de moradores por lote e total de casas por lote.....	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	13
2 METODOLOGIA	14
2.1 Coleta de dados no assentamento São Manoel	16
2.2 Coleta de dados no assentamento Monjolinho	16
2.3 Elaboração dos mapas	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 A questão da posse de terras no Brasil: algumas considerações	20
3.2 “A construção” do Estado de Mato Grosso do Sul	23
3.3 A luta pela terra em Mato Grosso do Sul	28
4 REFORMA AGRÁRIA, QUESTÃO AGRÁRIA, ESTRUTURA AGRÁRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA	33
4.1 Considerações a respeito da materialização de assentamentos rurais	34
4.2 Processos históricos “determinantes” para a formação dos assentamentos Monjolinho e São Manoel, município de Anastácio-MS	37
4.3 “O milagre da Padroeira” ou “Gleba Venceremos”	45
4.4 A Gleba Santo Inácio	45
4.5 Projeto de assentamento Guaicurús em Bonito/MS	48
4.6 Projeto de assentamento Nioaque (antiga Conceição)	48
5 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO	50
5.1 O município de Anastácio	50
5.1.1 Localização dos assentamentos Monjolinho e São Manoel	51
5.2 A formação do Assentamento Monjolinho	53
5.3 Descrição da caracterização ambiental do Assentamento Monjolinho	56
5.3.1 Clima	56

5.3.2 Geologia.....	57
5.3.3 Geomorfologia.....	57
5.3.4 Cobertura pedológica.....	58
5.3.5 Vegetação.....	58
5.4 A formação do Assentamento São Manoel.....	60
5.5 Descrição da caracterização ambiental do Assentamento São Manoel.....	64
5.5.1 Clima.....	64
5.5.2 Geologia.....	64
5.5.3 Geomorfologia.....	64
5.5.4 Cobertura pedológica.....	65
5.5.5 Vegetação.....	65
6 A MATERIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS MONJOLINHO E SÃO MANOEL POR MEIO DE CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CATEGORIA TERRITÓRIO	67
6.1 A entrada de famílias nos lotes: materialização e territorialidade.....	68
6.2 O assentamento é materializado, e agora, em qual categoria se inserem as famílias?.....	69
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO I (MONJOLINHO).....	73
7.1 Procedência das famílias entrevistadas.....	74
7.2 Violência no processo de luta pela terra.....	77
7.3 A participação dos assentados entrevistados nos movimentos de luta pela terra.....	78
7.4 A luta não pára.....	79
7.5 A união no processo de luta pela terra.....	82
7.6 Da luta pela terra à luta na terra.....	83
7.7 Dimensões dos lotes abarcados na pesquisa.....	83
7.8 Acesso aos primeiros programas de financiamento.....	84
7.9 Condições de moradia e número de moradores por residência.....	85
7.10 Atividades praticadas atualmente pelos entrevistados e questões afins..	88
7.11 Questões relacionadas à afetividade e permanência na terra.....	98
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO II (SÃO MANOEL).....	101

8.1	Procedência das famílias entrevistadas.....	102
8.2	Violência no processo de luta pela terra.....	103
8.3	A participação dos assentados entrevistados nos movimento de luta pela terra	104
8.4	A luta não pára	105
8.5	A união no processo de luta pela terra	106
8.6	Da luta pela terra à luta na terra.....	107
8.7	Dimensões dos lotes abarcados na pesquisa	107
8.8	Acesso aos primeiros programas de financiamento	108
8.9	Condições de moradias e número de moradores por residência.....	109
8.10	Atividades praticadas atualmente pelos entrevistados e questões afins	111
8.11	Questões relacionadas à afetividade e permanência na terra	119
9	ESTRATÉGIAS DE (RE)PRODUÇÃO ADOTADAS PELAS MULHERES NAS ÁREAS DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS	122
9.1	Grupo de Mulheres do Assentamento Monjolinho.....	122
9.2	O Grupo de Mulheres do Assentamento São Manoel	124
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICE A.....	138
	APÊNDICE B	142

1 INTRODUÇÃO

A temática envolvendo os estudos de projetos de assentamentos vêm ganhando gradativamente mais espaço nas pesquisas científicas e acadêmicas na geografia, tornando-se, assim, um instrumento muito importante na busca do conhecimento e retrato da realidade agrária brasileira e até mesmo de outros países.

Atualmente, diversas produções bibliográficas no que se refere aos assentamentos provenientes de reforma agrária têm sido elaboradas e muitas delas divulgadas, seja em forma de livros, revistas, monografias, dissertações, teses, artigos científicos, publicações em anais de eventos, entre outras. Sendo assim, parte-se da premissa de que essas publicações podem estar apresentadas de duas maneiras: de forma geral e específica.

Um estudo de caráter mais geral pode muitas vezes, não conseguir retratar uma determinada realidade, como por exemplo, a de um assentamento, pois, trata-se de um estudo investigativo mais amplo, não reportando assim às especificidades locais. Já no estudo de caráter específico, o pesquisador utilizará desses dados de caráter geral, porém, será dada ênfase ao seu objeto de estudo, ou seja, nesse momento aparecerá aquela especificidade anteriormente mencionada. Nesse sentido, um estudo mais específico sobre a temática, permitirá retratar uma realidade mais precisa sobre o objeto a ser estudado/pesquisado.

Salienta-se, embasado em Mitidiero Junior (2011), a importância em estudar projetos de assentamentos de reforma agrária, pois, como aponta o autor, estes estudos em escala nacional ainda são bem recentes. O autor enfatiza, ainda, que o interesse na temática parte de pesquisadores interessados aos temas que envolvem a questão agrária, bem como, por aqueles que defendem a realização da reforma agrária. Nesse sentido, a pesquisa destinou-se a estudar dois projetos de assentamentos rurais: Monjolinho e São Manoel, ambos sendo provenientes de reforma agrária, localizados no município de Anastácio – MS, constituindo a Microrregião Geográfica de Aquidauana.

1.1 Justificativa

A materialização de ambos os assentamentos foi marcada por muitos percalços, exigindo daqueles que estavam dispostos a conquistar o seu tão sonhado

“pedaço de terra” uma luta constante, seja ela no momento da busca por esse direito, seja no momento em que nos lotes adentraram, pois, nessa nova etapa também necessitam batalhar para terem outros direitos que poderão ser determinantes para sua reprodução nesse novo espaço.

Após a conquista da terra, muitas famílias desistem de cultivá-las, alegando suas justificativas. Porém, podem-se colocar alguns fatores como a baixa fertilidade dos solos, a pouca disponibilidade de recursos financeiros e assistência técnica para melhorar a produção, dificuldades para comercialização que, são alguns dos fatores que são perceptíveis de serem identificados quando abordamos a respeito de assentamentos rurais de reforma agrária. Por outro lado, vemos famílias que, mesmo tendo enfrentado, e ainda, enfrentando essas e outras dificuldades, permanecem em “suas terras” criando as próprias estratégias de (re)produção. Sendo assim, considera-se muito oportuno conhecer e retratar a realidade desses sujeitos, fazendo com que suas lutas, vivências, experiências sejam contadas através da voz daqueles que lá estão vivendo, afinal, estes são os autores de sua própria história.

Nesse sentido, optou-se pela escolha desses dois assentamentos pelo fato de ambos terem um processo de formação muito semelhante, tanto no que diz respeito à questão da luta por esses espaços, quanto pela característica de ambas as áreas, terem sido pertencentes a um único proprietário tornando, para quem nunca os visitou, imperceptível distinguir que se trata de dois territórios contíguos de assentamentos. Desta forma, considera-se relevante a realização desta pesquisa, pois permitiu relatar a história e a realidade na qual vivem estes sujeitos, além de enaltecer a importância da pesquisa “pé no chão” (*in loco*) que deve estar cada vez mais presente nas experiências daqueles que se propõem a pesquisar, independente de qual for a temática, pois com a realidade muito se aprende e sempre temos a aprender.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho objetiva de forma geral, criar subsídios para o entendimento da questão socioeconômica nos assentamentos rurais Monjolinho e

São Manoel, ambos provenientes da reforma agrária, localizados no município de Anastácio-MS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Relatar o processo histórico de ocupação na área dos assentamentos, bem como outros acontecimentos que os precederam;
- Caracterizar as principais atividades desenvolvidas pelos assentados;
- Elencar as novas/possíveis atividades/produções que os assentados tenham interesse em desenvolver;
- Descrever as estratégias de (re)produção adotadas pelas mulheres no ambiente dos assentamentos.

2 METODOLOGIA

Em Prodanov e Freitas (2013) chama-se atenção para o fato de se conceituar o que de fato é uma pesquisa científica, pois muitas das vezes a realização de simples compilações e cópias de informações e ideias variadas de forma desordenada das quais nem sempre são referenciadas, têm sido confundido com pesquisa. Os autores ainda ressaltam que, em nosso cotidiano, podemos estar sempre pesquisando, porém, nem sempre utilizamo-nos dos métodos científicos. Sendo assim, respaldados nessa concepção os autores mencionam a seguinte consideração para classificar uma pesquisa como sendo de fato científica:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.43).

Assim, quanto à forma de abordagem metodológica da presente pesquisa, esta pode ser considerada como qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70) “Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”.

Por outro lado, Gerardi e Silva (1981), mencionam que a interpretação das informações qualitativas por mais simples que seja passou a ser fundamental nos estudos geográficos, sendo necessário realizar a sua interpretação podendo ser apresentadas através de números, como foi o caso da pesquisa, na qual foi utilizada uma técnica simples de porcentagem para apresentar os resultados obtidos a campo. Todavia, nem por isso, a pesquisa deixou de ter uma abordagem metodológica qualitativa.

Nesse viés, definido o tipo de abordagem metodológica para alcançar os objetivos traçados na pesquisa, foi necessário a realização dos seguintes procedimentos.

Primeiramente, como em qualquer tipo de pesquisa, foi realizada a pesquisa da literatura pertinente de forma que se pudesse compreender como se deram as primeiras formas de distribuição de terras no Brasil e posteriormente, a configuração do Estado de Mato Grosso do Sul para compreender a origem do processo de luta

pela terra nesse Estado, bem como relacionar os variados acontecimentos que foram determinantes na configuração dos territórios de ambos os assentamentos pesquisados, além de descrever conceitos pertinentes ao se retratar sobre a reforma agrária e seus demais adjetivos que a acompanham. Também, por meio da literatura, buscou-se compreender conceitos relacionados à questão do território e territorialidade, haja vista que nesta pesquisa consideraram-se as áreas que pertenciam à União (Rede Ferroviária Federal S/A) e transformaram-se nos territórios dos assentamentos pesquisados.

A segunda etapa se constituiu na preparação prévia para realização da pesquisa a campo. Para tal, optou-se na coleta de dados utilizar o critério de amostra que segundo Gerardi e Silva (1981, p.12) “é uma parte representativa de uma população” e a amostragem que “é o processo de retirada da amostra”. Porém, por mais que se tenha utilizado o termo “entrevistado”, cabe ressaltar que a categoria de amostragem trabalhada foi a de família, designação esta utilizada pelo próprio INCRA (2019)¹.

Para adquirir as informações a campo, foi elaborado um roteiro de perguntas pré-estabelecidas com o objetivo de realizar as entrevistas para com as famílias de ambos os assentamentos, constituindo assim em um único formulário. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o formulário distingue-se do questionário pelo fato de que neste primeiro a entrevista é realizada face a face com o informante e as respostas são anotadas pelo próprio entrevistador no ato da entrevista, diferente do questionário na qual as questões são respondidas por escrito pelo próprio informante, não sendo necessária a presença do pesquisador.

Ressalta-se ainda que utilizou-se como critério de famílias a serem abarcadas na pesquisa para ambos assentamentos, apenas aquelas consideradas “do tempo da luta” como os assentados costumam denominar, ou seja, as famílias que participaram do processo de luta pela terra até o momento de terem sido “contempladas” com um lote. Nos casos na qual os beneficiários já se encontram falecidos, porém, os filhos permanecem nos lotes, estes também fizeram parte da pesquisa, pois considerou-se satisfatórias as respostas obtidas no momento da aplicação dos formulários. As demais etapas seguem descritas a seguir.

¹Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questaoagraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019

2.1 Coleta de dados no assentamento São Manoel

Do total de 147 famílias que foram assentadas pelo INCRA ou ainda “do tempo da luta”, estima-se que destas, aproximadamente 59 permanecem com os lotes, ou seja, restam 40% em relação ao número inicial de famílias assentadas. Por outro lado, não significa dizer que destas 57 famílias todas lá residem, pois há casos em que a família assentada reside na cidade, além do fato de falecimento dos pais, mas os filhos lá permanecem ou não comercializaram a posse do lote. Desta forma, foram entrevistadas 30 (trinta) famílias, nas quais muitas das vezes elas próprias explicavam quem ainda reside no assentamento desde o início de sua implementação, dado ao fato da existência de terceiros que adquiriram lotes, porém, não são considerados “do tempo da luta”.

Assim, optou-se por iniciar os trabalhos por este assentamento, já que havia menos conhecimento deste. Na chegada a cada lote, após os devidos cumprimentos foi explicado o motivo da realização da pesquisa. A receptividade dos assentados ocorreu de forma tranquila, dado ao fato do conhecimento prévio existente entre ambas as partes, permitindo assim que fosse estabelecido um elo de confiança. Cabe ainda mencionar que em todas as entrevistas houve a presença da responsável pela pesquisa mesmo quando da presença de um auxiliar a campo.

A identificação de cada família entrevistada foi realizada por ordem de aplicação do formulário (entrevistado nº 1, 2, 3 e assim sucessivamente), bem como a anotação do número do lote para que posteriormente pudesse espacializar no mapa confeccionado na pesquisa cada família entrevistada. Também foram utilizados o Sistema de Posicionamento Global (GPS) para eventuais auxílios na identificação das áreas pesquisadas, bem como, máquina fotográfica digital.

Após a coleta, os dados começaram a ser pré-tabulados manualmente para melhor compreensão, ao passo que já foi iniciado também a coleta de dados no assentamento Monjolinho, como descrito no item (2.2) a seguir.

Ressalta-se que no momento da coleta de dados, houve também uma visita na sede do grupo de produção das mulheres (seção 9, subseção 9.2).

2.2 Coleta de dados no assentamento Monjolinho

Do total de 285 famílias que foram assentadas pelo INCRA ou ainda “do tempo da luta”, estima-se que destas, aproximadamente 72 permanecem com os

lotes, ou seja, restam 25% em relação ao número inicial de famílias assentadas. Assim como no São Manoel, não significa dizer que destas 72 famílias todas lá residem, pois há casos em que a família assentada reside na cidade, além do fato de falecimento dos pais, mas os filhos lá permanecem ou não comercializaram a posse do lote. Semelhante ao caso do assentamento São Manoel, no Monjolinho também há casos de terceiros que adquiriram lotes, porém não são considerados como sendo “do tempo da luta”.

Neste assentamento já havia realizado anteriormente um breve trabalho de pesquisa (monografia, Santos, 2017), então a familiaridade com as famílias foi também de receptividade tranquila. Desta forma, foram entrevistadas 32 famílias de assentados, e os procedimentos de coleta foram de forma semelhante ao das famílias do Assentamento São Manoel. Ainda durante o trabalho a campo, foi realizada uma visita na sede do grupo das mulheres deste assentamento (Monjolinho), (seção 9, subseção 9.1).

Após esta etapa, optou-se por realizar totalmente a tabulação dos dados do Assentamento Monjolinho, o que permitiu a interpretação, apresentação, representação destes resultados para a primeira fase de avaliação (qualificação). Para tal, também realizou-se a pre-tabulação manual e posteriormente, no Microsoft Excel, a partir do qual foram elaborados os gráficos e demais interpretações.

Transcorrida a fase de qualificação, deu-se continuidade nos procedimentos anteriormente iniciados com relação aos dados do Assentamento São Manoel, seguindo a mesma metodologia adotada na interpretação dos dados do Assentamento Monjolinho.

2.3 Elaboração dos mapas

Encerrada a coleta de dados a campo, além da tabulação total dos dados do Assentamento Monjolinho e da pre-tabulação manual do São Manoel, foi organizado um banco de dados destinado à elaboração dos mapas.

Na elaboração dos mapas de parcelamento dos lotes e espacialização daqueles abarcados na pesquisa, utilizou-se como ferramenta de manipulação de dados, os recursos do Programa QGIS, um software livre na versão 2.18.

Para o mapa de parcelamento dos lotes do assentamento São Manoel, foi adquirido um croqui da referida área no Acervo Fundiário do INCRA, disponibilizado

de forma gratuita via internet e georreferenciado no formato raster. Como se trata de um croqui, não é disponibilizado a identificação do número de cada parcela (lotes). Assim, recorreu-se à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Agência de Anastácio-MS, para empréstimo do mapa de parcelamento dos lotes deste assentamento em formato analógico, executado à época pelos organismos: Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria e Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário, Departamento de Terras e Colonização (TERRASUL) e Diretoria Técnica-Divisão de Cartografia e Geografia, registrado pela Coordenadoria de Cartografia (CC) do INCRA (1993). Com isso, foi possível a inserção dos números dos lotes e também destacar aqueles abarcados na pesquisa. Para conferência das drenagens dos córregos principais na área do assentamento, foi utilizada a Carta Topográfica Vetorial Ribeirão Taquaruçu SF-21-X-A-VI, editada pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG, 1972) em formato raster.

Já para a elaboração do mapa de parcelamento dos lotes do Assentamento Monjolinho e espacialização daqueles abarcados na pesquisa, utilizou-se também dos recursos do Programa QGIS, versão 2.18.

O croqui da referida área foi adquirido, no Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (no ícone, mapas para fins de levantamentos estatísticos, contagem e censo 2007), em formato Portable Document Format (PDF), convertido para a extensão DWG, posteriormente georreferenciado no sistema CAD e inserido Programa Global Mapper 13.2® para averiguação das projeções e em seguida, exportado em formato raster para ser manipulado no Qgis 2.18.

Como neste croqui também não veio disponibilizada a identificação dos números dos lotes, utilizou-se de empréstimo do mapa analógico de parcelamento dos lotes elaborado pela empresa SETEP (Serviços Topográficos e Projetos LTDA), em março de 1990 e registrado pela Coordenadoria de Cartografia do INCRA² também cedido pela AGRAER de Anastácio e, posteriormente, foi possível a inserção dos números dos lotes, também, destacando aqueles abarcados na pesquisa. Para conferência das drenagens dos córregos principais na área do assentamento Monjolinho, também foi utilizada a Carta Topográfica Vetorial Ribeirão

² Na legenda relacionada ao campo da Coordenadoria de Cartografia do INCRA, não consta a data, porém, acredita-se que esta também seja de março de 1990 já que no mapa consta como fonte: CÓPIA FIEL do trabalho executado pela Empresa SETEP-SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E PROJETOS LTDA em março de 1990.

Taquaruçu SF-21-X-A-VI, editada pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG, 1972), em formato raster.

Ressalta-se que no momento do empréstimo dos mapas junto a AGRAER, também foram abordados assuntos pertinentes à área dos assentamentos, mediante conversas como engenheiro agrônomo desta unidade.

Para o mapa de localização das áreas pesquisadas também foi utilizado o Programa QGIS, versão 2.18 com o uso de informações do Acervo Fundiário do INCRA, bem como aquelas disponibilizadas no banco de dados do IBGE e também da Carta Topográfica Vetorial Ribeirão Taquaruçu SF-21-X-A-VI, conforme consta nos dados da legenda do referido material.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A questão da posse de terras no Brasil: algumas considerações

Antes de adentrarmos na temática referente à reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul onde estão localizados os assentamentos em estudo, é válido realizar algumas considerações históricas a respeito da conjuntura que marcou a formação do território brasileiro, que conseqüentemente, contribuiu no cenário atual da questão da posse de terras no Brasil.

Ao realizarmos uma abordagem a respeito da origem histórica que resultou no modelo atual de estrutura fundiária brasileira, a literatura encontrada nos remete à forma de como se deu a ocupação do espaço. Nesse sentido, para Rocha e Cabral (2016), foi no período da colonização que a construção da estrutura fundiária brasileira já se mostrava concentradora culminando na grande propriedade de terras. Assim, segundo os autores:

“O monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitâneas Hereditárias, que foram doadas pelo Rei Dom João III a nobres de sua confiança. Estas capitâneas dividiram o Brasil em 15 (quinze) extensões de terra que tornaram-se propriedades de fidalgos portugueses (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 76).

Com relação à colonização do Brasil, Andrade (1995) ressalta que os portugueses tinham como objetivo, em primeiro momento, expandir o capitalismo mercantil e assim, obter matérias-primas voltadas ao comércio europeu, não se preocupando propriamente com a questão da apropriação da terra. Nesse sentido, o autor ressalta que:

Os colonizadores, de início, não se preocuparam com a apropriação da terra como propriedade particular, limitaram-se a fazer exploração extrativista de produtos florestais, sobretudo do pau-brasil, para atender à demanda europeia (Andrade, 1995, p. 78). Só ao compreenderem que a conquista da terra perigava por causa da concorrência francesa, se não realizassem o povoamento, é que eles criaram o sistema das capitâneas hereditárias e fundaram vilas e povoações; passaram, então, a desenvolver uma agricultura, com grande utilização de capitais (Furtado, 1968, apud. Andrade, 1995, p.78), a se apropriar das terras e a utilizar o trabalho escravo (ANDRADE, 1995, p. 78).

Também, Silva et al. (1980) corroborando com Andrade (1995), ressaltam que os interesses de exploração no Brasil naquela época, estavam voltados para o comércio europeu e a principal atividade pautava-se na exploração do pau-brasil, e

que com o término dessa exploração, Portugal para garantir seu espaço na economia, introduz as plantações da cana-de-açúcar, e assim então surgiu a necessidade da garantia da concentração de terras, pois, a partir daquele momento começava a doação de parcelas de terras, as chamadas sesmarias, a quem se dispusesse cultivar essa cultura para assim, ampliar a área para produção do açúcar. Cabe também destacar, conforme Andrade (1995) que no sistema de sesmarias, a mão-de-obra utilizada era o trabalho escravo, na qual utilizavam-se dos indígenas escravizados que perdiam as guerras em decorrência de resistir a esse sistema, e também, os escravos negros importados da África.

Silva et al. (1980) ainda ressaltam que as sesmarias eram também doadas não apenas a quem se dispusesse a produzir o açúcar, mas também a qualquer outro tipo de exploração econômica, porém salientam que, doações de parcelas acabavam ficando abandonadas, citando ainda que, em muitos casos, o indivíduo não se satisfazia apenas com uma parcela, solicitando outra em nome da esposa ou dos filhos e por fim, mencionam que cidadãos as quais realizavam seus feitos militares acabavam por receber a sua parcela de sesmaria como uma forma de prêmio.

Diante ao exposto, percebe-se desde então que uma parcela da população ficou desprivilegiada, pois sem isto ou com pouquíssimo acesso à terra, não tinham nenhuma garantia de fixação em um determinado espaço. Naquela situação, têm-se o surgimento das classes da Colônia, como descrevem os autores a seguir:

Numa sociedade baseada em senhores e escravos, quais seriam as opções para a população da colônia? Uma pequena parte ocupava cargos nos engenhos [...]. Mas para o resto da população, que não era nem senhor nem escravo, qual seria a alternativa para a sobrevivência? [...] As alternativas que asseguravam a sua sobrevivência eram várias. A primeira estaria ligada a formas consideradas ilícitas, como assaltos, saques e práticas semelhantes [...]. Outra alternativa seria a indigência e a mendicância. A terceira seria a dos indivíduos que procuravam se associar aos poderosos senhores da colônia, oferecendo-lhes os mais diversos serviços, desde o trabalho em suas propriedades até a simples companhia e a proteção como guarda-costas ou coisa semelhante. A quarta seria a ocupação de pequenas faixas de terra, para delas extrair o sustento. Em um imenso território inculto, não era tarefa difícil se estabelecer em um pedaço de terra para a exploração. Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo-se suas raízes até os tempos atuais (SILVA et. al., 1980. p. 16-17).

Com relação ao regime das Sesmarias, Castro (1992) salienta que, mesmo com o seu término em 1820 e a propagação da Lei de Terras em 1850, não foi suficiente para que as partes da sociedade menos abastadas tivessem acesso à terra, já que o meio de acesso da mesma se dava pela compra, o que beneficiou mais uma vez o monopólio da terra. A Lei de Terras estabelecia em seu Art.1º que:

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente (BRASIL, 1850, grifo nosso).

A Lei de Terras, também, reportava-se a conceituação de terras devolutas.

Art. 3º São terras devolutas:

§1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, 1850).

Segundo consta em informação disponibilizada no Portal Câmara dos Deputados, no que se refere ao significado de “terras devolutas”, este se apresenta da seguinte maneira:

Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida (BRASIL. PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS, TERRAS DEVOLUTAS)³.

Nesse sentido, Castro discorre que:

Esta forma de regular a propriedade fundiária, na medida em que o acesso à propriedade passava a ser feito pela compra, impossibilitava a propriedade não só aos homens-livres despossuídos como, principalmente, aos imigrantes pobres que chegavam ao Brasil com alguma tradição

³ Informação disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>>. Acesso em: 06 jan.2020.

camponesa. Neste contexto, a passagem ao trabalho livre se faz sem quebrar a estrutura fundiária herdada do sistema colonial, não alterando significativamente as formas de exploração da terra (CASTRO, 1992, p. 19).

Por outro lado, no que se refere ao fato dos imigrantes pobres que chegavam ao Brasil, não possuem condições de adquirir terras, pelo fato de que, estas deveriam ser obtidas por meio da compra, Martins (2013) menciona que mesmo assim, surgiu uma espécie de “falsa esperança” para estes imigrantes que foram atraídos para o Brasil. Desta forma, o autor pontua que:

O país [o autor se refere ao Brasil] selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra (MARTINS, 2013, p. 9).

Desta forma, diante do exposto, compreende-se que a conjuntura na qual se caminha a “distribuição” de terras no Brasil, nada mais é do que uma herança dos tempos coloniais que sempre priorizou a monopolização do espaço e conseqüentemente, do território.

3.2 “A construção” do Estado de Mato Grosso do Sul

Para analisarmos os assentamentos em estudo foi preciso, sobretudo, também tecer considerações a respeito da forma com a qual se configurou a origem da ocupação do que viria a ser o Estado de Mato Grosso, pois é a partir daquele cenário, que foram se consolidando as formas de exploração e uso da terra. Desta forma, destaca-se que:

A descoberta do continente americano, em 1492, por Cristóvão Colombo, causou de imediato, entre Portugal e Espanha, a disputa das terras; em 1494, o Tratado de Tordesilhas⁴ dividia, através de uma linha de pólo a pólo, traçada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, as terras da América entre coroas portuguesa e espanhola. O território mato-grossense ficava ao oeste da linha⁵, pertencendo, portanto, à Espanha (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 13).

Segundo notas de Campestrini e Guimarães (1995, p. 157):

⁴ O Tratado de Tordesilhas vigorou até 1750, quando foi revogado pelo Tratado de Madri;

⁵ A linha divisória de Tordesilhas, no Brasil, partia da ilha de Marajó e alcançava o sul de Santa Catarina.

É importante, também, destacar, conforme Campestrini e Guimarães (1995) que, outra forma de expandir territórios foi por meio das chamadas bandeiras. Nesse sentido, afirmam que:

Em 1628 começaram as bandeiras (que romperiam a linha de Tordesilhas), com Antônio Raposo Tavares tomando rumo de Guaíra; de 1630 a 1654, os holandeses dominaram Pernambuco; em 1640 houve a restauração da coroa portuguesa; em 1674, Fernão Dias Paes Leme invadiu o sertão de Minas em busca de esmeraldas; e, no ano seguinte, a vila de Maracajú teria sido destruída pelo bandeirante Francisco Pedro Xavier CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 14-15).

Vale salientar, segundo Batista (1995) que o Tratado de Tordesilhas vigorou até 1750, pois o mesmo foi revogado pelo Tratado de Madri e através da assinatura deste último, em 13 de janeiro de 1750, a região do antigo Mato Grosso antes pertencente à reserva de colonização espanhola passa a contemplar-se como reserva dos portugueses. Ainda segundo Batista (1995), é naquele cenário que se cria a Capitania de Mato Grosso⁶, através de um desmembramento da Capitania de São Paulo e esta tinha como pressuposto, a defesa do território pelos portugueses contra possíveis ataques dos espanhóis. Com isto, compreende-se que os portugueses queriam não só proteger o território recém conquistado, mas também, uma forma de legitimar a ocupação deste, tanto que, Batista (1995, p.5) salienta que [...] “A fortificação da capitania de Mato Grosso, através do Forte de Coimbra, no Rio Paraguai, e de Forte Príncipe da Beira às margens do rio Guaporé, serviu de instrumento na defesa aos possíveis enfrentamentos com os espanhóis”. Porém, as disputas pelo território da então Capitania de Mato Grosso ainda não ficaram cessadas, conforme descrito a seguir:

Vale lembrar que, no correr de 1750, Portugal e Espanha assinaram, para pôr fim às disputas territoriais, o Tratado de Madri, que foi anulado, em 1761, pelo Tratado de El Pardo, gerando guerra entre ambos, quando a Inglaterra se colocou a favor de Portugal e a França ao lado da Espanha; em fevereiro de 1777, estabeleceu-se a paz. O ataque à praça do Iguatemi, provocado por esses atritos, ocorreu no mês de outubro. (Não havia chegado a tempo a notícia da pacificação.) (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 23).

⁶ Através do alvará de 9 de maio de 1748 (BATISTA, 1995, p. 5).

Interpretando os escritos de Campestrini e Guimarães (1995) e Bittar (2009), compreende-se que a fundação da então Cuiabá⁷, perpassou-se outrora, por acontecimentos que estavam relacionados ao expansionismo português, e também aos bandeirantes com objetivo de aprisionar índios e escraviza-los o que levou a descoberta do ouro, permitindo assim a sua fundação em 8 de abril de 1719. Nesse sentido, a região à qual atualmente pertence Mato Grosso do Sul, acabou servindo de rota para aqueles que se aventuravam a vir explorar as minas de ouro. Sendo assim:

O fato é que por Mato Grosso do Sul passaram inúmeras bandeiras, em direção ao norte, ao Paraguai e ao Peru; na segunda metade do século 17, as regiões do Iguatemi, do Ivinhema, a serra de Maracaju e Vacaria eram bem conhecidas dos bandeirantes, principalmente nas suas rotas fluviais (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 15).

O cenário histórico de povoamento do então Estado de Mato Grosso mostra que, num primeiro momento, os olhares estavam voltados sempre para a porção norte e que, a porção sul, por não conter riquezas minerais que chamassem atenção dos desbravadores, ficou em segundo plano. Porém, no decorrer do tempo, enquanto o norte contemplava um povoamento voltado aos interesses das riquezas minerais (ouro), o sul baseou-se na pecuária extensiva, permitindo a fixação do homem à terra e às chegadas de imigrantes com interesses de obter riquezas por meio da agricultura e pecuária (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995).

Cabe ressaltar, também, conforme mencionado em Batista (1995), quando este se retrata a respeito da temática “A Política Indigenista na Geografia do Mato Grosso do Sul”, que, a população indígena foi desconsiderada pelos grandes proprietários de terras. Desta forma, enfatiza que:

Na década de 30 inicia-se a ocupação das terras devolutas deste Estado⁸ pelos grandes proprietários de terras de Minas Gerais, São Paulo e sul do país. Aqui chegaram fincaram as estacas e, desconsiderando a existência dos vários povos indígenas que, apesar de tudo, conseguiram sobreviver até hoje, num ato de esbulho, pois a terra estava ocupada por seus originários donos, introduziram o boi, a pastagem e a lavoura, descaracterizando vários territórios tradicionais dos povos Guarani, Terena, Ofayé e Kadiwéw, comprimindo-os em pequenos redutos de terras impróprias e insuficientes para garantir a subsistência destes grupos

⁷Para fins de melhor entendimento, cabe ressaltar que a Capitania de Mato Grosso foi derivada a partir da fundação de Cuiabá, onde foram descobertas as minas de ouro, conforme mencionam Campestrini e Guimarães (1995) e Bittar (2009).

⁸Batista (1995) se refere à ocupação de terras do Estado de Mato Grosso do Sul, mas que na década de 30, constituía o território de Mato Grosso (uno).

indígenas, isso com o apoio dos órgãos governamentais que deviam protegê-los (BATISTA, 1995, p. 21).

Corroborando com Batista (1995), Brand (2001) ressalta a respeito da perda territorial dos povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul, frente ao processo histórico de colonização deste Estado. Assim, Brand (2001, p.59) salienta que [...] “O processo histórico tem se caracterizado pela progressiva perda territorial para as frentes de colonização que adentraram os territórios indígenas tradicionais”.

Dito isto, têm-se então a seguinte indagação: quais teriam sido os motivos em realizar o desmembramento de terras do Mato Grosso para constituir Mato Grosso do Sul?. Primeiramente, ressalta-se que não houve como objetivo realizar uma revisão profunda com relação à temática, dada a existência de vários escritos que a abordam de forma completa, mas sim de mencionar alguns acontecimentos que tiveram um papel importante no processo de divisionismo.

Para Bittar (2009), Mato Grosso (uno) possuía uma geografia peculiar ao se referir ao seu alongamento longitudinal desfavorecendo a comunicação, menciona que o mesmo comportava na realidade três porções, norte, centro e sul, que, com um processo de polarização entre o sul e o centro, onde nele (o centro) já situava a capital Cuiabá e, por conseguinte, devido a questões de rivalidade, o centro passou a ser chamado de “norte”, gerando assim, os termos norte e sul de Mato Grosso.

Oliveira e Justino (1997) ao se reportarem a respeito das formas de povoamento do sul de Mato Grosso, levando em consideração o aspecto econômico, mencionam que este se deu com a chegada dos primeiros imigrantes do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, com objetivo de desenvolver a pecuária e extrair erva-mate, e que a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil proporcionou para tal acontecimento, pois, além de ligar o sul de Mato Grosso ao Estado de São Paulo, permitiu o contato com outros grandes centros econômicos, e por fim, mencionam a instalação de algumas empresas extrativas como a Companhia Mate Laranjeira e demais empresas que ocupavam grandes extensões de terras.

Cabe mencionar, ainda, um acontecimento histórico marcante na ocupação de terras do ainda sul de Mato Grosso (uno), conforme consta em Bittar (2009): A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Desta forma, Bittar (2009) menciona que o povoamento do território do sul de Mato Grosso (uno) ficou mais atraente após o término da Guerra, em razão da dispersão, morte, ou ainda, perda de terras por

famílias que já habitavam esse território, mencionando entre estas famílias, os irmãos Lopes, os Barbosa, os Souza e os Garcia, porém, a autora ressalta que na realidade, no sul de Mato Grosso (uno), anterior à Guerra, predominava os povos indígenas, como os Terena, Kadiwéu e Kaiowá/Guarani. Por outro lado, Campestrini e Guimarães (1995, p. 38), mencionam que a população do sul de Mato Grosso, até 1845 assim se apresentava: “Em números, a população não era significativa; em 1845, em inspeção no Baixo Paraguai, que abarcava Miranda, Camapuã, a Vacaria e o Anhanduí, Henrique de Beurepaire Rohan⁹ encontrou 664 brancos e 3.834 índios”, reforçando-se assim o predomínio dos povos indígenas nesse cenário.

Por outro lado, no que refere as primeiras tentativas de colonização da região sul de Mato Grosso, o cenário começa a se configurar no governo Vargas com a criação do Território Federal de Ponta Porã, não mais permitindo a renovação de contrato das terras onde predominava a maioria dos ervais e, por conseguinte, para dar destino a essas terras devolutas, o governo, através do Decreto Lei de nº 3.059 de fevereiro de 1941, estabeleceu a criação de colônias agrícolas nacionais, permitindo que em 1943, pelo Decreto Lei de nº 5.941 de 28 de outubro, Getúlio Vargas criasse a CAND (Colônia Agrícola de Dourados), sendo esta solicitada pelos próprios políticos e autoridades do Estado de Mato Grosso, pois vislumbravam que, com a colonização dos espaços “vazios” haveria a valorização das terras, proporcionando abertura de estradas auxiliando na expansão das atividades agropecuárias (OLIVEIRA e JUSTINO, 1997).

Para Batista (1995), o movimento separatista entre norte e sul de Mato Grosso datado de 1896, justificava naquele momento que os “Estados grandes” (no sentido da grande extensão territorial) seriam sinônimo de atraso, respaldando-se na divisão de São Paulo em 1890 para criar o Estado do Paraná. Não é por menos, que Bittar (2009) tece a seguinte consideração ao se reportar a respeito da criação de Mato Grosso do Sul, justificando o porquê de nem mesmo a população saber que tal fato ocorreria. Assim, para a autora:

Mato Grosso do Sul nasceu a 11 de outubro de 1977 depois de longa jornada separatista protagonizada pelos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso uno, a contar do final do século XIX. A sede da capital no

⁹ Segundo consta em nota de Campestrini e Guimarães (1995, p. 161), Rohan nasceu em Niterói (RJ); chegou a marechal do Exército; foi ministro da guerra do Brasil no tempo da guerra com o Paraguai; faleceu em 1894. Escreveu alguns estudos sobre Mato Grosso.

“norte” gerava inconformismo nos grupos latifundiários sulistas [...] (BITTAR, 2009, p. 16).

Desta forma, têm-se a interpretação de que o sul de Mato Grosso estava em vantagem do ponto de vista econômico, porém, o fato da capital localizar-se ao norte do Estado e funcionar como centro do extenso território, não agradava os sulistas, dando um sentimento de que estes estariam “carregando o Estado nas costas” e não estavam sendo reconhecidos e nem poderiam ter sua autonomia política, pois entende-se que na capital estavam os “aparelhos” de Estado¹⁰. De fato, a singela interpretação de que o sul não possuía autonomia política faz sentido quando em Bittar (2009) menciona-se que a partir da exploração do ouro que Cuiabá passou a ser o centro político.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977, pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso (BRASIL, 1977)¹¹. Segundo Campestrini e Guimarães (1995), após o desmembramento de área territorial, Mato Grosso ficou com 38 municípios, enquanto Mato Grosso do Sul passava a ter 55 municípios. Atualmente, de acordo com os dados disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, Portal Cidades@)¹² o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área territorial de 357.145,531 km² (ano de 2018), composta por 79 municípios tendo Campo Grande como a capital. Ainda segundo informações do site, a população no último censo (2010) foi de 2.449.024 pessoas, dentre as quais a situação domiciliar (urbana/rural) correspondia a 2.097.238 e 351.786, respectivamente.

Salienta-se que no item a seguir (3.3) são abordadas algumas questões que também permitem um melhor entendimento do cenário de criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.3 A luta pela terra em Mato Grosso do Sul

¹⁰ Apesar disso, uma cidade também se destacava nesse contexto: Corumbá, conforme ressalta Bittar (2009), pela importância do Porto de Corumbá salientando que, a construção de estradas trafegáveis teve início no começo do século XX.

¹¹ LEI COMPLEMENTAR Nº 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm>. Acesso em: 06 fev. 2019.

¹² Informação disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em 06 fev. 2019.

Ao debruçarmo-nos nessa temática, a literatura nos remete que o processo de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul se deu em decorrência da concentração de terras, priorizada pela forma com que se configurou o acesso à ela ou seja, beneficiando a grande propriedade.

Desta forma, ao analisarmos os dados descritos em Rescigno (2010), podemos verificar que a concentração de terras em Mato Grosso do Sul, já nasceu concentradora sendo uma “herança” ainda do final dos anos 70, conforme transcrito na tabela a seguir.

Tabela 1- Distribuição fundiária de Mato Grosso do Sul 1975/1978.

Área	1975		1978	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Até 100 ha.	43.113	748.599	33.606	948.743
101 a 1000 ha.	9.735	3.549.308	12.909	4.880.015
1.001 a 10.000 ha	4.491	12.964.321	5.867	16.800.440
Mais de 10.000 ha	528	11.122.743	579	16.204.784
Totais	57.876	28.384.971	52.961	38.833.982

Obs. As propriedades rurais diminuíram em 4.915 no geral, mas a área aumentou em 6.449.001 há.
 Fonte: Tabela do INCRA (Levantamento fundiário realizado pela CPT/MS em dezembro de 1980), citado por Rescigno (2010, p. 22).

Ao relatar a respeito do processo de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, Silva (2004) enfatiza que esse processo se deu em decorrência do poder político das oligarquias rurais considerado como marca histórica de Mato Grosso do Sul, gestando assim um poder político-econômico que priorizou a grande propriedade. Nesse sentido, a autora enfatiza que a luta por terra em áreas que atualmente constituem o Estado de Mato Grosso do Sul, está intimamente ligada a conflitos envolvendo os povos indígenas e, posteriormente, àqueles herdados das antigas formas de exploração (erva-mate e posteriormente, criação de gado) e a partir de 1950 com início do processo de modernização da agricultura e aos trabalhadores rurais sem terra. Ainda segundo Silva (2004), o cenário se agrava ao longo da década de 70, pois, é de fato nessa época que o processo de modernização da agricultura se concretiza, resultando assim na expulsão e também de demissão dos trabalhadores rurais que já não possuíam posses de terras, mas que trabalhavam

como arrendatários ou em parcerias. A autora pontua ainda algumas condições que propiciaram ainda mais o interesse dessa ocupação:

[...]. Essa região do país é profundamente marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos econômicos e políticos que vislumbraram aqui, uma terra próspera e rica, principalmente por suas características naturais, que propiciaram, em tempos mais remotos, a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado (SILVA, 2004, n.p).

A menção feita por Silva (2004) remete ao que Campestrini e Guimarães (1995) ressaltam ao se retratarem a respeito da dualidade entre norte e sul de Mato Grosso, pois segundo os autores, o sul contemplava potencialidades para a agricultura e pecuária. Ressaltam ainda que:

O norte foi povoado, durante os primeiros séculos de ocupação, por aventureiros em busca de riquezas, sem maior interesse no povoamento, tanto que, com o decréscimo da produção do ouro, a população diminuiu. O sul baseou-se na pecuária extensiva, que fixou o homem à terra, beneficiando ainda a chegada de numerosos levas de imigrantes determinados a fazer riqueza com a pecuária e com a agricultura¹³. O sul está, por razões históricas e econômicas, ligado a São Paulo e ao Paraná; o norte, à Amazônia, a Goiás, a Brasília. A administração do Estado foi sempre bipolar: havia, em quase todos os órgãos do governo estadual, duas regionais: a do norte e a do sul, caracterizando interesses locais (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1995, p. 140 -141).

Outro fato que também está intimamente relacionado à questão da posse pela terra em Mato Grosso do Sul, diz respeito aos mecanismos criados pelo Governo, (ainda antes do desmembramento de área do então Estado de Mato Grosso) a fim de fomentar a economia nacional, trazendo como consequência para o novo Estado (MS) maiores motivações no engajamento de luta pela terra.

A despeito desses mecanismos, uma publicação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER, 1977), menciona as “estratégias”, que seriam os diversos programas de financiamentos utilizados pelo Governo com o objetivo de alavancar a economia nacional e, por conseguinte, a do Estado de Mato Grosso (uno), em que na porção sul predominava o setor primário e

¹³ Acredita-se que o termo utilizado pelos autores “fixou o homem à terra”, foi no sentido de dizer que, com a entrada dos rebanhos ainda no Sul de Mato Grosso uno, propiciou num primeiro momento, o surgimento das primeiras fazendas e pousos, conforme menciona Bittar (2009). Desta forma, compreende embasado em Batista (1995) que tanto o processo de ocupação pela pecuária e posteriormente, pela agricultura não propiciou ao camponês esta fixação, já que estes, juntamente com escravos e indígenas, trabalhavam nestas fazendas, tanto que foi necessária por parte destes indivíduos, a luta pela conquista de suas “próprias” terras.

a prática da pecuária, sendo realizada pelos criadores sem muitos investimentos de capital humano e financeiro e por esses motivos, não possuíam condições de realizar novos investimentos, comprometendo a criação (EMBRATER, 1977). Nesse sentido, segundo a mesma publicação:

A partir da decisão do Governo de interiorizar o desenvolvimento nacional, começaram a ocorrer mudanças na economia do Estado¹⁴. Basicamente, a estratégia dessa decisão, prevista desde o Governo Castelo Branco, se apoiava no reconhecimento de que, embora a agricultura apresentasse como setor retardatário da economia, naquela fase ela estava apenas refletindo o sistema de incentivos criados para acelerar o setor industrial. A ausência de uma política agrícola definida, justificava o desnível nas taxas setoriais de expansão, e o crescimento da produção rural era consequência do deslocamento da fronteira agrícola e do aproveitamento da fertilidade natural das novas áreas (EMBRATER, 1977, p. 52).

Assim, a preocupação do Governo com a ausência dessa política agrícola era o fato de que poderia acarretar consequências na economia do Estado (ainda Mato Grosso uno), mercado interno, como também externo, tanto que:

O Governo se preocupava com o descompasso entre a oferta de produtos agrícolas e a demanda do mercado interno e com a incapacidade da agricultura, voltada para a exportação, adaptar-se às exigências do mercado internacional e às frequentes mudanças na política cambial (EMBRATER, 1977, p. 52).

Segundo Avelino Júnior (2008) que realizou um estudo denominado “A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul”, a década de 70 marca o início de maior valorização da terra, sendo ela utilizada como garantia aos bancos para a realização de financiamentos, vindo a culminar no aumento das propriedades produtoras de grãos, fazendo desaparecer a pequena propriedade que produzia para autoconsumo. Nesse sentido, o autor salienta que, aliado as propriedades produtoras de grãos (monocultura da soja) e a criação de gado, formou-se a base econômica do Estado e, conseqüentemente, isso refletiu-se em maiores investimentos no setor de modernização da agropecuária citando como exemplo, os próprios incentivos fiscais e financiamentos.

Salientam Oliveira Neto e Martins (2004) que, assim como a penetração do capital no campo, ou seja, a chamada “fronteira agrícola” se instalou na região sul do Brasil expulsando os trabalhadores do campo, o mesmo ocorreu em 1970 no sul de

¹⁴ Refere-se nesse momento ao Estado de Mato Grosso (uno).

Mato Grosso pelo fato do emprego de alta tecnologia, utilizando pouca mão de obra o que acabou culminando após 1970 em um significativo esvaziamento da população rural.

Essa alta tecnologia mencionada por Oliveira Neto e Martins (2004) também é relatada em Avelino Júnior (2008). Segundo o autor:

Foi na década de 70 que se deu o grande impulso colonizador no estado, quando fazendeiros e granjeiros, oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, dirigiram-se ao Mato Grosso do Sul¹⁵, a fim de trabalhar com culturas mecanizadas de cereais (AVELINO JÚNIOR, 2008, p. 80).

No período em que compreendeu os anos de 1975 a 1979, houve a vigência do II PND Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, propiciando assim, o processo de modernização da agricultura, ou seja, a expansão da fronteira agrícola, que trouxe consequências para os pequenos proprietários, pois esses tinham que se realizar a sua (re)produção na área de fronteira ou aceitar o processo de subordinação (BATISTA, 1995). Com isso, foram criados alguns programas de desenvolvimento, conforme consta-se a seguir:

Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PROCENTRO) e outros que incentivaram o surgimento de inúmeras lavouras de cereais (soja, milho, arroz) e extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte (AVELINO JÚNIOR, 2008, p. 81).

Assim, compreende-se que esses programas de desenvolvimento acarretaram ainda mais para a ocorrência de uma concentração fundiária, pois possibilitaram o predomínio/domínio da grande propriedade. Portanto, pode-se dizer que a criação de Mato Grosso do Sul se deu num âmbito pautado por interesses de ordem política e conseqüentemente, econômica, tendo os programas de financiamento e os recursos naturais do Estado contribuído para esse cenário.

¹⁵ O autor aqui se refere “Estado de Mato Grosso do Sul” para exemplificar que foi na porção sul ainda do Estado de Mato Grosso que se deu essa forte frente colonizadora, já que na década de 70 ainda não se havia dado o desmembramento de Mato Grosso do Sul do então Estado de Mato Grosso.

4 REFORMA AGRÁRIA, QUESTÃO AGRÁRIA, ESTRUTURA AGRÁRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Ao retratarmos a respeito da temática “reforma agrária”, se faz necessário compreender algumas outras terminologias que estão intimamente ligados a ela, com o intuito de não confundir ou negligenciar os seus reais significados.

As duas primeiras terminologias dizem respeito a própria definição do que é reforma agrária e questão agrária. Os autores, Rocha e Cabral (2016), realizam a seguinte definição:

[...] “A reforma agrária é uma política pública resultado das conquistas da população rural que não tem acesso a propriedade da terra, enquanto a questão agrária é uma discussão mais ampla e complexa que se refere a questões econômicas, sociais e políticas”[...] (ROCHA; CABRAL, 2016, p.75-76).

Referindo-se aos termos questão agrária e reforma agrária, Delgado e Bergamasco (2017) apresentam-nos uma explicação, partindo do ponto que esses dois conceitos possuem uma interdependência, ao mesmo tempo em que são termos autônomos. Para os autores:

O primeiro reflete uma determinada leitura de problematização da estrutura de propriedade, posse e uso da terra, historicamente identificada, por sujeitos sociais determinados. O segundo contém proposta política de reforma dessa estrutura agrária, originalmente associada à leitura da questão agrária previamente declarada. Mas o embate político da reforma agrária e o conteúdo socioeconômico da questão agrária seguem itinerários históricos próprios. Podem não coincidir no tempo histórico determinado a relação original da questão agrária e da reforma agrária, relativamente à natureza contemporânea dos problemas centrais da estrutura agrária (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 21).

A terceira e quarta terminologia diz respeito ao que vem a ser estrutura agrária e estrutura fundiária. Para Silva (1982, p. 48) “A estrutura agrária é a maneira como a terra está distribuída” [...]. Nesse sentido, o autor menciona um trecho que serve para exemplificar essa afirmação:

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem-número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento (SILVA, 1982, p. 33).

Essa concepção do autor permite-nos compreender estrutura agrária como sendo a dinâmica estrutural das terras designando assim se a mesma encontra-se “distribuída” de forma concentrada ou não.

Para Moreira (1986, p. 163) “estrutura fundiária é a forma de distribuição dos imóveis rurais, segundo o seu tamanho”. Nesse sentido, o autor quer designar se os imóveis rurais possuem áreas pequenas, médias ou grandes. Segundo Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, em seu art. 4º, “Para os efeitos desta lei, conceituam-se:”.

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

b) (VETADO)

c) (VETADO)

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

b) (VETADO) (BRSIL, 1993).

Nesse caso, o tamanho unitário do módulo fiscal para o município de Anastácio/MS, onde localizam-se os assentamentos em estudo é de 90 hectares e cada município possui um valor já estipulado¹⁶.

Sendo assim, podemos dizer que através de uma análise da estrutura fundiária, podemos identificar a estrutura agrária de um determinado Estado, município ou região geográfica.

4.1 Considerações a respeito da materialização de assentamentos rurais

Cabe em primeiro momento tecer algumas considerações a respeito do que é o assentamento rural. Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA, 2020a, O que é um assentamento?), “Basicamente, o assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário¹⁷”.

¹⁶ Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 18 março 2019.

¹⁷ Conceito disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020 o site foi atualizado e a referida informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em fev. 2020.

Para Strazzacappa (2006, p. 47) “Assentamento é a denominação genérica de uma área onde estão estabelecidas pessoas que se beneficiaram com a reforma agrária, em terras desapropriadas pelo Estado”.

Segundo Fabrini (2000) a luta pela terra antecede à reforma agrária, uma vez que, por meio da luta dos sem-terra, culminam os assentamentos de reforma agrária, ou seja, por mais que a reforma agrária seja uma política que deve permitir o acesso à terra, para consegui-la, é preciso que os trabalhadores lutem arduamente. Assim, o autor explica esse enunciado mencionando que: “Como resultado das mobilizações dos trabalhadores rurais sem-terra que passam a exigir do Estado medidas que lhes garantam o acesso à terra e a inclusão social e econômica, surgem os assentamentos de reforma agrária (FABRINI, 2000, p. 37).

Autores como Mitidiero Junior (2011), Guilherme Junior e Nahum (2013) também partilham da ideia de que o surgimento dos assentamentos rurais resulta da luta dos movimentos sociais que pressiona o Estado para fazer cumprir a lei. Por outro lado, devemos também ressaltar que em muitas das vezes o próprio sem-terra quando está em um acampamento, acaba sendo também o intermediador entre as demais famílias acampadas e o Governo. Como exemplo disso, podemos mencionar a própria história de luta dos assentados do Monjolinho e São Manoel, quando estes citaram que cada grupo de acampados tinha um representante/um líder. Desta forma, a luta pela conquista da terra se deu num âmbito pautado na participação ativa dos sem-terra que, apoiados por um ou outro movimento social, conquistaram tal objetivo.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 184 menciona as condições de desapropriação para fins de reforma agrária. Assim, estabelece que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988, p. 148).

Logo, em seu Art. 186 estabelece os requisitos que devem valer no cumprimento da função social da terra. Desta forma, menciona que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, p. 149).

O Decreto Nº 55.891, de 31 de março de 1965 que Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra, em seu capítulo I, Seção I, menciona os principais objetivos da reforma agrária, bem como da política agrária:

Art. 1º A Reforma Agrária a ser executada e a Política Agrícola a ser promovida, de acôrdo com os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, na forma estabelecida na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, terão por objetivos primordiais:

I - A Reforma Agrária: a melhor distribuição da terra e o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, que atendam aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade, garantindo o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

II - A Política Agrícola: a promoção das providências de amparo à propriedade rural, que se destinem a orientar, nos interesses da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprêgo, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País (BRASIL, 1965).

Pelo exposto, evidencia-se que, apesar de possuir diferenças conceituais entre o que vem a ser reforma agrária e política agrícola, ambas devem estar intimamente ligadas. Nesse sentido, entende-se que para uma efetiva execução da reforma agrária implica que esta deve vir acompanhada da efetivação da política agrícola. Em outras palavras, seria o que salienta Fabrini (2000, p. 37), quando menciona “O acesso à terra é o primeiro passo na realização da reforma agrária”. Entretanto, apenas o acesso à terra não garante a realização da reforma agrária, pois um conjunto de medidas são necessárias para que esta seja de fato efetuada”.

Também compartilham dessa ideia, Menegat (2004, p. 83) quando ressalta que “Não basta apenas desapropriar e assentar; é preciso dar condições para que as famílias beneficiadas possam produzir”. Para Mitidiero Junior (2011, p. 6), o percurso de sem-terra para a forma de assentado perpassa por dois momentos que são: [...] “a **luta pela terra** seguida pela **luta na terra**” [...].

Desta forma, essas condições que os autores se referem, diz respeito às ações provenientes do planejamento e execução da política agrícola que devem estar atreladas à reforma agrária.

Em Valverde (1985) ressalta-se a complexidade e a urgência em promover a reforma agrária, e por esse motivo, o autor sugere que o problema agrário de cada região requer:

a) o conhecimento mais completo possível da estrutura agrária atual; b) a formulação da estrutura desejável e mais adequada, assim como dos meios de alcançá-la; c) a resolução dos problemas correlatos, não menos importantes, da educação, do crédito, do fomento rural e ajuste na legislação civil (VALVERDE, 1985, p. 266).

Nesse sentido, o autor quer chamar atenção para o fato de que cada região deve ter um tratamento diferenciado ao tentar resolver o “seu” problema agrário, no sentido de dizer que não há um projeto/plano modelo perfeito que irá resolver o problema agrário de uma determinada região, mas sim que, a partir de cada projeto/plano elaborado pensando nas necessidades regionais possa de fato ser o início para uma possível resolução da questão. A respeito disso, Taveira (1978) também chama atenção ao mencionar:

Uma política agrária brasileira será, evidentemente, de âmbito nacional, mas os planejamentos dela decorrentes, e sua execução, devem ser objetivos e adequados, atendendo ao fato de que o Brasil, em suas dimensões continentais, apresenta várias feições ecológicas, culturais e sócio-econômicas que exigem tratamento específico (TAVEIRA, 1978, p. 73).

Esse autor também ressalta a importância de se levar em consideração as especificidades regionais no planejamento e execução da política agrária. Desta forma, entende-se que um mesmo projeto realizado para uma determinada região, não será compatível para implementá-lo em outra.

4.2 Processos históricos “determinantes” para a formação dos assentamentos Monjolino e São Manoel, município de Anastácio-MS

Para compreendermos a conjuntura na qual os assentamentos em estudo encontram-se atualmente estruturados, é preciso também, lembrar alguns acontecimentos que marcaram o processo de luta pela terra no Estado de Mato

Grosso do Sul, pois, são a partir desses acontecimentos que a história de luta pela terra se consolidou, dando origem aos assentamentos Monjolinho e São Manoel e também a outros tantos assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, foram levados em consideração os depoimentos dos assentados que foram entrevistados durante o trabalho a campo, bem como os escritos encontrados na literatura.

Ao traçar considerações a respeito dos acontecimentos que deram início e evolução da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, Souza (1997) menciona a década de 1980 como sendo a do surgimento de luta organizada pela terra, visto que no regime ditatorial a mesma foi silenciada. O autor salienta ainda que, para o seu estudo, optou por descrever os relatos históricos da geração a partir desse momento (década de 1980), porém, deixa claro que não desconsidera a luta das gerações passadas.

A década de 1980 mencionada por Souza (1997) corrobora com a análise que Batista (2001) realizou em relação à concentração de terras em Mato Grosso do Sul. Logo, menciona que “O latifúndio representava em 1980, 20% dos imóveis rurais, mas controlava 80% das terras” [...] (BATISTA, 2001, p. 9), ou seja, estava aí um motivo para que surgisse a luta pela terra, demonstrando a sua nítida concentração.

Para Menegat (2004), no que se refere às primeiras evidências de luta pela terra em Mato Grosso do Sul pelos trabalhadores rurais sem-terra que demonstrou a sua real concentração, ocorreu em 1979 envolvendo famílias de arrendatários que trabalhavam nas fazendas denominadas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, todas localizadas em Naviraí/MS.

Ainda segundo Menegat (2004) era comum nessa época os fazendeiros arrendarem suas terras para que os trabalhadores pudessem realizar a derrubada para cultivar as pastagens e enquanto o capim crescia, esses trabalhadores desenvolviam suas plantações em meio às linhas da pastagem que se formavam e, quando esta já estivesse devidamente pronta, os trabalhadores teriam que sair da fazenda para procurar outra área que, segundo a autora, seria também outras fazendas. Diante dessa situação os trabalhadores arrendatários vão à justiça para requerer o direito de permanecer na terra, porém, como bem menciona a autora:

“No caso do conflito entre arrendatários e proprietários em Naviraí, a justiça deu ganho de causa aos arrendatários culminando, em 1982, com o assassinato do advogado das famílias de arrendatários, uma morte ocorrida por questões fundiárias” (MENEGAT, 2004, p.77).

Todavia, no que refere à ocupação de áreas, o primeiro marco do início de luta pela terra no Estado por trabalhadores, segundo Souza (1997) se dá pela ocupação de partes das terras da então colonizadora Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), conhecida como Gleba Santa Idalina. Assim, o autor menciona que “[...] - 29 de abril de 1984 – é um marco divisor na história da questão fundiária do estado de Mato Grosso do Sul” (SOUZA, 1997, p. 43). Segundo Fabrini (2008), nesta ocupação (Gleba Santa Idalina), os latifundiários ficaram preocupados com a organização dos trabalhadores, ficando a favor do proprietário da referida área, mencionando ainda que, essa ocupação desencadeou outras organizações e ocupações pelos trabalhadores sem-terra.

A ocupação a qual Souza (1997) se refere (Gleba Santa Idalina), no município de Ivinhema-MS, reuniu:

“Em torno de 1000 a 1500 famílias (não dá para precisar o número exato de famílias). [...] “Quase na sua totalidade são ex- arrendatários, bóias-fria vindos de Mundo Novo, Eldorado, Itaquirá, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Bataiporã, Taquarussú, Nova Andradina e Dourados, com exceção de um grupo menor de brasiguaios e ilhéus¹⁸ (RESCIGNO 2010, p. 139).

Essa ocupação atualmente ainda se repercute por parte daqueles que dela participaram. Assim, durante as entrevistas foi possível ouvir as dificuldades sofridas nesse “episódio”. *O entrevistado nº 6 (assentamento São Manoel) relatou que para a ocupação da área da Gleba Santa Idalina foi necessário atravessar um rio que passava no meio da fazenda e este possuía uma forte correnteza, sendo preciso colocar uma corda para auxiliar na travessia (Informação verbal)¹⁹. Já o entrevistado nº 15 relatou a respeito de uma senhora que participou da ocupação e que durante a travessia do rio a mesma estava se segurando nos ombros de uma pessoa e de repente ela escapou e a correnteza arrastou-a e ela conseguiu se salvar, pois*

¹⁸ Em seu estudo, Rescigno (2010, p. 106) considerou como [...] “*ribeirinhos*” todos os moradores das margens esquerda e direita do rio Paraná entre Guaíra, no Paraná e Três Lagos no Mato Grosso do Sul. E por “*ilhéus*”, todos os moradores das ilhas do rio Paraná situado na mesma região geográfica acima descrita. Ainda segundo Rescigno (2010), essas populações foram atingidas quando do início da construção das usinas hidrelétricas situadas no rio Paraná (Porto Primavera e Ilha Grande).

¹⁹ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado em fevereiro de 2019, no assentamento São Manoel. Ordem de aplicação do formulário: assentado nº 6.

*segurou em vários galhos acumulados na beirada do barranco do rio onde o mesmo fazia uma pequena curva (Informação verbal)*²⁰. Para o entrevistado nº 25 do assentamento Monjolinho, “o marco da reforma agrária em Mato Grosso do Sul começou com a ocupação em Santa Idalina”, no município de Ivinhema/MS (Informação verbal)²¹.

Com relação ao despejo, localização do acampamento na Gleba Santa Idalina, e também, do rio que os camponeses tiveram de atravessar para realizar a ocupação, Batista (2013) relata o seguinte:

Os camponeses foram despejados de dezoito mil hectares, em 1984, da sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), numa das fazendas da colonizadora situada às margens do rio Guairá (Guirá-y-Rio dos Pássaros em Guarani) na divisa dos municípios de Jatei [í] (MS) e Ivinhema (MS) (BATISTA, 2013, p. 117).

A menção a respeito do rio que tiveram de atravessar é descrita nos versos de Juvenal Barbosa²², conforme mencionado em (Rescigno 2010, p. 141), como consta a seguir:

<p>[...] VII Lá perto do Ivinhema Todos para lá fomos E muito felizes da vida Chegamos no fim da estrada Porém não tinha saída.</p>	<p>VIII Nossa terra prometida Era às margens de um rio De água clara e cristalina Porém muita correnteza Na Gleba de Idalina.</p>
---	---

Ainda a respeito dessa ocupação, a mesma consta registrada no Diário do Congresso Nacional e, nesse sentido, considera-se oportuno mencioná-la, já que, nesse registro, é possível perceber o posicionamento do poder público a respeito da situação. Assim, transcreve-se a seguir:

O SR. SÉRGIO CRUZ (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso.) _ Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ocupação do latifúndio da SOMEÇO, em Ivinhema, Mato Grosso do Sul, por cerca de 1.500 famílias de trabalhadores, é o reflexo da omissão deliberada do Poder Público em tratar

²⁰ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado em fevereiro de 2019, no assentamento São Manoel. Ordem de aplicação do formulário: entrevistado nº 15.

²¹ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado em março de 2019, no assentamento Monjolinho. Ordem de aplicação do formulário: assentado nº 25.

²² Na publicação de Rescigno (2010) não consta o ano nem página em relação aos versos de Juvenal Barbosa.

a reforma agrária como prioridade política. Mais: segundo estamos seguramente informados, a tensão reinante, com a obstinação dos posseiros em não perder o espaço arriscadamente conquistado, cria um problema que poderá resultar num desenlace imprevisível, caso não se estabeleça, no encaminhamento da solução, o critério do bom senso.

A ocupação é um fato. Outro fato: a terra ocupada, mais de 20 mil alqueires fertilíssimos, é um latifúndio ocioso, desafiando a força de milhares de braços prontos para o trabalho e bocas carecidas de alimento. Terra negligentemente armazenada para fins meramente especulativos, num território vulnerável aos conflitos fundiários. Esperar que esses braços e essas bocas não procurassem, a qualquer momento, dar uma função prática a estas terras disponíveis, era acreditar na excessiva resignação da pobreza e da miséria absolutas que rodeavam (e ainda rodeiam) esse provocador quinhão agrário.

Ocorreu já a ocupação que poderia ter acontecido antes ou, faltamente, dar-se-ia depois. São pessoas pobres, homens preparados para a tarefa de cultivar o chão e dele tirar o sustento para sua família. Não houve uma invasão dolosa e, sim, uma ocupação harmoniosa de terras que foram abandonadas por um grupo desinteressado no desenvolvimento do Estado, cujo direito de propriedade é discutível, a partir do indício de que parte do lote é excesso, portanto, terra devoluta.

Não cabe, neste momento, Sr. Presidente, discutir aspectos jurídicos ou formalidades legais da questão. Compete-me, na condição de representante da Nação e, particularmente, como político profundamente identificado com as lutas populares e a causa dos pobres e oprimidos, indicar algumas saídas que evitem a violência e não permitam que esta ocupação, nefasto resultado da política econômica e social do Governo, venha a tirar a paz e a tranqüilidade que desejamos para O nosso Estado.

Proponho e faço questão de registrar nos Anais do Congresso Nacional:

1 — Suspensão temporária de qualquer medida legal, visando à expulsão violenta dos camponeses;

2 — Demarcação da terra em litígio para determinar se há ou não excesso. Inexistindo área remanescente, aquisição pelo Governo do Estado da área dispensável para o assentamento dos atuais ocupantes, mediante projeto de colonização, a exemplo do que fez o Governo do vizinho estado de São Paulo, no pontal do Paranapanema;

3 — Assistência alimentar e hospitalar de urgência aos posseiros, com a ajuda e sem nenhum embaraço do Poder Público; e

4 — Participação direta do Governador do Estado, desenvolvendo todo o empenho e ocupando todos os canais de entendimentos, com vistas a favorecer a permanência dos posseiros na área ocupada.

Sr. Presidente, minha posição no episódio é bem clara. Lamento que as coisas neste País tenham que acontecer como se estão passando em Ivinhema e em tantas outras partes deste Brasil continental, onde há tanta gente sem terra e tanta terra na mão de tão pouca gente. Estou plenamente solidário com os camponeses de Ivinhema! Por outro lado, não vejo nenhum crime em se dar à terra a sua função social, sobretudo quando, por indiferença do Governo, insensível a uma reforma agrária planejada, esta função social é dada por cidadãos, irmãos nossos em desespero, que, angustiados pelo desemprego e pela fome e à margem de qualquer interesse do Poder Público, são compelidos a antecipar soluções, rompendo o círculo do medo e tomando decisões conflitantes com a conveniência individualista e presunçosa das elites dominantes, detentoras do resguardo do legalismo formal e regaladas pela informalidade da força.

Por fim, Sr. Presidente, solidarizo-me com a Comissão Pastoral da Terra, que, mesmo diante dos obstáculos pela ação policial, tem socorrido os camponeses-ocupantes; solidarizo-me com o Prefeito de Ivinhema, Luis Saraiva, que, desde os primeiros momentos, colocou-se ao lado dos camponeses. A solidariedade é extensiva ao Diretório Municipal do PMDB, à FETAGRI, ao Sindicato Rural, à comunidade e a todos aqueles que, de

forma direta, sem meios termos, com seriedade, compreensão, humanismo e coragem, empenham-se na solução pacífica da angustiante questão social. Solução que passa a depender de sensibilidade, renúncia e espírito público. Há terra e trabalhadores sobrando. Deixemos o homem trabalhar, e ele fará a terra produzir. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, ATA DA 39ª SESSÃO, EM 4 DE MAIO DE 1984, p. 2967).

Diante o exposto, o pedido de não mover nenhuma ação para a retirada dos ocupantes de Santa Idalina não surtiu efeito, pois, segundo Rescigno (2010) já no dia 13 de maio de 1984 as famílias ocupantes foram despejadas. O autor ainda ressalta o uso da força policial utilizado no ato e descreve os escritos do Bispo Dom Teodardo na chamada “Segunda Carta Aberta ao Povo”, conforme a seguir:

“Está se desenrolando debaixo de uma chuva, fria não deixando de ter necessária pressão contra os despejando, gente humilde e sofrida, mas com uma fé inabalável em Deus e na sua causa. Receberam a força policial de joelhos, com cantos e orações, os braços levantados em súplicas para o céu.

Obedeceram as ordens, desarmaram seus pobres barracos, umas tantas vezes “ajudados” pelos policiais e levaram seus pobres pertences ao rio que separa a área da Fazenda vizinha. Passando em pequenos barcos para o outro lado, tiveram que andar a pé ainda uns 03 (três) Km por charcos e brejos e sempre debaixo de chuva” (SEGUNDA CARTA ABERTA AO POVO DE DEUS. DOM TEODARDO LEITZ, 19/05/1984, apud. RESCIGNO, 2010, p. 145).

A situação do uso da força policial utilizado no ato do despejo, também foi relatada por alguns assentados no momento da aplicação dos formulários tanto do Monjolinho como do São Manoel que participaram dessa ocupação. Para eles, o fato do Bispo Dom Teodardo ter realizado a intermediação para que todos se acalmassem e obedecesse a ordem da polícia foi de extrema importância, pois, caso o mesmo não o tivesse feito, a situação poderia ter sido bem pior, já que os ocupantes não pretendiam sair da área e a polícia tinha a ordem para de lá retirá-los, com uma ordem judicial. Assim, ficou explícito na fala de um assentado do São Manoel: “*la dá uma guerra, teve que fazer um acordo com o Bispo*” (informação verbal)²³. Segundo o Jornal Correio do Estado (1984, apud Rescigno 2010) até mesmo o secretário de segurança do Estado Aleixo Paraguassú ressaltou a importância da participação do Bispo Dom Teodardo que facilitou a desocupação da área.

²³ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado com o entrevistado de Nº 15, em fevereiro de 2019.

Segundo informações coletadas durante o trabalho a campo²⁴, após esse despejo, os sem-terra foram para a cidade de Ivinhema onde pernoveram e posteriormente, foram acampar na Vila São Pedro (Dourados/MS) em uma área de propriedade da Diocese de Dourados. Esse fato da transferência de Santa Idalina para a Vila São Pedro também está retratado nos escritos de Rescigno (2010) que, com base nos relatos do Bispo Dom Teodardo na chamada “Segunda Carta Aberta ao Povo de Deus” (em 19/05/1984), menciona que o Bispo solicitou ao secretário de segurança (Aleixo Paraguassú) para que levasse até a Vila São Pedro aqueles que para lá aceitassem ir. Posteriormente, (aproximadamente 4 a 5 meses)²⁵ foram transferidos para o município de Nioaque/MS em um assentamento provisório, área esta adquirida pelo Governo do Estado denominada Gleba Padroeira do Brasil.

Esse fato (transferência da Vila São Pedro/Dourados para a Gleba Padroeira do Brasil em Nioaque) também é afirmado por Rescigno (2010) quando menciona que a área adquirida pelo Governo do Estado localiza-se em Nioaque/MS e que se constituía em uma área de um assentamento provisório, na qual os acampados queriam que se chamasse de “Gleba Venceremos”.

Cabe salientar que a área da Gleba Padroeira do Brasil, adquirida pelo Governo do Estado foi fruto de constante pressão realizada pelos sem-terra. Assim, à época (31 de maio de 1984) o Deputado Sergio Cruz escreve a chamada “Carta Aberta ao Governador”, relatando a situação dos acampados na Vila São Pedro/Dourados/MS que estavam participando de uma ocupação na Praça do Rádio em Campo Grande/MS conforme é descrito a seguir:

A PRAÇA É DO POVO

Senhor Governador:²⁶

É profundamente lamentável, constrangedor e melancólico o comportamento adotado por V.Exa. com relação aos ocupantes de Santa Idalina. Primeiramente, sem nenhuma explicação convincente, V. Exa. manda cancelar uma audiência marcada para o dia 30 de maio, onde seriam recebidos os líderes dos posseiros, para restabelecimento das

²⁴ Escrita embasada na fala de entrevistados dos assentamentos Monjolinho e São Manoel durante o trabalho a campo (março de 2019 e fevereiro de 2019, respectivamente) que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina e foram transferidos para Padroeira do Brasil.

²⁵ Segundo informações adquiridas no trabalho a campo em ambos os assentamentos (se tratando de quem participou dessa etapa), o tempo de acampamento na Vila São Pedro foi de 4 a 5 meses até serem transferidos para Padroeira do Brasil em Nioaque/MS. Em Rescigno (2010) consta que o tempo na Vila São Pedro teve duração de 4 meses.

²⁶ Segundo Campestrini e Guimarães (1995, p. 145) No dia 15 de março de 1983 assumiu o governo [de Mato Grosso do Sul] **Wilson Barbosa Martins**, eleito pelo povo. Governou até 15 de maio de 1986, quando assumiu seu vice, Ramez Tebet, que completou o período [...].

negociações, abruptamente interrompidas pela Polícia Militar, por ocasião do condenável despejo de 14 de maio.

Hoje, ocupando a Praça do Rádio Clube, uma pequena parte do acampamento de São Pedro, reúne-se em Campo Grande, na expectativa de que o Governador a receba, como fez no início da ocupação, e aponte uma diretriz segura rumo ao pedaço de terra que pleiteia por direito e com bases em promessas feitas e compromissos assumidos.

Condenável, senhor governador, é saber que, além de recusa em receber esses trabalhadores, o Governo democrático do PMDB, nosso partido, manda bloquear a entrada do Parque dos Poderes, com aparato policial prevenindo-se contra o acesso desses humildes camponeses, que não querem outra coisa, além da palavra do governador com uma decisão definitiva para o seu angustiante problema: a Terra Prometida! [...] (BRASIL 1984, CÂMARA DOS DEPUTADOS. SEPARATA DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS, 47ª LEGISLATURA-2ª SESSÃO LEGISLATIVA. BRASÍLIA, 1984. CARTA ABERTA AO GOVERNADOR, DO DEPUTADO SÉRGIO CRUZ, 31 DE MAIO DE 1984, CAMPO GRANDE-MS)²⁷.

A respeito de ocupação de praças em Campo Grande/MS para reivindicar terra, foi relatado durante as entrevistas. Em uma delas, o entrevistado nº 24 do Monjolinho relatou que *“veio um grupo de 45 pessoas da Vila São Pedro pra protestar em Campo Grande em uma na praça (no momento não se lembrou do nome). Armemo uma lona e a polícia tirou a gente da praça. Queria tirar nois da praça porque toda hora tinha o povo da televisão, a mídia né. O povo passava de carro e chamava a gente de vagabundo”* (Informação verbal)²⁸. No assentamento São Manoel, durante as entrevistas, também foi possível compreender esse espírito de luta, pois, como bem relatou uma assentada que durante o processo de luta pela terra esteve acampada na Vila São Pedro: *“a gente tava acampado, só que a gente continuava lutando, ia pra Campo Grande pra pressionar. A gente tava em Campo Grande reivindicando terra e chega a caçamba de terra e jogaram água. Aquilo foi um desaforo, humilhação”*²⁹.

Nesse sentido, fica explícito que esses trabalhadores sem terra, apesar das circunstâncias de vulnerabilidade em que se encontravam, não deixaram de lutar para que as promessas feitas fossem devidamente cumpridas. Percebe-se também que pelo fato dos trabalhadores denominar o novo local para onde foram

²⁷ Consta na obra impressa intitulada **“CONFLITO DE IVINHEMA - VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES SEM TERRA”** que a mesma é composta por “Documentos transcritos nos Anais da Câmara e discursos proferidos pelo Deputado SÉRGIO CRUZ”, sob Coordenação Editorial de LINO BAMBIL, Composição e Arte Final: COMPLETA LTDA.

²⁸ Depoimento concedido durante aplicação do formulário no Assentamento Monjolinho. Ordem e aplicação: assentado nº 24.

²⁹ Depoimento concedido durante aplicação do formulário no Assentamento São Manoel. Ordem e aplicação: assentada nº 12.

transferidos como “Gleba Venceremos”, expressa a esperança de que naquela nova área iriam conseguir almejar o seu objetivo: a conquista da terra, porém, não foi o que aconteceu como será tratado no item (4.3) a seguir.

4.3 “O milagre da Padroeira”³⁰ ou “Gleba Venceremos”³¹

Depois de adquirida a área da referida gleba (Padroeira do Brasil em Nioaque/MS) pelo Governo do Estado, as famílias são trazidas para esse novo espaço, ficando em lotes de 4 hectares³².

Segundo Batista (2013) a área da referida gleba foi desmembrada da fazenda de mesmo nome (Padroeira do Brasil), o que configurou na compra pelo Governo do Estado de apenas uma porção de terra para atender a 471 famílias, sendo que: [...] “A área da fazenda correspondia a 7.355,5 hectares, com 4.694 hectares de terras pastais e lavradas, de onde foram desmembrados 2.500 hectares, negociadas em 1984 e destinadas ao assentamento” (BATISTA, 2013. p 132-133) [...].

Apesar da pequena extensão de área adquirida para assentar tantas famílias, esse projeto da Gleba Padroeira do Brasil, segundo Batista (2013) teve início em 03/09/1984 sendo a Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul (AGROSSUL) a responsável por realiza-lo e dar suporte as famílias “assentadas”, devendo ser um projeto “modelo” no Estado de Mato Grosso do Sul. Porém, como bem salienta esse mesmo autor, as condições de vida eram precárias e a empresa responsável não cumpre com o que havia prometido, fazendo com que muitos trabalhadores fossem a procura de empregos em fazendas e até mesmo em usina de cana-de-açúcar e aqueles que conseguiram produzir estavam com dificuldades para comercializar sua produção.

4.4 A Gleba Santo Inácio

Salienta ser necessário também retratar a história de formação da Gleba Santo Inácio, à época município de Anastácio, pois dela participaram famílias que atualmente encontram-se assentadas no Monjolinho.

³⁰ Transcrito de Batista (2013, p. 132).

³¹ Transcrito de Rescigno (2010. p. 148).

³² Informações adquiridas durante aplicação de formulários nos assentamentos Monjolinho e São Manoel/MS.

A Gleba Santo Inácio³³ se constituiu em uma área de terra provisória, ou seja, um assentamento provisório com uma área de 5.452 hectares reuniu famílias de 13 (treze) acampamentos provenientes de 12 (doze) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo considerada uma favela rural (RESCIGNO 2010; BATISTA, 2013). Conforme aponta Batista (2013), a Gleba Santo Inácio foi desapropriada da Rede Ferroviária Federal S/A, sendo instalada em junho de 1987 reunindo num primeiro momento, 835 famílias provenientes dos 12 (doze) municípios do Estado, isso no primeiro levantamento realizado, porém, ressalta que a área acabou servindo por três anos como local de espera, chegando a reunir um total de 5 mil trabalhadores enquanto aguardavam até que novas áreas fossem desapropriadas e as diversas famílias fossem realocadas. Segundo Rescigno (2010), as famílias que vieram para a referida gleba começaram a ser transportadas de seus municípios de origem no mês de julho de 1987, terminando a ação no mês de setembro deste mesmo ano.

Cabe mencionar que a decisão das diversas famílias que estavam acampadas em diversos municípios do Estado para aceitarem ir à Gleba Santo Inácio, não foi aceita de imediato. Como bem apontou o “Jornal dos Movimentos Populares”, (abril/maio de 1987) citado por Rescigno (2010), o Secretário de Assuntos Fundiários juntamente com apoio do Incra, ameaçou os acampados dizendo que se não fossem para o assentamento provisório em Santo Inácio iriam perder o fornecimento de alimentação e qualquer outro tipo de auxílio.

A origem das famílias era proveniente de diversos municípios do Estado de Mato Grosso Sul conforme consta a seguir:

Grupo de Jateí I, Grupo de Jateí II,(MS), Grupo de Bataiporã (MS), Grupo de Caarapó (MS), Grupo de Brasilândia (MS), Grupo de Dourados (MS), Grupo de Bataguassu (MS), Grupo de Amanbaí (MS), Grupo de Taquarussú (MS), Grupo de Três Lagoas (MS), Grupo de Sete Quedas, procedentes do Paraguai, Grupo de Eldorado, procedente do Paraguai, Grupo de Paranhos (MS), (entre eles alguns Brasiguaios) (BATISTA, 2013, p. 140).

Segundo informações adquiridas em trabalho a campo, um assentado do Monjolinho, entrevistado nº 2 “disse ter participado desse “assentamento” provisório

³³ À época, município de Anastácio/MS, pois, a Gleba Santo Inácio foi instalada segundo Rescigno (2010, p. 166) em abril de 1987 e as famílias começaram a ser transferidas para a referida gleba no mês de julho de 1987 (RESCIGNO 2010, p. 163). Nesse sentido, a área desta gleba era território de Anastácio, visto que foi pela Lei Estadual nº 775, de 13-11-1987, que desmembrou do município de Anastácio os Distritos de Dois Irmãos do Buriti e Palmeiras, para formar o novo município de Dois Irmãos do Buriti (PREFEITURA DE ANASTÁCIO). Disponível em <<http://www.anastacio.ms.gov.br/prefeitura/3/nossa-historia>>. Acesso em 30 março de 2019.

(Gleba Santo Inácio) e que ele foi escolhido pelo grupo a que pertencia (grupo de Sete Quedas/MS) para ser o líder. Mencionou também que antes de sair de Sete Quedas para vir ao assentamento provisório, Gleba Santo Inácio, o Incra realizou o cadastro das famílias para saber se realmente aquelas pessoas tinham noções de plantação, o quanto podiam colher de uma determinada hectare plantada e que muitas pessoas não passaram no cadastro, pois não conseguiam responder a esses questionamentos. Mencionou ainda que os barracos eram formados de acordo com a origem das famílias provenientes de cada município e a ideia do governo foi de juntar todos esses acampamentos em uma só área para facilitar as condições de atendimento às famílias sem-terra”(Informação verbal)³⁴. Porém, nos escritos de Batista (2013) fica claro que as condições dos serviços prestados para as famílias que lá estavam “assentadas” eram muito precárias. Cabe ainda salientar como bem menciona Batista (2013, p. 140-141) [...] “os órgãos envolvidos eram o TERRASUL, MIRAD, EMPAER, Secretaria de Segurança Pública, AGROSSUL, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação”.

Segundo Batista (2013), os órgãos acima citados, (TERRASUL- Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul, EMPAER- Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, atualmente extinta e incorporada à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, MIRAD- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), ficaram responsáveis durante seis meses, até que se formasse o assentamento definitivo denominado não mais de Santo Inácio (em referência a fazenda que possuía esse nome) e sim Marcos Freire³⁵, porém, como a área não comportava assentar todas as famílias (pois como já se mencionou, comportou famílias de trabalhadores de 13 acampamentos do Estado de Mato Grosso do Sul), durou ainda cerca de dois anos de espera para que então começasse a transferência das famílias excedentes para outras áreas. Assim, alguns grupos de sem-terra ainda permaneciam como sendo da Gleba Santo Inácio, na luta pela terra para garantir com que novas áreas fossem desapropriadas para fins de reforma agrária e assim, conseguissem realizar o seu tão almejado objetivo: a conquista da terra.

³⁴ Informação adquirida em trabalho a campo em março 2019 com entrevistado de ordem nº 2, do Monjolinho.

³⁵ Segundo dados divulgados pelo INCRA, o ato de criação do assentamento Marcos Freire data de 21/10/1987. Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em março de 2018.

4.5 Projeto de assentamento Guaicurus em Bonito/MS

Vale também realizar um breve enfoque quanto a este assentamento, pois dele participaram famílias que encontram-se assentadas no assentamento São Manoel e que fizeram parte desta pesquisa.

Segundo Rescigno (2010), esse assentamento foi criado em janeiro de 1986 em uma área que era de conflitos entre posseiros e fazendeiros, sendo desapropriada por interesse social em junho de 1984. Assim, o autor menciona que: Segundo o próprio TERRASSUL “O objetivo principal do projeto era a princípio, o assentamentos de ilhéus e ribeirinhos desalojados pelas enchentes ocorridas no Rio Paraná no período de 82/83” (Terrassul, 1986, apud. Rescigno, 2010, p. 131), porém, conforme explica o autor (Rescigno, 2010, p.132) essa mudança de objetivo foi ocasionada devido ao “surgimento de acampamentos de brasiguaios e bóias-fria no Estado”.

Dos entrevistados que estão no assentamento São Manoel apenas 2 entrevistados afirmaram ter morado no assentamento Guaicurús, porém, era em lotes de terceiros.

4.6 Projeto de assentamento Nioaque (antiga Conceição)

Deste referido assentamento, constatou-se também a vinda de famílias que estão assentadas no São Manoel e fizeram parte da pesquisa. Nesse sentido, 4 entrevistados relataram ter residido nele que, inicialmente, tinha o nome de Conceição devido a área deste ter pertencido a Fazenda Conceição, município de Nioaque/MS, motivo pelo qual os entrevistados mencionaram ter morado “na Conceição” e não Nioaque, como de fato chama-se o assentamento desmembrado de área da referida fazenda.

O assentamento Nioaque (antiga Conceição), foi criado segundo Rescigno (2010), no final do ano de 1985 para resolver conflitos de uma área indígena na região de Bodoquena/MS, mais precisamente no Distrito da Morraria, na qual a área pertence aos Kadiwéus e estava ocupada, além dos próprios indígenas, por posseiros e fazendeiros arrendatários. Segundo o entrevistado nº14 do São Manoel que estava na condição de posseiro, viveu por 12 anos nesta área conhecida também como Campo dos Índios, relatando ainda que outras famílias de posseiros foram transferidas para a então Conceição. O entrevistado nº 13, também, do São

Manoel, relatou ter morado nesta mesma área. Ambos foram transferidos para o assentamento Conceição e, assim como eles, os demais entrevistados (outros 2), eram *agregados*, ou seja, moravam e trabalhavam no lote de seus pais até conseguirem vir para o processo de luta pela terra pela área do assentamento onde residem (São Manoel).

Além destes acontecimentos mencionados anteriormente a respeito dos processos que foram “determinantes” para a formação dos assentamentos, um fato que também não se pode deixar de mencionar, diz respeito ao papel de como a mídia e a sociedade se comportavam diante das situações de luta pela terra. Desta forma, Batista (2013) relata uma abordagem negativa tanto do papel da imprensa, que favorecia membros do governo, quanto da sociedade civil que, ao ter conhecimento de que as famílias sem terra recebiam algum auxílio, fosse alimentação ou financeiro, passaram a ter uma imagem negativa, com uso de adjetivos pejorativos, o que, de certa forma, desmoralizava os movimentos de luta pela terra.

Segundo Souza (1997), os jornais “Correio do Estado” (Campo Grande, 17. Mai.1984) e “O Progresso” (Dourados, 17. Mai.1984), divulgavam notícias que vinham por desmerecer a ação dos sem-terra, (quando da ocupação de da Gleba Santa Idalina), noticiando que entre eles havia [...] “elementos infiltrados” ou que os mesmos recebiam financiamento do exterior” (SOUZA,1997, p.44). O autor cita ainda um segundo depoimento e, apesar de considera-lo tão desumano, convém também ser mencionado:

O deputado estadual Nelson Trad, por ocasião da Gleba Santa Idalina, assim, se manifestou:

“Os invasores, segundo relato fartamente documentado, se constituíam em sua maioria de velhos, reedição grotesca do exército de brancaleone, substrato paupérrimo trabalhado por enzimas de grande poder catalítico, estes sim, os verdadeiros marginais da história” (JORNAL O PROGRESO, 1984, p.1, apud. SOUZA 1997, p. 44).

Com relação à Gleba Santo Inácio, Batista (2013, p.142) também ressalta que por meio de matérias em revistas, jornais e programas de TV, era passada a ideia de que a reforma agrária no Brasil “estava dando certo”. Desta forma, não se pode negar que além da luta pela terra em si, os sem-terra ainda tinham que vivenciar a forma com a qual eram reportados pela mídia.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

5.1 O município de Anastácio

A história da criação do território de Anastácio possui relações com o município vizinho, Aquidauana, relações estas que tiveram como agente estabelecedor, o rio Aquidauana que no sítio urbano da porção norte de Anastácio, é um limite natural entre ambos os municípios.

Segundo Joia (2005), no que se refere ao povoamento de Aquidauana, as condições de navegabilidade do rio deste mesmo nome, permitiram criar um entreposto comercial em sua margem esquerda (atualmente Anastácio), pois nesta tinham-se também, as melhores condições de acesso.

“A história de Anastácio começa como bairro da cidade de Aquidauana, conhecido como “Margem Esquerda”, depois como sede de distrito do município de Aquidauana, e finalmente, como sede de município, quando se emancipou em 1964” (JOIA, 2000, p.28).

Para Domingues (1998), a entrada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fez com que o centro da cidade (no caso de Aquidauana, como já mencionado, a sua sede ficava na margem esquerda, atual cidade de Anastácio), passasse a se formar então na Margem Direita do rio Aquidauana, para onde rumaram os trilhos.

No que se refere aos primeiros núcleos populacionais de Anastácio, Valério (2002), menciona que estes tiveram início com a chegada das primeiras famílias de imigrantes, particularmente da Itália, e também por migrantes de outros Estados da federação, como os gaúchos e pernambucanos, tendo como meio de acesso o rio Aquidauana, chegando pela margem esquerda, por possuir melhores condições de atracamento para as embarcações, motivo pelo qual o povoado passou a ser chamado de Margem Esquerda. Ainda segundo Valério (2002), primeiramente a “Margem Esquerda” se tornou Distrito pela Lei nº 1.164, de 20 de novembro de 1958 e foi elevado à categoria de Município desmembrado da área territorial do Município de Aquidauana pela Lei nº 2.143, de 18 de março de 1964.

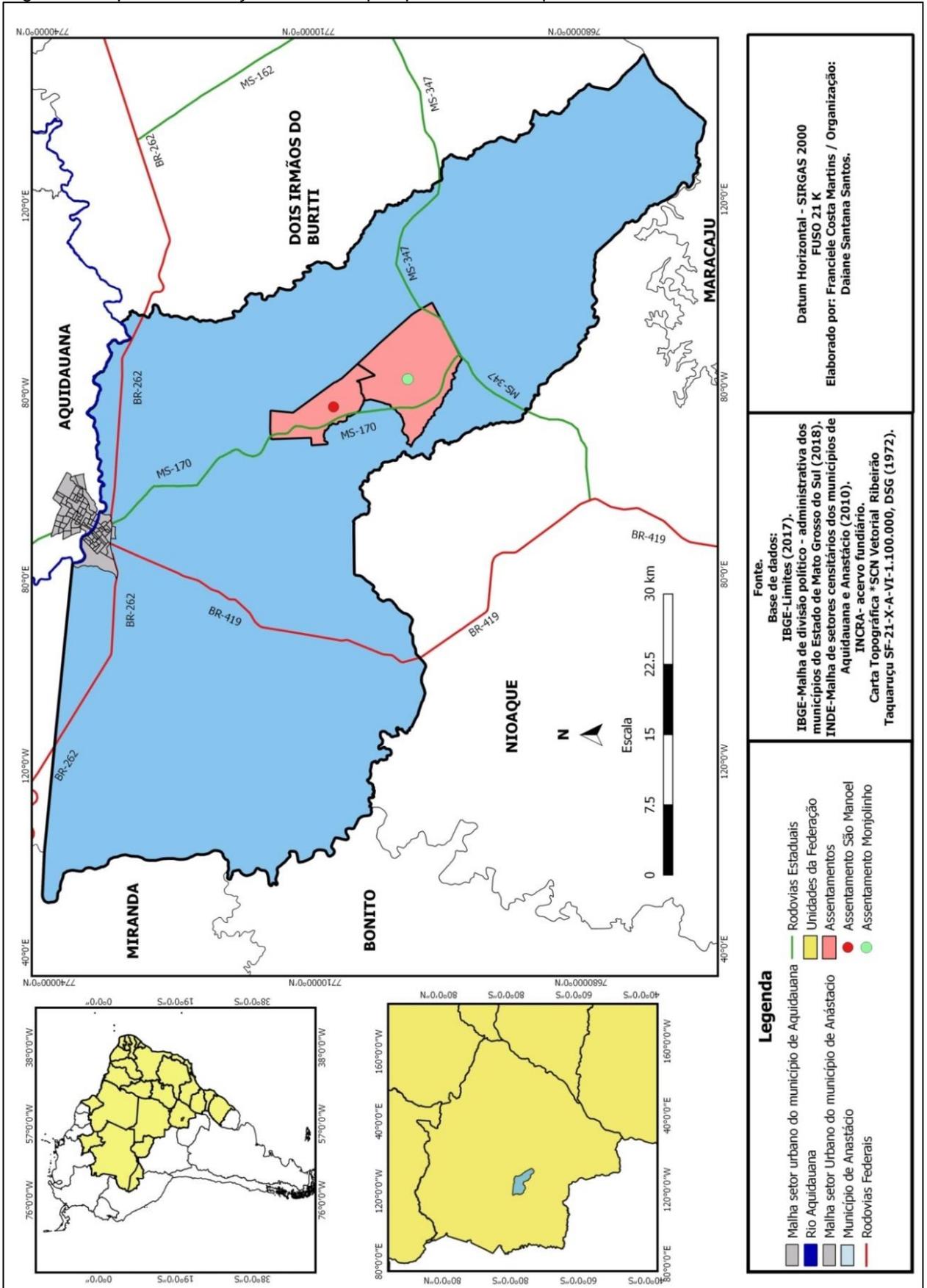
Há também, outra história, no que se refere aos primeiros núcleos populacionais de Anastácio. Conforme mencionam Pereira e Nascimento (2013), antes à chegada dos pernambucanos em Anastácio, havia a existência da família Dona Umbelina Jorge, que chegara à margem esquerda, mais precisamente, na

Fazenda Santa Maria, por volta de 8 de abril de 1932 e, nesta oportunidade, um de seus filhos que ali já se encontrava e era filho de criação de um fazendeiro, conseguiu comprar uma área de terras para que assim, a família Umbelina (na época, doze membros) pudesse se fixar, e foi o que ocorreu, iniciando-se assim, a formação denominada Aldeinha, em decorrência das visitas realizadas aos domingos após a escola dominical na qual dava-se referência à família da Dona Umbelina como Aldeia pequena, surgindo assim, o nome Aldeinha.

5.1.1 Localização dos assentamentos Monjolinho e São Manoel

Os territórios dos assentamentos Monjolinho e São Manoel localizam-se no município de Anastácio/MS, conforme figura 1 a seguir.

Figura 1- Mapa de localização das áreas pesquisadas-município de Anastácio/MS.



Fonte: Elaborado por Franciele Martins e organizado por Daiane Santana Santos.

5.2 A formação do Assentamento Monjolinho

O Projeto de Assentamento Monjolinho com 9.525,2207 hectares foi implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como ato de criação a Portaria Nº 01613 de 02/12/1988 e a forma de obtenção da área por compra e venda, datada de 18/11/1988, com capacidade para assentar 285 famílias, número este que foi totalmente preenchido³⁶.

Segundo Santos (2008) a área a qual pertence o Assentamento Monjolinho era de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, e era utilizada para a retirada de madeira usada na confecção de dormentes a serem utilizados na via férrea e também para produção de carvão vegetal. Essa situação também foi relatada pelo entrevistado nº 24 do Monjolinho durante a aplicação do formulário, na qual mencionou que: *“tinha uma serraria lá onde agora é a sede do assentamento. Preparava os dormentes e levavam pra Aquidauana, por aquelas bandas” (Informação verbal)*³⁷.

Para conquistarem esta área, mais uma vez as famílias tiveram que enfrentar os desgostos da luta pela terra a qual já haviam sendo realizados desde os períodos em que efetuavam ocupações e posteriormente, a vivência em acampamentos.

Devido à morosidade nas negociações pela referida área, um grupo de sem-terra que estavam ainda como sendo da Gleba Santo Inácio, transformada em assentamento Marcos Freire, resolvem ocupar a Fazenda Monjolinho (BATISTA, 2013; SANTOS, 2008). Esse fato da ocupação da então Fazenda Monjolinho também foi relatado por alguns assentados no momento da aplicação do formulário. Um relatou que: *“nós viemos foi à noite e a polícia achando que a gente ia vim no outro dia. Quando eles chegaram a gente já tava era lá. Quando chegamos tinha caminhão sendo carregado de madeira, aquele povo trabalhando e eu falei: os sem*

³⁶ Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reformaagraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 18 março de 2019. Em 2020, site com informações atualizadas, disponível no mesmo link, acessado em 6 fevereiro 2020. Para fins de confirmação da forma de obtenção da área do referido assentamento, buscou-se informação no E-Sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). A informação foi respondida, via sistema eletrônico em 04/03/2020.

³⁷ Informação adquirida durante aplicação de formulário com assentado de nº 24 do Monjolinho em abril 2019.

terra tão vindo tudo aí cara” (Informação verbal)³⁸ . Outro assentado disse: “nois tinha combinado entre os vários grupos pra vir ocupar a área, ai quando nois tava chegando bem alí perto do córrego Engano os policial já tava lá. Perguntou pra nois o que nois tava fazendo alí ai nois falamos que viemos trabalhar, (disse sorrindo), aí demo a meia volta e zarpamo embora (informação verbal)³⁹.

Ressalta-se em Batista (2013) que o grupo de ocupantes foi despejado com o uso da força policial, conforme menciona em seus escritos, baseado no depoimento de Olívio, à época, Padre da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes em Anastácio-MS. Segundo o depoimento:

“Chegamos ao Monjolinho por volta de quinze horas do dia 25. Faltou experiência para nós nesse momento. Um padre deveria ter ficado lá junto ao povo. É de se estranhar que o advogado da CPT regional não tenha ficado lá, já que ele foi junto ao povo na ocupação. O fato é que nos viemos para Aquidauana com o propósito de voltar no dia seguinte, nós dirigíamos para o Monjolinho quando nos deparamos na entrada da fazenda com a P.M. Padre Olívio, Padre Miguel e o repórter fizemos de tudo para entrar e a PM não deixou.

Finalmente, o cabo da P.M e nós fomos então procurar o capitão da P.M e nesse meio campo passamos ao lado do acampamento. Quando avistei o povo fiz menção de parar o carro, mas o cabo da P.M não permitiu. Faltou experiência e calma. O carro tem um segredo no pé. Era só pisar nele e ninguém saia do lugar. Coisas que só lembra depois do fato. Cruzamos o Monjolinho de um lado a outro e não encontramos o capitão. Esperamos uma hora e meia na estrada e depois fomos para Santo Inácio. Lá encontramos Dom Onofre e o Pe. Celso almoçando. Dom Onofre deu entrevista para a rádio Difusora e falou da situação. Às 18 horas do dia 26 os homens da Polícia Militar, despejaram os sem-terras que retornaram para Santo Inácio (BATISTA 2013, p. 145-146).

Segundo a CPT (1988, apud. Rescigno 2010), a ocupação da Fazenda Monjolinho ocorreu em 23 de agosto de 1988 e o despejo foi realizado no dia 26 deste mesmo mês e ano.

Segundo Santos (2008), foi em outubro de 1988 que a então Fazenda Monjolinho foi liberada para assentamento, porém provisório, e nesse caso, as famílias já foram acampar as margens do córrego denominado Engano⁴⁰ enquanto aguardavam as negociações entre o INCRA e a Rede Ferroviária Federal/S.A.

Ainda segundo Santos (2008), de início previa-se assentar 350 famílias, sendo: 50 pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores de Anastácio, 150 da

³⁸ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado em abril de 2019, no assentamento Monjolinho. Ordem de aplicação do formulário: assentado nº 6.

³⁹ Informação adquirida por meio da aplicação de formulário realizado em fevereiro de 2019, no assentamento Monjolinho. Ordem de aplicação do formulário: assentado nº 30 em maio 2019.

⁴⁰ Que é uma divisa natural da área do assentamento com a fazenda denominada Água Boa.

Padroeira do Brasil e 150 de Marcos Freire⁴¹, porém, após a criação do assentamento (02 de dezembro de 1988), o loteamento realizado da área foi de apenas 281 lotes, sendo que destes, 275 destinados para assentados, 5 para escolas e 1 para núcleo urbano (sede do assentamento), ou seja, houve uma redução de 69 lotes, permanecendo então apenas as 50 famílias do Sindicato, as 150 do assentamento da Padroeira do Brasil e 75 do assentamento Marcos Freire. As famílias restantes (75) foram realocadas para outras áreas de assentamento no Estado (Informação verbal)⁴². Segundo Batista (2013) a redução dos lotes se deu após o levantamento dos recursos naturais, realizado pelos técnicos, detectando que a área não poderia comportar as 530 famílias.

A construção da estrutura fundiária do assentamento Monjolinho carrega ainda outra particularidade: não obstante a redução dos 69, Santos (2008) ainda menciona que após a realização do sorteio dos lotes (24/05/1990) houve ainda a abertura de mais 10 lotes em uma área de 283,0152 ha (hectares) que havia sido deixada como reserva legal, correspondendo 2,97% da área.

Durante a aplicação do formulário a um assentado⁴³ que se denominou como liderança no processo de fundação do assentamento e também disse ter realizado ações em busca de melhorias quando as famílias já estavam instaladas nos lotes, relatou que foi dele a ideia de propor a abertura de mais 10 lotes, pois tinha famílias que estavam no processo de luta pela terra, porém, não tinham cadastro no INCRA. Disse também que, mesmo sendo uma área de reserva legal, não viu problemas, pois cada família poderia ter a sua própria reserva no lote. Enfim, são questões que surgem ao longo das conversas e nos fazem analisar o quão complexa foi a desapropriação dessa área (se referindo a área total do assentamento), para ser destinada às famílias. Por isso, não é coincidência ouvir de alguns assentados a expressão *“se for pra contar toda a história que vivemos, dava pra escrever um livro”*.

⁴¹ A Gleba Santo Inácio já havia sido transformada em assentamento Marcos Freire.

⁴² Informação cedida por Santos (2019) que participou do processo de luta pela terra do assentamento Monjolinho, tendo acompanhado “de perto” a situação.

⁴³ Informação concedida durante a aplicação do formulário com assentado de ordem nº 30 em maio 2019.

Desta forma, conforme averiguado no mapa impresso de parcelamento dos lotes⁴⁴ (INCRA, 1990), o Assentamento Monjolinho contém 291 lotes, dos quais os lotes rurais, (lotes de assentados) correspondem de 01 a 274, 276 e 282 a 291, sendo que o lote 275 foi destinado para núcleo urbano (conhecido popularmente como sede do assentamento ou agrovila) e por fim, os lotes 277 a 281 foram destinados para escolas, distribuídas em diferentes áreas do assentamento (atualmente desativadas, devido à construção da escola municipal). Portanto, em resumo, 285 lotes foram destinados a assentados, 5 para escolas e 1 para o núcleo urbano.

O núcleo urbano possui moradias, igrejas, posto de saúde e telefone público, uma agência dos Correios (atualmente sem uso), mercearias, borracharia, lanchonete, campo de futebol, salão comunitário e cemitério. Também possui a Escola Polo Municipal Rural Novo Progresso oferecendo o ensino fundamental, e na mesma área, uma extensão da Escola Estadual Maria Corrêa Dias que oferta apenas o ensino médio, ambas funcionando apenas no período vespertino devido à escassez de alunos e, por fim, outra área onde funciona a sede de produção Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho (AMAM), que será tratado próximo ao final dos escritos (seção 9, subseção 9.1). Ao observar o mapa de parcelamento dos lotes, não consta dentro dos polígonos que correspondem às áreas dos lotes, o número 276, mas sim o número 292. Sendo assim, acredita que houve um erro de contagem, devido a posterior criação dos demais lotes, já que na legenda de descrição do mapa, os lotes encerram-se na contagem da parcela 291. Assim, considerou-se o número que consta no mapa original (292), porém o correto seria 276 (informação verbal)⁴⁵.

5.3 Descrição da caracterização ambiental do Assentamento Monjolinho

5.3.1 Clima

Segundo Amaral et.al (2012), o município de Anastácio se enquadra na classificação climática proposta por Köppen (1948), do tipo “AW” - clima tropical

⁴⁴ Na fonte do mapa consta: CÓPIA FIEL do trabalho executado pela empresa SETEP- SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E PROJETOS LTDA em março de 1990. O empréstimo deste foi realizado pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Agência de Anastácio/MS.

⁴⁵ Explicação realizada no dia 17 de abril de 2019 na agência da AGRAER em Anastácio/MS.

com inverno seco apresentando como característica uma estação chuvosa no verão, que se estende de novembro a abril e uma nítida estação seca no inverno, compreendendo os meses de maio a outubro, denominando o mês de julho como sendo o mais seco.

Para Sant'anna Neto (1993), no que se refere aos índices de participação de correntes de ar na região de Anastácio, predominam a influência da massa polar atlântica e sistemas frontais, vindas do sul (50% do total ao longo do ano), massa tropical continental (30%) e as massas tropical atlântica e continentalizada, vindas de leste (inferior a 20%). Ainda segundo o autor, em decorrência dessas características há a alternância nos índices de temperatura, o que acarreta uma irregularidade no regime pluviométrico.

5.3.2 Geologia

Conforme consta no Mapeamento do Levantamento de Recursos Naturais, do Projeto RADAMBRASIL (1982a, v. 28), a área do Assentamento Monjolinho recebe os embasamentos paleozóicos e mesozoicos. Do centro para oeste o domínio do substrato está representado pelos arenitos carboníferos da Formação Aquidauana enquanto que a faixa em direção à leste é predominantemente representada pelos arenitos da formação Botucatu, também de idade jurássico/cretáceo, tendo na faixa norte pequena extensão de afloramento do arenito Aquidauana como contato litológico e no extremo leste, está sobreposto pelos derrames básicos da formação Serra Geral.

5.3.3 Geomorfologia

Conforme as unidades geomorfológicas e formas de relevo editadas no Mapeamento de Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL (1982b, v. 28) similar ao assentamento vizinho (São Manoel) dominam formas de relevo de topografia convexa desde a extensão oeste dos limites (canal do córrego Engano) em direção ao centro da área também com intensidade de aprofundamento da drenagem considerada fraca. No outro extremo, faixa leste, aparecem relevos de topografia convexa em vales mais largos que o da topografia anterior. Entretanto, ocupando faixas do extremo leste aparecem contatos com superfície erosiva

pediplanada representando relações de contato com relevo originado de rebaixamento de coberturas constituídas de rochas extrusivas (basaltos). O relevo tabular se faz presente em toda a faixa central da área deste assentamento. Aparecem além do topo aplanado, vales com drenagem considerada muito fraca em termos de aprofundamento, porém, mais representativas são as largura dos vales, permitindo considerar que em ambas as áreas dos assentamentos pesquisados esta faixa coincide com o contato entre a Formação Aquidauana e a formação Botucatu

5.3.4 Cobertura pedológica

Conforme o mapa exploratório de solos editado no Mapeamento de Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL (1982c, v. 28), em toda a faixa oeste predominam areias quartzosas, mais ao sul com características hidromórficas. A maior parte da área também é dominada pelos latossolos avermelhados associados a areias quartzosas e solos podzólicos vermelho amarelo. Na faixa sudoeste-sul (canal do córrego Engano) têm-se solos com expressiva influência hidromórfica como fator de formação. No extremo leste da área parece ser a faixa onde os solos apresentam condições latossólicas eutróficas, porém, identificados como pouco profundos. É a faixa menos expressiva neste assentamento.

5.3.5 Vegetação

Conforme o mapa de vegetação do Mapeamento de Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL (1982d, v. 28), comparadas às áreas territoriais dos assentamentos pesquisados, nesta área (Monjolinho), a atividade econômica de cobertura com pastagens mostra ser bem superior à área do Assentamento São Manoel. Contrastando com a situação relatada, consta-se que a faixa natural de savana arbórea densa (do Monjolinho) aparece de forma pouco expressiva estendendo-se de norte para oeste da área.

Em Santos (2008) constam as tipologias vegetais, descritas com base no levantamento de recursos naturais realizado pelo INCRA no ano de (1989) para a viabilização do Projeto de Assentamento Monjolinho e também em seus estudos de reconhecimento a campo, ressalta que a vegetação natural da área formada por:

a) Savana arbórea densa (fase cerradão)

Nela é que estão distribuídas as espécies de interesse comercial, tais como, o Faveiro (*Pterodon pubescens*), Jatobá (*Himenaea courbaril*), Cambarú (*Dipteryx alata*) o Angico (*Albizia polycephala*), a Aroeira (*Astronium urundeuva*), a Piúva (*Tabebuia caryotricha*) e o Pau d'Óleo (*Poporifera spp*).

b) Savana arbórea aberta (fase cerrado)

Encontram-se as seguintes espécies comerciais, o vinhático (*Plalhimemia veticulata*) o Louro (*Cordia spp*), o Angico (*Albizia polycephala*) e a Aroeira (*Astronium urundeuva*).

c) Savana arbórea aberta (campo cerrado)

Caracteriza-se pela existência de espécies como a Lixeira (*Curatella americana*), Peito de Pomba (*Tapiuia guianenses*), ipê amarelo ou paratudo (*Tabebuia caraíba*), Açoita Cavalo (*Luehea divaricata*) e Angico (*Albizia polycephala*), apresentando de forma geral troncos tortuosos e baixos, além de gramíneas naturais, tais como a grama forquilha (*Paspalum notatum*) e o Capim mimoso (*Eragrostis ciliaris*), sendo este último em maior quantidade.

d) Mata Galeria (mata ribeirinha) Abrange as margens dos córregos e caracteriza-se pela existência de espécies como a imbaúba (*Cecropia pachystachia*), Ipê roxo (*Tabebuia heptaphylla*) e peito de pomba (*Tapiuia guianensis*) entre outras.(INCRA, 1989, apud. SANTOS, 2008, p. 43-44).

Segundo Santos (2008) que, utilizando da imagem de satélite CIBERS, 225_074c_11_09_2006, ferramentas de cálculo de áreas do Programa AutoCad R-14, realizou uma classificação de uso do solo da referida área, obtendo-se assim, os seguintes resultados constantes na tabela 2 a seguir.

Quanto aos recursos hídricos, estes estão representados no mapa de parcelamento dos lotes elaborados para a pesquisa, os canais dos córregos principais existentes na área do assentamento.

Tabela 2- Área das classes de uso do solo e cobertura vegetal do Assentamento Monjolinho, em 2006.

Uso do solo	Área em hectares	Percentual (%)
Vegetação natural	2.011,1501	21,11
Vegetação regenerada	394,3605	4,14
Pastagem	7.029,1238	73,79
Solo nú	90,5863	0,96
Área total	9.525,2207	100,00

Fonte: Imagem CIBERS, 225_074c_11_09_2006. Organizado por Santos (2008, p.94).

5.4 A formação do Assentamento São Manoel

O Projeto de Assentamento São Manoel com 4.321,0281 hectares também foi implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como ato de criação a Resolução Nº 028 de 27/02/1992 e a forma de obtenção da área por compra e venda, datada de 24/01/1992, com capacidade para assentar 148 famílias, porém, 147 famílias foram assentadas⁴⁶.

Conforme verificou-se no mapa impresso de parcelamento dos lotes (Terrasul/Incra, 1993), cedido pela Agraer/Agência de Anastácio-MS, a parcela 91 corresponde à área da sede do assentamento. Nesta, além da existência de moradias, há também igrejas, posto de saúde, telefone público, mercearias, borracharia, a Escola Polo Municipal Rural São Manoel, oferecendo o ensino fundamental e na mesma área, uma extensão da Escola Estadual Maria Corrêa Dias, que oferta apenas o ensino médio, ambas funcionando apenas no período vespertino devido à escassez de alunos e, por fim, outra área onde funciona a sede de produção do Grupo Sustentável Baru, que será tratado próximo ao final dos escritos (seção 9, subseção 9.2).

Cabe também ressaltar que, no mapa de parcelamento dos lotes (o elaborado na pesquisa), as áreas destinadas para escolas, distribuídas pelo assentamento, surgiram em decorrência da não existência da escola municipal e nem mesmo transporte para os alunos. Assim, era preciso ter escolas em mais de uma área no assentamento para atender a todos. Atualmente estas escolas se encontram sem funcionamento e, em apenas uma delas, é possível verificar a existência de sua estrutura física, já que as demais foram construídas de madeiras e palhas. A área que consta no mapa como sendo uma escola na sede do assentamento foi mudada apenas de local quando da construção da escola municipal, mas continua na sede do assentamento.

A área a qual pertence o assentamento São Manoel também era de propriedade da Rede Ferroviária Federal/S.A, e era utilizada para exploração de

⁴⁶ Informação disponível em: Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 18 março de 2019. Em 2020, site com informações atualizadas, disponível no mesmo link, acessado em 6 fevereiro 2020. Para fins de confirmação da forma de obtenção da área do referido assentamento, buscou-se informação no E-Sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). A informação foi respondida, via sistema eletrônico em 04/03/2020.

madeira para utilização na confecção de dormentes utilizados em suas linhas férreas (Silva e Almeida, 2002) e para uso em suas locomotivas a vapor (Silva, 2011). Destaca-se que, na aplicação dos formulários, houve também relatos de assentados que fizeram menção da área do assentamento anteriormente pertencer a “Rede” (se referindo a R.F.F/S.A) e outros simplesmente “Rede Ferroviária”⁴⁷, e também, se recordaram da exploração de madeira que já estava sendo realizada no local, além da presença de carvoarias.

Assim como ocorreu a luta pela referida área do projeto de Assentamento Monjolinho, com a área do São Manoel não foi muito diferente, exigindo daqueles que dela participaram muita união, força, coragem e principalmente, perseverança. Com base em relatos derivados da aplicação dos formulários aos assentados, a ocupação da então Fazenda São Manoel foi realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito, Dois Irmãos do Buriti e Nioaque. No decorrer da luta as famílias sofreram dois despejos.

O primeiro, decorrente da primeira ocupação realizada em outubro de 1989, sendo as famílias retiradas da área no dia 24 de dezembro de 1989 (Informação verbal)⁴⁸. Em Rescigno (2010), consta que, após esse despejo, as famílias ficaram acampadas à margem da BR-262 em Anastácio, porém, como relatado por alguns entrevistados, nem todas as famílias foram para a BR-262 em Anastácio, preferindo voltar para os seus locais/municípios de origem.

A respeito desta ocupação Rescigno (2010) descreveu que esta se deu na noite de 27 de outubro de 1989 e uma carta da comissão de acampados foi encaminhada ao diretor do TERRASUL, Aparício Rodrigues, com vistas a relatar a origem das famílias e também os motivos que as levaram ocupar a devida área. Nesse sentido, consta-se na carta que são:

[...] 57 famílias de Dois Irmãos do Buriti; 28 famílias de Bonito; 43 famílias agregadas do Assentamento de Guaicurús; 39 dos excedentes da Padroeira do Brasil e 14 famílias do Assentamento Conceição, totalizando 181 famílias acampadas na área⁴⁹.

“Sabemos que é uma área do governo Federal (Rede Ferroviária), sabemos que é uma área totalmente improdutiva e que está sendo destruída por uma grande carvoaria que tira madeira de lei para fazer carvão (aroeira,

⁴⁷ Os entrevistados mencionaram apenas “Rede Ferroviária”, porém, o nome completo é RFF/S.A.

⁴⁸ Relato baseado na fala do entrevistado de ordem nº1 em fevereiro de 2019.

⁴⁹ Lembrete ao leitor: a partir da página 44 até o início da página 48, foram descritos assuntos pertinentes aos Assentamentos Guaicurus (município de Bonito/MS), Padroeira do Brasil (município de Nioaque/MS e Conceição (transformado em assentamento Nioaque, município de Nioaque/MS).

vinhático, chapadinha, etc.), sabemos que a área está sendo rapidamente devastada pelo corte e transporte de toras sem discriminação e respeito às normas exigidas de preservação e até uso de máquinas de esteira, sabemos que é uma área de proposta de Reforma agrária, tomamos a iniciativa, em primeiro lugar por essa situação de desespero e em segundo lugar para impedir a devastação da área” (CARTA DA COMISSÃO DOS ACAMPADOS AO DIRETOR DO TERRASUL- 06/11/89, apud. RESCIGNO 2010, p. 185).

Com essa situação, a Rede Ferroviária entra na justiça e pede a reintegração de posse e, mesmo com a atuação do advogado da CPT, as famílias não conseguem permanecer na área, realizando então, no dia 22 de dezembro⁵⁰, um termo de acordo com o secretário de Estado Assuntos Fundiários, representantes do INCRA, presidente da FETAGRI e o TERRASUL para desocuparem a área de forma pacífica, bem como realizar o transporte das famílias e a garantia de poderem retornar à área depois de feitas as negociações e, por fim, solicitam a realização de uma audiência com a Diretoria da Rede Ferroviária Federal, realizada em Bauru/SP (RESCIGNO, 2010). Mesmo após a realização da audiência, não se conseguiu um avanço que viesse a garantir a desapropriação da área, pois, ficaram acertados na audiência os seguintes pontos:

“A RFFSA, mantém a posição de estudar em princípio uma permuta de área envolvendo a fazenda São Manoel e outra área contígua a Ferrovia próxima a Ribas do Rio Pardo, considerando os interesses da RFFSA e os valores das duas áreas.

O INCRA, TERRASUL E FETAGRI, formarão comissão preliminar para execução de vistoria nos imóveis a serem desapropriados pelo INCRA, devendo iniciar os trabalhos em 10 dias.

A RFFSA, formará comissão para estudar, a permuta e avaliação das áreas em questão junto com o INCRA e TERRASUL”. (ATA DA REUNIÃO DE 09/01/1990 entre RFFSA, INCRA, TERRASUL, SEAF e FETAGRI, apud. RESCIGNO, 2010,p. 185 -186) .

As famílias perceberam que não estava havendo avanços nas negociações e segundo relatou ainda o entrevistado de nº 1, em janeiro de 1990, ocuparam novamente a área. Porém, ainda não puderam permanecer por muito tempo nela, pois segundo relatado pelos entrevistados, as famílias foram novamente despejadas com o uso da força policial de Aquidauana e por funcionários da própria Rede Ferroviária Federal S.A, e levadas para a cidade de Anastácio, ainda no mês de

⁵⁰ Por mais que o acordo foi firmado nessa data, segundo uma entrevistada, o despejo ocorreu às vésperas de natal, 24 de dezembro de 1990.

fevereiro⁵¹. Os entrevistados ressaltaram ainda que, mesmo com a situação dos despejos, continuavam firmes as reivindicações pela área.

Assim, é a partir de uma dessas reivindicações que conseguem um parecer favorável sobre a área que tanto queriam, conforme consta a informação a seguir:

É significativa a reunião realizada no dia 08 de agosto de 1990 pelo número de órgãos e responsáveis, se comprometendo em solucionar definitivamente o caso São Manoel. Estiveram presentes representantes do TERRASSUL, INCRA, RFFSA e o próprio governador do Estado, Marcelo Miranda. Nesta reunião INCRA se compromete em adquirir a fazenda São Manoel, de propriedade da RFFSA, e destiná-la para assentamento das famílias acampadas em Anastácio, num prazo máximo de 40 dias (ATA DA REUNIÃO ENTRE ÓRGÃOS DO GOVERNO E RFFSA, REALIZADO NO DIA 8 DE AGOSTO DE 1990, apud. RESCIGNO 2010, p. 187).

Por fim, conforme relatou o entrevistado nº 6, mesmo sabendo da negociação da área as famílias voltaram a ocupa-la e finalmente desta vez permaneceram na área no aguardo da divisão dos lotes que elas mesmas ajudaram a demarcar.

Dois fatos chamam atenção neste assentamento, e que foi abordado por alguns entrevistados: 1- não houve o sorteio dos lotes, visto que, as famílias, nas ocupações realizadas já tinham uma área onde realizavam plantações e, então, concordaram em permanecer com na área a qual já utilizavam, mesmo que em primeiro momento o INCRA não tenha concordado; 2 (informação verbal)⁵² - com a divisão dos lotes, houve famílias que optaram por trabalhar de forma coletiva, formando assim uma cooperativa denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (COPAC), conhecido também como “Grupão”, na qual criaram uma pequena “vila” dentro do assentamento em uma área que fora desmembrada de um lote, concedida por um dos integrantes da cooperativa. Apesar de morarem nessa “vila”, cada família tinha seu próprio lote, na qual esses lotes eram trabalhados de forma coletiva. Ainda, segundo as informações, a Cooperativa durou 10 anos, e ao seu término, as famílias deram continuidade às suas atividades, porém, agora de forma individual, e, aquelas que tinham lotes próximo à “vila” continuaram lá residindo.

⁵¹ Rescigno (2010) menciona que o dia do despejo se deu no dia 17/02/90.

⁵² Escrita embasada no depoimento da entrevistada N°12, em fevereiro de 2019.

5.5 Descrição da caracterização ambiental do Assentamento São Manoel

5.5.1 Clima

Conforme mencionado anteriormente, segundo Amaral et.al (2012), o município de Anastácio se enquadra na classificação climática proposta por Koppen (1948), do tipo “AW” - clima tropical com inverno seco apresentando como característica uma estação chuvosa no verão, que se estende de novembro a abril e uma nítida estação seca no inverno, compreendendo os meses de maio a outubro, denominando o mês de julho como sendo o mais seco.

Para Sant’anna Neto (1993), no que se refere aos índices de participação de correntes de ar na região de Anastácio, predominam a influência da massa polar atlântica e sistemas frontais, vindas do sul (50% do total ao longo do ano), massa tropical continental (30%) e as massas tropical atlântica e continentalizada, vindas de leste (inferior a 20%). Ainda segundo o autor, em decorrência dessas características há a alternância nos índices de temperatura, o que acarreta uma irregularidade no regime pluviométrico.

5.5.2 Geologia

Conforme Mapeamento do Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL (1982a, v. 28), a área do assentamento São Manoel apresenta substrato geológico de domínio paleozoico do período carbonífero constituído pela formação Aquidauana. Este domínio compreende toda a extensão norte-sul expandindo-se para nordeste. Na faixa noroeste, identifica-se traços de falhas indiscriminadas classificadas como encobertas. A faixa sudeste, pouco representativa, trás substrato do mesozoico, períodos jurássico/cretáceo representados pelos arenitos eólicos da formação Botucatu, integrante do Grupo São Bento. O mapeamento indica na direção sul-nordeste contato litológico, provavelmente devido a testemunhos da Formação Aquidauana.

5.5.3 Geomorfologia

Conforme as unidades geomorfológicas e formas de relevo editadas no Mapeamento de Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL, (1982b, v. 28), o conjunto escultural integra o Planalto de Maracaju-Campo Grande, representando tanto na faixa oeste como no extremo leste como sendo relevos de topo convexo com fraca intensidade de aprofundamento da drenagem em forma convexa posicionada a norte-noroeste da área. Na maior parte da faixa convexa tanto a oeste como a leste, o aprofundamento da drenagem ainda é pouco representativo, porém, dominam vales com maior alargamento. A parte central está constituída por relevo de topografia tabular que avança para nordeste e para o sul em direção à área do assentamento vizinho (Monjolinho). Nesta faixa, de acordo com a intensidade de aprofundamento da drenagem, apesar de considerada muito fraca (drenagem recente em superfícies pediplandas) a largura dos vales apresenta grandeza bastante representativa, muito superior quando se compara com a faixa de topografia convexa.

5.5.4 Cobertura pedológica

Conforme o mapa exploratório de solos, do Levantamento de Recursos Naturais do Projeto, RADAMBRASIL (1982c, v. 28), dominam solos latossólicos avermelhados associados a solos podzolizados com expressiva carga de areias quartzosas denunciando uma composição fragilizada com domínio arenoso. Na faixa oeste aparecem solos litólicos distróficos nos afloramentos rochosos, associados a solos podzólicos vermelho amarelo, também distróficos (baixa capacidade de troca).

5.5.5 Vegetação

Conforme o mapa de vegetação do Mapeamento de Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL (1982d, v. 28), nesta área aparecem os tipos de cobertura de vegetação natural e antrópica. A primeira, representada pela savana arbórea densa, conhecida como vegetação de cerrado, e se estende em faixas irregulares direcionadas para norte, nordeste, sul e oeste, com maior concentração de centro para oeste da área. A segunda trata-se de uso agropecuário com dominância de pastagem, configurando o domínio espacial desta última.

Em pesquisa realizada por Silva (2008, apud. Silva, 2011) foi realizada uma classificação quanto aos tipos de uso do solo na área do assentamento São Manoel, correspondente ao ano de 2008. Para tal, o autor considerou os seguintes atributos: Cobertura Vegetal, a Pastagem Cultivada e a Agricultura de Subsistência, conforme segue representado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1- Uso do solo no assentamento São Manoel.

Atributos	Área em – há	Percentual
Vegetação	1.861,8300	42,60
Pastagem Cultivada	1.237,0500	28,30
Agricultura de Subsistência	1.272,0600	29,10
Total	4.370,9400	100 %

Fonte: Silva (2008, apud. Silva, 2011 p. 228).

Ainda de acordo com Silva (2011, 228) “A perda da vegetação natural foi da ordem de 2.509,1100 ha, correspondendo a 57, 40,%, do total da área do assentamento”. Cabe ressaltar que, a perda da vegetação natural, já vinha sendo realizada desde quando a referida área pertencia a Rede Ferroviária Federal S.A, como já mencionado em Silva e Almeida (2002), a área era utilizada para exploração de madeira e para utilização na confecção de dormentes utilizados em suas linhas férreas, e, também, para uso em suas locomotivas a vapor (Silva, 2011).

Durante o trabalho a campo, ouviu-se também por parte dos entrevistados, relatos a respeito de que a referida área, antes de se tornar assentamento, a exploração de madeira já estava sendo realizada, mencionando ainda, a presença de carvoarias.

6 A MATERIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS MONJOLINHO E SÃO MANOEL POR MEIO DE CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CATEGORIA TERRITÓRIO

A categoria de análise geográfica que se levou em consideração nesse estudo foi a de território, pois, por meio da luta travada entre trabalhadores e o Estado por um território sob domínio de uma empresa federal, nesse caso a Rede Ferroviária Federal S.A, se deu a relação de disputa para que esse território pertencente a um particular viesse a se tornar um novo território, ou seja, o território dos assentamentos rurais Monjolinho e São Manoel.

Segundo Raffestin (1993), espaço e território são termos diferentes, porém, por terem sido utilizados pelos geógrafos sem critério acabou gerando confusões nas análises que realizavam. Desta forma, Raffestin (1993, p.143) menciona que “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Todavia, se analisarmos esse contexto descrito por Raffestin (1993) e correlacionarmos com as áreas dos assentamentos, teremos a seguinte interpretação: as famílias de ambos os assentamentos ocuparam em primeiro momento um território e não um espaço, ou seja, ocuparam o território da Rede Ferroviária Federal S.A. Posteriormente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) compra essas áreas e desapropria-as para destinar às famílias sem-terra. Desta forma, o INCRA passa ser o ator que realizou uma ação. Por outro lado, essa ação também foi realizada em decorrência de uma pressão exercida pelos trabalhadores que reivindicavam o acesso à terra e não apenas por vontade própria do INCRA.

Para Andrade (1995) a ideia de território está ligada à ideia de poder e não deve ser confundido com outras categorias como espaço e lugar, exemplificando como os diferentes atores utilizam-se do poder. Assim, enfatiza que:

[...] “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE,1995, p.19).

No caso da luta pela terra realizada pelas famílias sem-terra com relação às áreas que atualmente correspondem aos assentamentos Monjolinho e São Manoel,

têm-se o uso do Poder exercido pelo Poder público, ao mesmo tempo em que a posse da terra também pertencia a uma empresa do setor público federal. Desta forma, tinha-se de um lado as famílias sem-terra e de outro, o Estado, utilizando-se do aparato policial para contê-las, juntamente com a sua morosidade em disponibilizar áreas definitivas para assenta-las e, por fim, a existência de uma empresa federal que explorava esses territórios para manter seus interesses econômicos.

Utilizou-se no parágrafo anterior a palavra Poder com a primeira letra em maiúscula com a intenção de destaca-lo para dar ênfase à forma como o mesmo foi exercido ao longo do processo de luta pela terra. Quanto a essa questão de utilizar ou não a primeira letra da palavra “poder” em maiúscula ou minúscula, Raffestin (1993) menciona que esta é a ambiguidade do termo e nesse sentido salienta que [...] “ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga expressiva específica, conforme as circunstâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

6.1 A entrada de famílias nos lotes: materialização e territorialidade

Compreende-se que a conquista da terra pelas famílias materializou o território dos assentamentos Monjolinho e São Manoel, ou seja, ao adentrarem em seus lotes as famílias tem a certeza da materialização do “seu” então território.

Para Medeiros (2009) que abordou sobre a temática “Território, espaço de Identidade”, a partir da conquista da terra há uma nova significação da organização do espaço geográfico para os sujeitos que conquistam o território, surgindo o que denominou chamar de “re-construção da identidade e da territorialidade”, que propiciarão um conjunto de novas relações nesse novo território, que antes era abstrato ou sonhado. Nesse viés, Raffestin manifesta que:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] (RAFFESTIN, 1993. p.158).

Com relação ao território de um assentamento, Medeiros (2009) explica que apesar de ser um grupo de pessoas vivendo num mesmo espaço, não significa a

sua identificação umas com as outras, mas sim que esse grupo de pessoas possuem como identidade comum a condição de sem-terra, com um objetivo em comum que seria a busca pela terra. Nesse sentido, a autora esclarece que essa primeira identidade possui caráter político, social e cultural e, a territorialidade em si só ganha sentido [...] “com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infra-estrutura, suas novas relações sociais econômicas e culturais” (MEDEIROS, 2009, p. 219). Essa explicação recai muito bem quando nos referimos aos assentamentos pesquisados já que os mesmos são constituídos por grupos de pessoas de diferentes Estados brasileiros, porém, não se intimidaram apesar das suas diferenças de identidade e reuniram-se em busca do almejado objetivo que foi a conquista de “um pedaço de chão”.

Se em Andrade (1995) e Raffestin (1993) o território está ligado à ideia de poder, há por outro lado, uma interpretação de suma importância que não desconsidera a existência do poder, porém, realiza uma interpretação do território além do poder. Esse sentido:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41 apud. MEDEIROS, 2009, p. 218).

Desta forma, entende-se que, são a partir das relações estabelecidas entre essas diferentes identidades que se constituirão em uma nova configuração desse território, onde também será estabelecido entre os mais diversos valores, o afetivo. Isto será compreensível ao leitor mais adiante, quando da apresentação dos resultados obtidos por meio do trabalho a campo.

6.2 O assentamento é materializado, e agora, em qual categoria se inserem as famílias?

Segundo informações disponibilizados no site do INCRA (2020)⁵³ “Existem 9.435 Projetos de Assentamentos criados e reconhecidos em todo o país, ocupando uma área de 87.674.322,8254 hectares”. Ainda com base nessa informação, dentre

⁵³Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 Até 18/02/2020. Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 6 fev. 2020.

as 30 Superintendências existentes no INCRA, o Estado de Mato Grosso de Sul se enquadra na Superintendência Regional 16 (SR-16), somando-se a existência de 204 projetos de assentamentos, compreendendo uma área de 716.212,1874 hectares. Este mesmo órgão reconhece que:

“Cada lote em um assentamento é uma unidade da agricultura familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (estadual e federal), saúde (municipal) e outros” (INCRA, 2020, COMO É UM ASSENTAMENTO)⁵⁴.

Quanto aos princípios normativos para determinar se as famílias são consideradas como agricultores familiares, a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” menciona em seu Art. 3º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Ainda segundo a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 são também contemplados por ela, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011), desde que atendam os devidos princípios conforme consta para cada uma dessas categorias descrita na presente Lei (BRASIL, 2006).

Desta forma, considera-se que as famílias dos assentamentos rurais são consideradas na categoria de agricultor familiar, apesar da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 não reportar de forma objetiva que estão incluídas nessa categoria,

⁵⁴ Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020, o site foi atualizado e essa informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html?id=223>>. Acessado em 11 fev.2020.

assim como reporta de forma clara aos demais grupos mencionados. Por outro lado, a interpretação pode ser feita ao analisarmos o que menciona o Art. 3^o, inciso I da presente lei (“não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais”). Por outro lado, é válido destacar que há distinção entre os termos módulo fiscal e módulo rural. Em publicação realizada pelo INCRA (2008), tem-se a seguinte conceituação:

Módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.

Módulo fiscal, por sua vez, é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município (INCRA, 2008. QUAL É A DIFERENÇA ENTRE MÓDULO RURAL E MÓDULO FISCAL?)⁵⁵.

Conforme descrito pelo INCRA⁵⁶, no município de Anastácio/MS, 1 (um) módulo fiscal corresponde atualmente a 90 (noventa) hectares, ressaltando-se que para cada município, há um número limite diferenciado que o estabelece. Ao buscar informações no site deste órgão para averiguação da existência ou não do um valor de módulo rural para o município de Anastácio/MS, nada se obteve a respeito. Porém, cabe analisar a seguinte informação:

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2020, COMO É UM ASSENTAMENTO)⁵⁷.

Assim, devemos levar em consideração, que, ao se tratar de projetos de assentamentos, o tamanho da área de cada lote a ser determinado, levar-se-á em consideração as especificidades do local. Não é por menos que as áreas dos lotes de cada assentamento possuem dimensões diferenciadas. É o que relatou um assentado de uma das áreas de estudo (assentamento São Manoel) quando disse que *“quanto maior a área do lote, mais inferior é a qualidade da terra”* (Informação

⁵⁵ Informação disponível em < <http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal>>. Acesso em 07 de junho 2019.

⁵⁶ Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiar/regularizacao-fundiar/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 18 março de 2019.

⁵⁷ Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020, o site foi atualizado e essa informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html?id=223>>. Acessado em 11 fev.2020.

verbal)⁵⁸. Desta forma, ressalta-se a importância do órgão executor de um projeto de assentamento realizar estudos voltados para averiguar a viabilidade que uma determinada área possui para assim, destiná-la a um determinado grupo de famílias.

Assim, para se referir ao tipo de denominação na qual insere os imóveis rurais dos assentamentos, devemos dizer segundo a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, como sendo Pequena Propriedade. Em seu Art. 4º, menciona-se: “Para os efeitos desta lei, conceituam-se: II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

- ~~a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;~~
- a) de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento (Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017);
- b) (Vetado)
- c) (Vetado), (BRASIL, 1993).

No que refere às condições legais de posse da terra em ambos os assentamentos pesquisados, o INCRA disponibilizou em dezembro de 2019, o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Segundo informações no site do INCRA (2019) “O CCU é o primeiro documento que o assentado recebe para assegurar a posse provisória de seu lote e permitir o acesso a créditos do Incra e demais políticas públicas relacionadas ao programa de reforma agrária”⁵⁹.

⁵⁸Fala do entrevistado nº 1 do assentamento São Manoel, durante aplicação do formulário em fevereiro 2019.

⁵⁹Informação disponível em: <<http://portal.incra.gov.br/?q=noticias/familias-assentadas-recebem-541-documentos-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: Acesso em: 6 fev.2020. Informação publicada no site dia 27/12/2019.

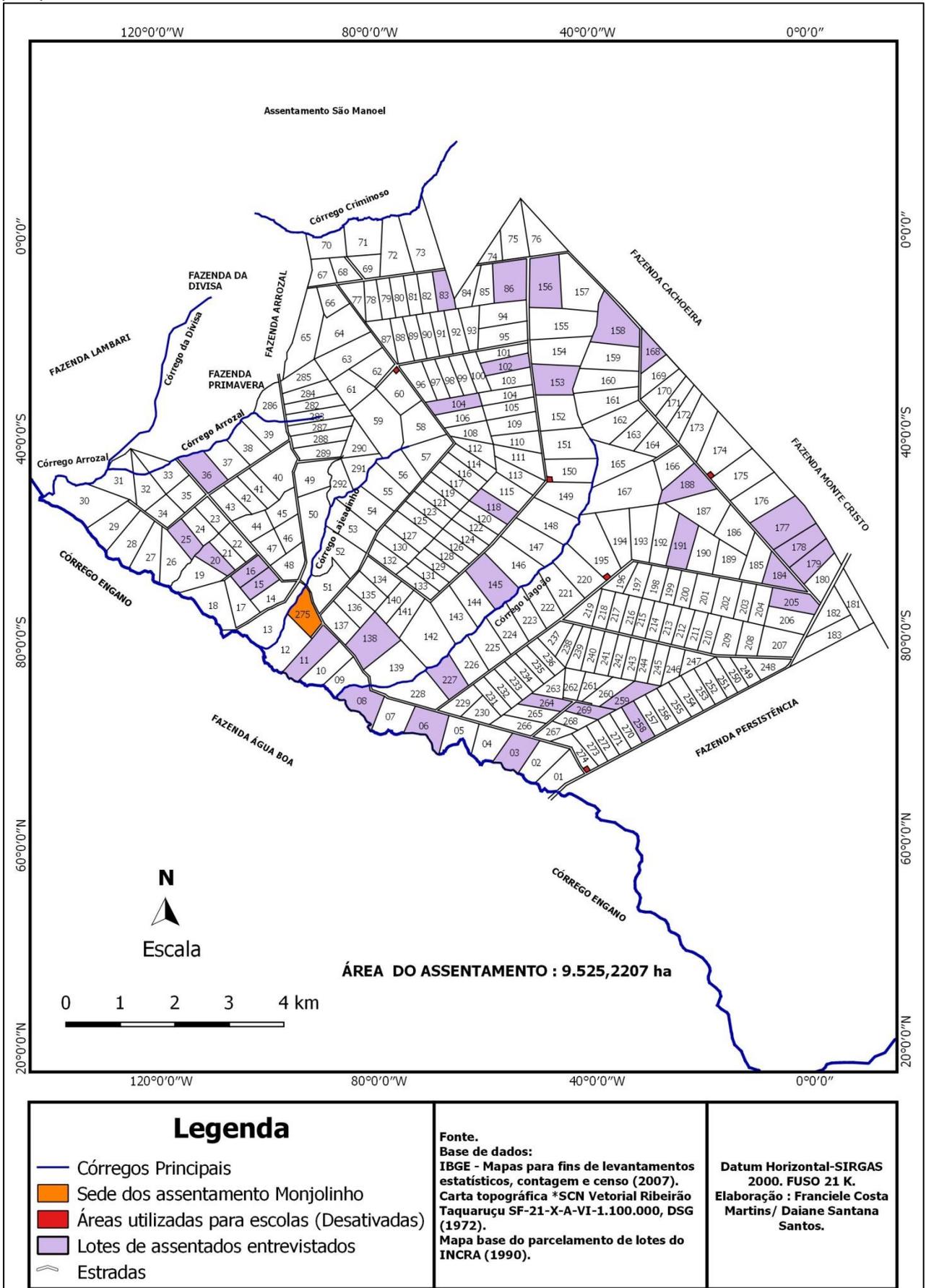
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO I (MONJOLINHO)

Considera-se importante durante a realização de uma determinada pesquisa, todas as etapas que levam ou não o pesquisador a alcançar os seus objetivos propostos. Assim, dentre as etapas desenvolvidas nesta pesquisa, além da abordagem teórica especificadamente necessária em qualquer estudo, o trabalho de campo foi determinante para que se pudessem alcançar resultados satisfatórios na compreensão da temática proposta. Por meio dele, foi possível o contato com as famílias que nos assentamentos residem desde o tempo de sua implementação, permitindo conseguir informações e muitos conhecimentos relatados pelos próprios atores desse território. Desta forma, defende-se por parte daqueles que se destinam a pesquisar, maior importância e sensibilidade para ouvir e dar voz àqueles que muito têm a contribuir.

A partir do item a seguir (7.1), seguem os resultados obtidos com a aplicação dos formulários no Assentamento Monjolinho, e, mais adiante (item 8), os resultados dos formulários no Assentamento São Manoel, ressaltando que os dados ora estão explícitos na forma de textos, ora, em forma de quadros e gráficos, de acordo com o que se julgou ficar mais representativo.

A seguir (figura 2), apresenta-se o mapa de parcelamento dos lotes do Assentamento Monjolinho e a espacialização dos lotes de assentados que foram entrevistados.

Figura 2- Estrutura fundiária do Assentamento Monjolinho e espacialização dos lotes abarcados na pesquisa.

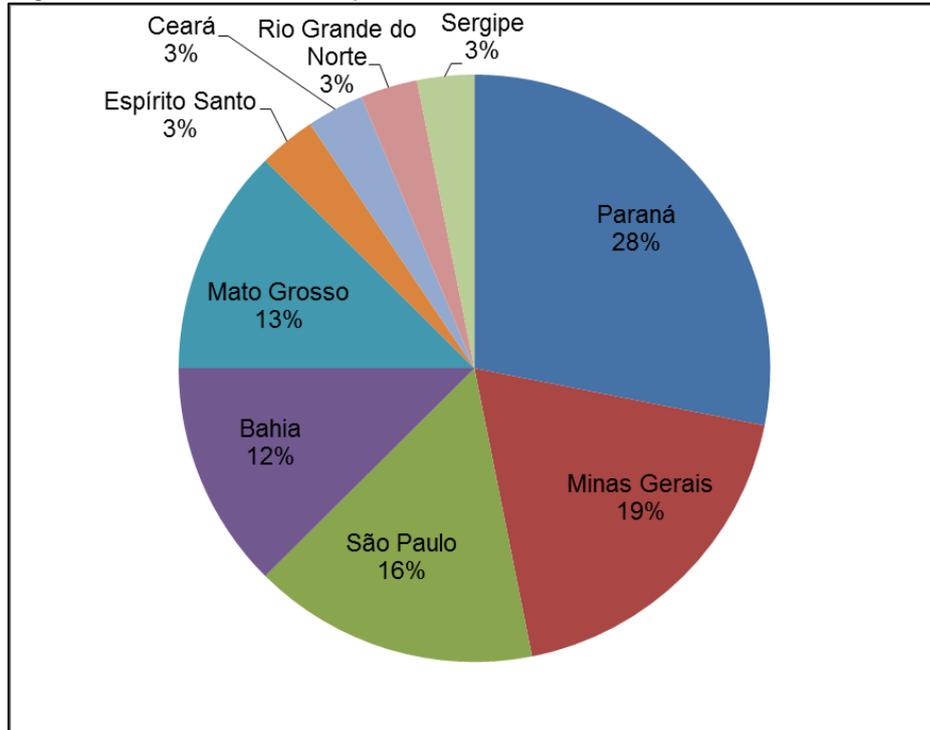


Fonte: Elaborado por Franciele Costa Martins e organizado por Daiane Santana Santos.

7.1 Procedência das famílias entrevistadas

Quando perguntado a respeito da naturalidade dos entrevistados, obteve-se os seguintes dados, conforme consta a seguir.

Figura 3- Assentamento Monjolinho: Naturalidade dos entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo.

Nota-se que do total de entrevistados, predominam aqueles oriundos dos Estados do Paraná, Minas Gerais, seguido de São Paulo, Bahia e Mato Grosso. Como consta no gráfico, 13% dos assentados possuem a naturalidade como sendo do Estado de Mato Grosso, provenientes de municípios como Eldorado, Aquidauana e Japorã, que com o desmembramento de terras deste Estado para constituir Mato Grosso do Sul, estes passaram a pertencer a esta nova unidade federativa.

No que se refere a faixa etária dos entrevistados, 66% possuem idade acima de 60 anos enquanto 34% possuem idade abaixo dos 60 anos. Esta pergunta foi realizada não com o objetivo de identificar se o entrevistado é ou não aposentado, já que para o trabalhador rural, a idade mínima para se aposentar é de 55 anos para mulheres e 65 para homens, (pois havendo outra pergunta a respeito da origem de renda familiar que permitiu detectar a existência ou não de aposentados), mas sim para confirmação de hipótese que a pesquisadora já tinha em mente de que, com passar dos anos, na população do assentamento, levando-se em consideração os

que lá estão desde a sua implementação, estavam prevalecendo pessoas “com mais idade”. Essa hipótese foi possível de ser confirmada durante as entrevistas, nas quais sempre se ouvia em um ou outro relato de que “*no assentamento está ficando mesmo só os mais velhos*” (expressão dada pelos próprios assentados), que expressaram com orgulho a oportunidade de ainda permanecerem em seus territórios.

Foi também perguntado a respeito de onde os entrevistados moravam antes de ingressar no processo de luta pela terra. Assim, as respostas obtidas evidenciaram que 91% residiam no Estado de Mato Grosso do Sul em diversos municípios como Anastácio, Amambai, Aquidauana, Caarapó, Dourados, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo (principalmente), Sete Quedas e Taquarussu. Dentre esses 91%, há um caso em que o entrevistado disse já ter morado no Paraguai, mas já havia retornado para Mundo Novo/MS quando da ocupação da Gleba Santa Idalina e outro que também relatou a respeito do pai (atualmente falecido) já ter plantado roça no Paraguai, mas retornou para Eldorado, dando início ao processo de acampamento. Em segundo, aparecem aqueles que estavam de fato morando no Paraguai (9%) e vieram para participar da ocupação de Santa Idalina, os chamados brasiguaios, definidos por Batista (2013), como sendo trabalhadores que por não possuir posse de terra no Brasil foram expropriados e expatriados de seu país, pelo processo de modernização da agricultura, passando a viver no Paraguai, relatando ainda a respeito da sua volta ao Brasil para participar das ocupações de terras, como foi o do caso acima relatado.

Dos 32 entrevistados, 72% relataram ter participado da ocupação da Gleba Santa Idalina, seja por eles próprios ou por seus pais, como foi o caso de 2 entrevistados que não participaram ativamente dessa ocupação mas que posteriormente a ela, permaneceram junto aos pais durante todas as outras fases de luta pela terra até o momento de conseguirem os lotes, permanecendo até os dias atuais mesmo com o falecimento dos pais. Por outro lado, houve também aqueles (22%) que não participaram dessa ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS pelo fato de pertencerem a outros grupos de sem-terra derivados de vários municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, e foram transferidos para um assentamento provisório denominado Gleba Santo Inácio, à época (junho de 1987) ainda território de Anastácio, já que o município de Dois Irmãos do Buriti ainda não havia sido criado. Por fim, os demais, 6% disseram não ter participado desses dois

acontecimentos, pois eram filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio, participando apenas da etapa do acampamento às margens do córrego Engano até que fosse realizado o sorteio dos lotes.

7.2 Violência no processo de luta pela terra

Ao nos retratarmos a respeito do processo de luta pela terra, é comumente ouvirmos que, em um ou outro momento, as famílias já tenham sofrido algum tipo de violência. Assim sendo, considerou-se oportuno perguntar a respeito de algum tipo de violência que tenham sofrido, ou não, de acordo com a visão de violência que cada indivíduo possui.

Desta forma, 44% relataram que houve violência no processo de luta pela terra, principalmente, na ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS, mencionando que *“policiais munidos de armamento teriam derrubado panelas com comida, rasgado as lonas dos barracos, além da pressão psicológica que faziam nos acampados,”*⁶⁰.

Por outro lado, também, 44% disseram que não consideraram ter havido algum tipo de violência, relatando não ter visto policiais batendo ou atirando em alguém. Porém, esse fato chamou bastante atenção, pois ao mesmo tempo em que alguns relataram que não houve algum tipo de violência, estes complementavam suas falas das mais diversas maneiras: *“a polícia tava lá em toda a área da greba (se referindo a Santa Idalina)”*, ou ainda, *“andou derrubando as panelas de comida do povo lá, não vi batendo, machucando ninguém”*. Nota-se assim, que para alguns entrevistados a expressão da palavra violência remete apenas à agressão física, o que não é realidade. Já na fala de um outro entrevistado que considerou ter havido algum tipo de violência, relatou que: *“não existe violência pior minha fia do que a psicológica, por isso tinha gente que até desistia da luta”* (Informação verbal)⁶¹. Houve ainda 6% que relataram não ter certeza se houve ou não violência, pois seus pais é quem participaram na ocupação de Santa Idalina, mas acreditam ter havido sim violência, pois tinha muitos policiais e o povo foi despejado. Por fim, 6% pertenciam ao Sindicato, portanto, responderam que não sofreram violência.

⁶⁰ Escrita embasada na fala dos assentados do Monjolinho entrevistados durante aplicação dos formulários.

⁶¹ Fala do assentado entrevistado de ordem nº 25 do Monjolinho, em abril de 2019.

Ao realizar questionamentos quanto à importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no processo de luta pela, foi unânime as respostas no sentido de dizer que esta desempenhou um importante papel, seja no sentido de organização de reuniões e assembleias para orientação da importância da luta pela terra, seja pelo acolhimento às famílias que foram despejadas, principalmente em Santa Idalina, fornecendo alimentação, ensinamento de “remédios” caseiros e, posteriormente, acompanhamento das famílias que estavam nos assentamentos provisórios (Padroeira do Brasil e Santo Inácio) além de oferecer ajuda jurídica já que tinha até mesmo advogado. Cabe ressaltar que mesmo as áreas dos assentamentos provisórios Padroeira do Brasil (Nioaque/MS) e Santo Inácio (à época, município de Anastácio/MS), que estavam sob responsabilidade do Estado por meio de organismos administrativos já elencados anteriormente mencionados por Batista (2013) que as colocaram naquelas áreas, a CPT ainda as acompanhava. Foi citado ainda, que quando adentraram nos lotes (no Monjolinho) a CPT conseguiu a perfuração de dois poços tubular profundos. Em pesquisa realizada por Santos (2017) detectou-se que a CPT de Campo Grande/MS também contribui com materiais para com a construção de uma cisterna que fica localizada no lote de um assentado e quando há falta de água na rede de distribuição comunitária, acaba beneficiando a vizinhança.

7.3 A participação dos assentados entrevistados nos movimentos de luta pela terra

O caminho percorrido no processo de luta pela terra não se fez sozinho, tendo aqueles que dela participaram o apoio de diferentes fontes, como exemplificou Rescigno (2010) ao se reportar a respeito da CPT na luta pelos sem-terra na ocupação de Gleba Santa Idalina em Ivinhema/MS e posterior acompanhamento destes quando foram transferidos para outras áreas, bem como Batista (2013) que também ressaltava a participação da CPT em todo esse processo.

Desta forma, oportunizou-se perguntar aos assentados, a qual movimento de luta pela terra teriam participado. A maioria dos entrevistados, 69% relatou a CPT como movimento a que pertenceram principalmente pelo fato que esta já havia dando apoio às famílias desde a ocupação de Gleba Santa Idalina, município de Ivinhema/MS. Nas demais respostas foram citadas a Federação dos Trabalhadores

na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI) (7%), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio (6%), Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul (AGROSSUL) (6%), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), (3%). Houve ainda 6% que responderam não terem pertencido a nenhum movimento, mas citaram ter lembrança da atuação da CPT e por fim, 3% mencionou que CPT e MST “era tudo junto”. Cabe ainda ressaltar que a AGROSSUL não era um movimento social, e sim a Empresa responsável pelo assentamento provisório na Padroeira do Brasil e também em Santo Inácio, sendo que neste último, havia também a participação de outros órgãos do governo, conforme já mencionado por Batista (2013). Por outro lado, também se ouviu de um entrevistado que “*Na Padroeira (Nioaque/MS) o MST que coordenava e a CPT dava assistência*”. Assim, respeitou-se e considerou a resposta relatada por cada entrevistado.

7.4 A luta não pára

Durante pesquisa a campo, pôde-se perceber por parte dos assentados entrevistados que o Assentamento Monjolinho possui duas “idades”. Conforme já descrito anteriormente no histórico de formação do assentamento com os dados do próprio INCRA, oficialmente a data de sua criação é de 02/12/1988, o que totalizou em 02/12/2019, 31 anos de existência. Porém, como pontua Santos (2008), a realização do sorteio dos lotes foi realizado em 24/05/1990. Sendo assim, alguns consideram os anos de existência oficial do assentamento apenas a partir do momento em que “receberam” os lotes, totalizando assim em maio de 2020, 30 anos de existência. Não é por menos que a comemoração de aniversário do assentamento é programada e transcorre no mês de maio. Desta forma, cabe mencionar a sequência de etapas para que venha existir oficialmente um assentamento rural de reforma agrária, retratada na figura 4 a seguir.

Figura 4- Etapas sequenciais que antecedem a existência de um assentamento rural, segundo o INCRA.



Fonte: Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 18 março 2019.

Por meio da imagem acima, dá a entender que essas fases transcorrem da melhor maneira possível. Porém, para aqueles que vivenciaram e conhecem, a realidade é outra, já que a luta por terra pelas famílias (aqui se referindo em ambos os assentamentos pesquisados) já vinha sendo realizadas a longas datas.

Independente da consideração do assentamento Monjolinho possuir duas “idades”, conforme descrito anteriormente, o fato é que os assentados ainda não possuem a escritura do lote. Neste caso, conforme especifica o INCRA⁶² “Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra”[...].

Transcorridos todos esses anos, considerou-se oportuno perguntar se os entrevistados ainda se recordam em relatar o processo de luta pela terra. Desta forma, 75% responderam que conseguem relatar a história de luta pela terra sem dificuldades, 22% que teriam que repensar um pouco e apenas 3% que disse já nem se recordar direito devido o tempo já decorrido. Esta pergunta foi realizada com a pretensão de se realizar uma “estimativa” para saber quantos anos durou o processo de luta pela terra. Todavia, ressalta-se que não foi possível precisar de fato a

⁶² Informação disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020, o site atualizou informações, disponível em novo link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acessado em 6 fev.2020.

quantidade de anos que durou todo esse processo já que os entrevistados sabiam relatar a história, porém muitos não conseguiam ter precisão das datas em que ocuparam ou ficaram acampados e também do despejo, pois como disseram, geralmente, *“datas a gente não costuma guardar muito bem, ou que então, que se confundem um pouco”*. Sendo assim, em resumo podemos considerar a história de luta pela terra por aqueles que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina que conforme (Souza, 1997) foi de 29/04/1984 até 24/05/1990 que segundo Santos (2008) foi nesta última data que ocorreu a materialização do assentamento com o sorteio dos lotes.

Vale lembrar que aqueles que participaram da ocupação de Santa Idalina ficaram acampados em torno de 15 a 18 dias, e ficando após o despejado, 2 dias na igreja de Ivinhema e depois foram acampar em uma área da Diocese de Dourados, a chamada Vila São Pedro onde permaneceram por cerca de 4 a 5 meses sendo transferidos para Padroeira do Brasil em Nioaque, onde ficaram por mais 4 anos e por fim, 1 ano e 8 meses a 2 anos, aproximadamente, na margem do córrego Engano próximo à área da então Fazenda Monjolinho aguardando as negociações pela referida área⁶³.

Já para aqueles que vieram de vários municípios do Estado para o assentamento provisório em Santo Inácio, é mais difícil precisar o tempo de luta pela terra, pois muitos deles já viviam em acampamentos, outros trabalhavam em fazendas. Então, para se ter uma ideia, podemos considerar o ano de instalação desse assentamento provisório (Gleba Santo Inácio) que segundo Batista (2013) foi em junho de 1987 e a transferência das famílias dos diversos acampamentos ocorreu, de acordo com Rescigno (2010), em julho deste mesmo ano. Sendo assim, podemos estimar que a luta pela terra perdurou de julho de 1987 até 24/05/1990. Segundo relatado pelos entrevistados⁶⁴, (por parte daqueles que viveram Santo Inácio), as famílias lá permaneceram por cerca de 2 anos e depois também vieram para a margem do mesmo córrego (Engano), onde ficaram o mesmo tempo do “pessoal da Padroeira”, entre 1 ano e 8 meses a 2 anos. Porém, conforme já apontado por Batista (2013) e relatado também por alguns entrevistados, um grupo

⁶³ Escrita embasada nos relatos dos assentados entrevistados que como afirmado alguns não souberam com precisão as datas. Para Rescigno (2010), o tempo em que ficaram em Santa Idalina, durou 15 dias e na Vila São Pedro ficaram por 4 meses.

⁶⁴ Escrita embasada nos relatos dos assentados entrevistados que como afirmado alguns não souberam com precisão as datas, porém permitiram compreender como foi o processo de luta pela terra.

que estava em Santo Inácio ocupou a então Fazenda Monjolinho para pressionar da desapropriação da área.

7.5 A união no processo de luta pela terra

Sabemos que a união dos sem terras é fundamental para obter o objetivo da conquista da terra, e também somos cientes de que cada indivíduo carrega consigo seus posicionamentos políticos, ideias e princípios diferenciados. Porém, como bem mencionado por autores aqui já elencados Fabrini (2000), Mitidiero Junior (2011), Guilherme Junior e Nahum (2013), por meio da organização dos sem terras para pressionar o governo, surge a criação de projetos de assentamentos. Assim, foram realizados questionamentos a respeito de como era a união entre os acampados para requer seus direitos, bem como o poder público se portava diante a essa situação.

Dentre os entrevistados, 97% relataram que nos tempos dos acampamentos “*o povo era mais unido*” mesmo vez ou outra tendo algum desentendimento, considerando o fato normal dado que a existência de inúmeras pessoas, conseqüentemente, resultaria em opiniões diferentes e, por fim, 3% relatou que concorda que nesse tempo havia união, porém também citou ter conhecimento de que algumas pessoas às vezes não compareciam nas reuniões.

No que se refere ao posicionamento do poder público, 87% dos entrevistados relataram que ao reivindicarem terra, o governo (relacionando ao INCRA) dava esperança ao povo, porém, ficava muito nas promessas e na morosidade. Os demais, 13%, mencionaram que, independente da resposta, o povo continuava unido reivindicando. Há também, como já foi mencionado, que nem sempre o percurso foi ouvindo esperanças, como, por exemplo, no ocorrido da ocupação da Gleba Santa Idalina onde “*não teve conversa*”, como costumam dizer os assentados. Como também já descrito, em algumas reivindicações, muitos sofreram humilhações tanto por parte dos demais membros da sociedade chamando-os de vagabundos, bem como da mídia que se referia aos sem terra com adjetivos pejorativos. Impressiona-nos o fato de mesmos estando em situação vulnerável, muitos ainda conseguiam enxergar esperanças.

7.6 Da luta pela terra à luta na terra

De posse das informações do processo de luta pela terra anteriormente descritas, chega o momento de compreender a outra fase: a entrada das famílias nos lotes.

Conforme já mencionado, Mitidiero Junior (2011) considera que a passagem de sem-terra para assentado é representada por dois momentos que são a **luta pela terra**, seguida da **luta na terra**. Isto foi possível de ser ouvido durante as conversas no momento da aplicação dos formulários, já que os assentados relataram muito além daquilo que lhes era perguntado, oportunizando compreender muitos fatos. Nesse sentido, o assentado entrevistado nº 2, ao relatar a respeito da luta pela terra mencionou que: *“foi uma luta grande. Depois que entramos na terra, foi outra luta”* (Informação verbal)⁶⁵. Em demais relatos (de outros entrevistados), foi também possível identificar esses dois momentos de luta pela terra e na terra, mesmo dito em outras palavras, ou ainda, pela forma como relatavam os fatos, permitiu que se identificasse tal fato, assim como neste outro exemplo: *“a luta foi grande, mas nós vencemos”* (informação verbal)⁶⁶.

7.7 Dimensões dos lotes abarcados na pesquisa

No que se refere ao tamanho dos lotes (ha), (aqui, se referindo apenas aqueles que foram abarcados na pesquisa, 32 lotes), estes apresentam diferentes variações de acordo com os dados levantados por meio da pesquisa a campo, conforme consta a seguir.

Quadro 2- Assentamento Monjolinho: dimensão dos lotes abarcados na pesquisa.

Intervalos de dimensões	Somatório das respostas obtidas	Valores em porcentagem
De 18 - 30 hectares	14	44%
De 31 - 40 hectares	8	25%
Acima de 40 hectares	10	31%
Total	32	100%

Fonte: pesquisa a campo.

⁶⁵ Relato do entrevistado de ordem nº 2, março 2019.

⁶⁶ Relato da entrevistada de ordem nº 5, março de 2019.

As dimensões dos lotes no assentamento são bastante variáveis, isto devido às condições de cada ambiente onde os lotes estão inseridos. Desta forma, segundo o próprio INCRA:

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece “[...] (INCRA, 2020 COMO É UM ASSENTAMENTO)⁶⁷”.

7.8 Acesso aos primeiros programas de financiamento

Quando perguntado aos entrevistados se tiveram acesso à programas de financiamentos para dar início a nova vida em seu lote, estes relataram a respeito do Fomento Agrícola, que tinha como objetivo a compra de ferramentas básicas de trabalho. Segundo informações adquiridas na Unidade Avançada do INCRA de Jardim/MS, em pesquisa realizada por Santos (2017), constatou-se que enquanto os sem-terra estavam no assentamento provisório em Padroeira do Brasil (Nioaque/MS), também já havia o acesso ao fomento e também ao chamado crédito alimentação, sendo estes recursos efetuados através das folhas de pagamento, constando os nomes dos indivíduos na coluna esquerda da folha e na coluna direita, a assinatura e o número de algum documento que possuíam, como forma de comprovar se teriam recebido ou não tais recursos. Diante de tal fato e corroborando com os escritos de Batista (2013), acredita-se que esse controle era realizado pelo órgão responsável pelo assentamento provisório.

Outro financiamento a qual os assentados tiveram acesso quando já estavam em seus lotes (no assentamento Monjolinho) foi o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA). Assim, dos 32 entrevistados apenas 1 assentado que atualmente permanece no lote que era de seus pais (atualmente falecidos), relatou não ter realizado esse financiamento por opção realizada por seu pai, com receio de não conseguir pagá-lo, mas que posteriormente, quando o PROCERA foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, disse ter realizado este empréstimo no ano de 2005.

⁶⁷ Informação disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020 o site foi atualizado e a referida informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em 6 fev. 2020.

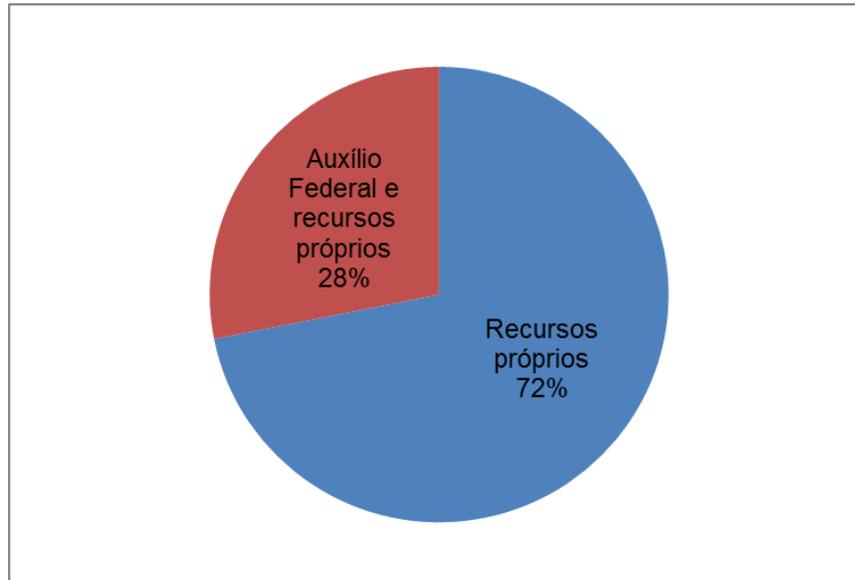
Para conseguir realizar o PROCERA, os assentados mencionaram que era necessário realizar um projeto, sendo este realizado pelos técnicos da antiga Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER), atualmente incorporada à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e posteriormente, era submetido ao banco para análise de aprovação. Ainda segundo os assentados, no projeto devia constar a finalidade a qual seria utilizado o recurso, então, cada um “colocava”, ou melhor, falava a atividade que pretendia desenvolver. Desta forma, dentre as principais opções ouvidas foi que em seus projetos, pediam aos técnicos para especificar que seriam realizadas tanto benfeitorias para o lote, como comprar arame para fazer cercas, pagar máquinas para realizar desmate, e também para desenvolver agricultura, com as chamadas roças.

Diante das informações coletadas, ficou claro certo descontentamento dos assentados, pois como explicaram, havia a dificuldade de comercializar aquilo que conseguiam produzir, além de sofrer com os chamados “atravessadores” que adquiriam os produtos a preços irrisórios.

7.9 Condições de moradia e número de moradores por residência

No que se refere às questões de moradia, a maioria, 88% dos entrevistados residem em casas de alvenaria, 9% em alvenaria e madeira e 3% apenas em madeira. Dos que residem em casas de alvenaria e madeira, a parte em madeira se dá pelo fato de possuírem apenas a cozinha construída com esse tipo de material, onde se permite ter o estimado “fogão de lenha”. Já no diz respeito à origem dos recursos que foram utilizados na construção das residências, obteve-se as seguintes respostas, conforme ilustra a seguir.

Figura 5- Assentamento Monjolinho: Origem dos recursos para construção das moradias.



Fonte: Pesquisa a campo.

Nota-se que predominou o uso de recursos próprios para a construção da moradia. Em pesquisa realizada por Santos (2017), com o uso de informações adquiridas na Unidade Avançada do INCRA em Jardim/MS obteve-se conhecimento de que todos os recém-assentados recebiam uma quantia para ajudar na construção da casa. Porém, como mencionado pelos assentados, era um valor irrisório, servindo para auxiliar na cobertura dos barracos, por isso mencionaram que para a construção da casa onde reside atualmente, não receberam auxílio de nenhuma esfera administrativa. Em um dos relatos, mencionou-se a realização de financiamento (empréstimo ao banco) realizado pelo pai do entrevistado (atualmente falecido), para conseguir realizar a construção da moradia.

Entre os anos 2006, 2008, aproximadamente, foi disponibilizado àqueles que não possuíam casas de alvenaria, materiais para realizar a construção de origem do Governo Federal. Alguns complementaram adquirindo mais materiais para aumentar o tamanho da residência.

Também foi perguntado a respeito da quantidade de pessoas que residem no lote na qual se obteve as seguintes respostas, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3- Assentamento Monjolinho: Quantidade de moradores por lote e total de casas por lote, considerando o quantitativo de lotes (32) abarcados na pesquisa.

Quantidade de moradores por lote	Quantidade de lotes encontrados	Total de casa por lote	Total
1 morador	02	Lotes com 1 casa	28
2 moradores	16	Lotes com 2 casas	3
3 moradores	6	Lotes com 3 casas	1
4 moradores	1		
5 moradores	2		
6 moradores	2		
7 moradores	2		
8 moradores	1		
Total	32		32

Fonte: pesquisa a campo

Nota-se que na maioria dos lotes predominam aqueles onde residem 2 moradores, sendo que deste total, a maioria (14) são residem apenas os cônjuges. Já nos lotes com maior quantidade de moradores, estes ocorrem devido aos filhos já terem constituído sua própria família e por isso, optaram por morar em casas separadas, porém dentro dos lotes, ou ainda pelo fato de filhos e netos estarem residindo em um mesmo lar. Já no lote com 2 e 3 casas, é em decorrência da existência de filhos que constituíram família e, por isso, optaram em residir no lote dos pais, mas em casas separadas. Chamou atenção em um dos casos na qual foi relatado que pouco tempo antes de realizar a pesquisa, apenas dois filhos residiam com o casal e os demais (dois) residiam em outros municípios, porém, pelo fato terem saído de seus empregos, acabaram retornando ao lote dos pais. Assim, por mais que os filhos deixem os lotes em busca de novas oportunidades, esses são amparados nos lotes pelos pais quando necessitam voltar.

No geral, nos lotes em que ainda residem filhos, fato esse que ocorreu em 10 lotes, estes trabalham no próprio assentamento realizando as chamadas “diárias” ou ainda, em fazendas próximas ao assentamento, sendo que em um dos casos, o filho trabalha em uma fazenda e retorna ao lote nos finais de semana e, em outros dois casos, os filhos conseguiram adquirir/comprar um lote no assentamento e lá permanecem. Assim, conseguem obter a sua própria renda, ao mesmo tempo em que possuem o auxílio dos pais e vice-versa. Já para os pais que possuem filhas residindo no lote (3 casos), uma delas auxilia nos trabalhos na feira do município de Anastácio, a outra estava recém desempregada do cargo que ocupava na escola do assentamento e, por fim, a última fazia pouco tempo que havia retornado ao lote

para ficar de companhia pois os pais são idosos e disse que pretende continuar permanecer, apesar de haver um irmão que já morava com os pais, porém, realiza trabalho externo ao lote.

Portanto, a quantidade de moradores por lotes varia de tempos em tempos, de acordo com os fatos, situações e necessidades de cada indivíduo, porém, predominam os casais.

7.10 Atividades praticadas atualmente pelos entrevistados e questões afins

Para ter conhecimento da atividade que atualmente desenvolvem os assentados entrevistados, foi necessário, também, realizar questionamentos a respeito de quais culturas teriam realizado quando adentraram aos lotes.

A primeira cultura desenvolvida pelos assentados foi a plantação de algodão, sendo realizada em áreas de seus próprios lotes e também externo a ele arrendando uma determinada área. Os assentados relataram que para desenvolver essa cultura, utilizaram-se de defensivos agrícolas que eram aplicados sem as devidas proteções. Com o passar dos anos, a chegada de um inseto mencionado por eles como “bicudo do algodoeiro” tomou conta das plantações, não sendo mais possível controlá-lo, além de que a produção também já não correspondia como antes, devido ao fator de fertilidade do solo. Do total de entrevistados, 91% relataram ter cultivado algodão, 16% que chegaram a cultivar, mas não obtiveram êxito e 9%, não realizaram.

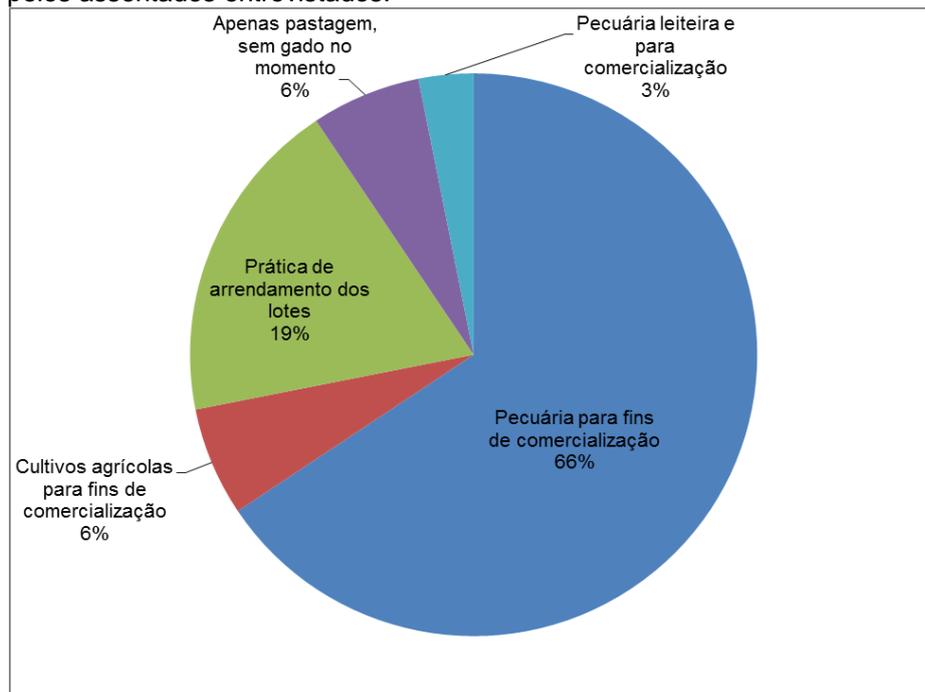
Aliado ao cultivo do algodão, todos os entrevistados relataram que também desenvolviam outros cultivos como mandioca, milho, feijão, arroz, banana, nas chamadas roças, nas quais mencionaram que plantavam “*de tudo um pouquinho*”. Salientaram ainda que, sempre realizavam plantações desde quando estavam nos assentamentos provisórios, nem que fosse apenas para subsistência, apesar também de se ter ouvido em alguns casos, que havia a comercialização de alguns produtos, como por exemplo, o arroz, tanto quando estavam nos assentamentos provisórios, quando da entrada definitiva nos lotes; já no Monjolinho, apesar de sempre argumentarem das dificuldades de comercialização.

A produção de leite no assentamento também foi outra atividade de grande destaque, pois possibilitava aos assentados ter uma renda, além de haver a possibilidade de vender o bezerro quando estivessem em uma situação de “aperto”

(dificuldade) como eles próprios relataram. Esta atividade foi perdendo espaço, pois, na medida em que iam se aposentando e percebiam que o trabalho dedicado à leiteria não compensava o esforço, gradativamente essa atividade veio a diminuir. Aliado a isto, há os relatos a respeito dos preços irrisórios pago pelas empresas de laticínios, chegando a ocorrer o chamado “calote, *cano, passou a perna*”, expressões estas utilizadas pelos assentados para evidenciar o prejuízo sofrido pelo não pagamento de seu produto. Atualmente, ainda há produção de leite no assentamento, porém, em relação aos entrevistados, apenas 3% realiza esta prática, pois juntamente com um irmão e um sobrinho, conseguiram adquirir um resfriador e negociam o leite *in natura* diretamente com uma empresa.

Ao questionar a respeito de qual atividade predomina no lote, obteve-se as seguintes respostas, ilustradas a seguir.

Figura 6- Assentamento Monjolinho: Atividades predominantes praticadas pelos assentados entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo.

Nota-se a partir da representação do gráfico acima que a prática da pecuária para fins de comercialização (66%) é a atividade predominante nos lotes. Porém, cabe ressaltar que esta prática é realizada, em sua maior parte, pela venda do bezerro, quando estes atingem certa idade, além de que, a dinâmica de venda não é realizada igual ao de uma fazenda, por exemplo, ou seja, comercializa-se quando há

a existência de alguns bezerros, ou ainda, esporadicamente, na necessidade de se obter um dinheiro para algum investimento, ou ainda, para um momento de urgência, apuros, conforme mencionaram.

Contudo, outro fato também chamou atenção: o arrendamento dos lotes pelos assentados (19%), porém, estes lá permanecem e não possuem mais a sua própria criação de gado, sendo esta desenvolvida por parte de quem o arrenda. Assim, ao questionar o fato do que teria levado a desistir da criação, os entrevistados responderam que as dificuldades para realizar o manejo/trato com a criação, como sendo o motivo que os levou a desistir, pois, a qualidade da força de trabalho antes realizada por eles próprios, encontra-se limitada devido à questões da própria idade e, também, à problemas de saúde. Cabe ainda mencionar que, dentre os que desenvolvem cultivos para fins de comercialização, 1 (um) deles também realiza a prática do arrendamento, porém, não considera ser esta a sua atividade principal já que a mesma não é praticada por ele. Desta forma, considerou a alternativa respondida “agricultura para fins de comercialização”.

Ao perguntar se atualmente possuem roça, as respostas obtidas eram na maioria “não”, seguida da explicação de que plantam no quintal ou bem próximo à ele para facilitar nos cuidados, ou seja; para os assentados, a verdadeira roça é aquela considerada como uma área que deve ser reservada em seu lote para essa finalidade, onde se possa plantar tanto pro consumo como para venda, com variedades de produtos. Assim, a partir do momento em que começam a plantar nos quintais, parecem já não caracterizar mais como “a verdadeira roça”, muitos deles dizendo a seguinte explicação: *“a nossa roça agora é essa aí que você tá vendo”*, (ao se referirem à produção do quintal). Desta forma, seguindo pelo contexto das “roças de quintais” e também próximas a ele, 61% disseram que realizam cultivos apenas para consumo próprio da família, 12% relataram plantar para fins de comercialização e por fim, 27%, disseram não possuir roças ou que naquele momento estavam sem. A seguir, algumas ilustrações de plantações realizadas no quintal, para consumo próprio dos moradores, ou como proferem os assentados *“só pra despesa”*.

Figura 7- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 14, realizada no quintal, destinada para consumo próprio da família.



Fonte: pesquisa a campo.

Figura 8- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 32 realizada no quintal para consumo próprio da família.



Fonte: pesquisa a campo

A seguir, exemplos de plantações para fins de comercialização, como é o caso do entrevistado nº 9 (figura 9), que juntamente com a esposa, produzem hortaliças para comercializar na Feira Municipal da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, realizada na sede do município de Anastácio/MS. Além destes produtos (hortaliças), quando há produção de bananas, pimentas, feijão, entre outros, o casal também os comercializa, ou seja, o que tiverem no sítio em um determinado momento é aproveitado para venda. O entrevistado nº4 (figura 9) que já trabalhou em anos anteriores com a produção de hortaliças para fornecimento na merenda escolar, realizou juntamente com o filho uma plantação de bananeiras com vistas à comercialização, porém, esta ainda encontra-se em fase de crescimento e enquanto isso comercializa na feira outros produtos. Já dos demais (6%), um estava preparando a área para plantar e outro não tinha plantação no momento em proporções para comercializar. Ambos quando a possuem, realizam a venda por meio da Cooperativa Dos Produtores Rurais Da Região Do Pulador De Anastácio/MS (COPRAM).

Figura 9- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção do assentado entrevistado nº 9 voltada à comercialização.



Fonte: pesquisa a campo.

Os registros **A** e **B** foram realizados durante aplicação do formulário no lote do assentado. Em **(A)**, visão parcial da horta, em **(B)** local utilizado como viveiro de mudas das hortaliças. Por fim, em **(C)** e **(D)**, comercialização dos produtos na Feira, forma utilizada para armazenagem e transporte dos produtos, respectivamente.

Observação: a reprodução da imagem pessoal foi autorizada pelo casal.

Figura 10- Assentamento Monjolinho: Exemplo de produção para fins de comercialização e participação do assentado na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: pesquisa de campo

Em (A) registro realizado durante aplicação de formulário no lote do assentado entrevistado (nº 9).

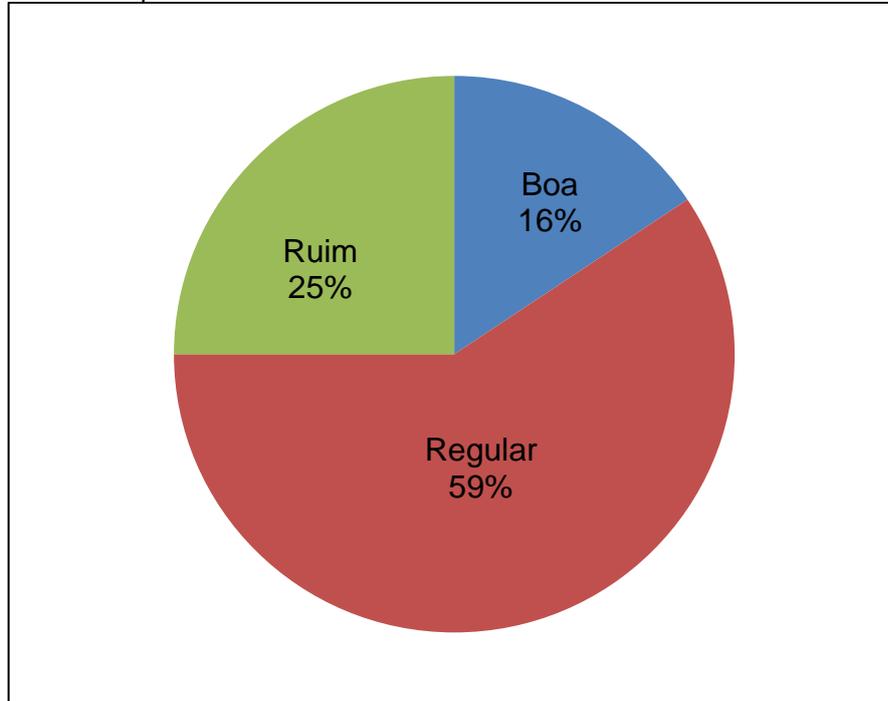
Em (B) o assentado com seus produtos na Feira da Agricultura Familiar. Observação: a reprodução da imagem pessoal foi autorizada pelo assentado.

O transporte das famílias para a feira na sede do município é efetuada mediante transporte realizado pela prefeitura municipal, por meio de um ônibus, sendo necessário o pagamento de uma taxa no valor de R\$ 5,00 reais.

Como estamos abordando sobre as atividades desenvolvidas pelos assentados entrevistados, considerou-se oportuno também relatar como estes

consideram a qualidade do solo que possuem em seus lotes. Desta forma, obtiveram-se as seguintes respostas, representadas a seguir.

Figura 11- Assentamento Monjolinho: Considerações a respeito da qualidade dos solos pelos assentados entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo

Nota-se que a maioria dos assentados considera o solo que possuem em seus lotes como sendo regular, porém, sempre destacando que para se tornar regular é preciso *“preparar bem a terra”*, na visão deles, acrescentar algum tipo de adubo seja ele orgânico ou químico. Por outro lado, chama atenção o total de 25% que consideram a qualidade do solo ruim. Na fala de um assentado, este relatou que: *“As comissão vinha e rejeitava a área que era essa aqui, o Monjolinho. Uma vez o pessoal da antiga EMPAER abriu o mapa aqui pra gente e explicou que de 50% a 60% da área do assentamento a terra não é recomendada para desenvolver agricultura, sendo boa pra pastagem plantada e só 30% da área é recomendada para agricultura. Se você for pegar a área toda do assentamento, 30% é pouco, finalizou”* (Informação verbal)⁶⁸. Segundo o engenheiro agrônomo da Agraer de Anastácio, Edson Luiz de Souza, *as áreas que correspondem a solos considerados bons para agricultura constituem 5% da área, mais algumas “manchas de solos”*

⁶⁸ Depoimento concedido pelo assentado entrevistado de ordem nº 25, durante aplicação de formulário, em abril 2019.

localizadas em algumas partes de alguns lotes. Relatou ainda que em sua opinião, a área para formar o assentamento deveria ser constituída de 150 lotes com média de 60 hectares cada um. Por fim, enfatizou ainda que: “a vocação de Anastácio é a pecuária. Se chegar em uma casa agropecuária e pedir 100 sacos de adubo, não tem no estoque” (Informação verbal)⁶⁹.

No que diz respeito à origem da água utilizada pelos entrevistados, têm-se as seguintes situações: 56% é proveniente de poço tubular comunitário (que bombeia água para um reservatório e é distribuída na rede), 6% de poço tubular individual, 13% poço próprio domiciliar/convencional com bomba e por fim, 25% têm duas opções, poço tubular comunitário e poço domiciliar convencional com bomba. Para dessedentação dos animais, é utilizado açudes, dos quais 60% dos entrevistados o possuem e os demais que não o têm seja porque os mesmos “não seguram água”, ou por não o ter construído (31%), dispõem-se dos chamados reservatórios, conhecidos como pilhetas, construídas de concreto e por fim, 9% citaram ter córrego como acesso de água para os animais, mas também utilizam-se das pilhetas.

Quando indagados a respeito do interesse em realizarem plantações para fins comerciais caso houvesse algum projeto que garantisse recursos financeiros e assistência técnica, 25% dos entrevistados relataram ter interesse para realizar plantações, como por exemplo, banana, hortaliças, mandioca, feijão, abacaxi e melancia por acreditarem que pela capacidade do solo estas produções se tornariam mais viáveis, porém mesmo assim, ressaltaram que é preciso fazer a correção do solo. Dentre esses 25%, há um assentado que mencionou ter interesse se caso pudesse investir na atividade atual que é a produção de leite. Por outro lado, 72% dos entrevistados relataram que não mais possuem o interesse em desenvolver algum tipo de plantação para comercialização, ressaltando a questão da idade já avançada e também ao surgimento de problemas de saúde. Por fim, 3% ficou na dúvida se realizaria ou não algum tipo de plantação.

Ao questionar se acreditam na capacidade de produção do assentamento para abastecer o comércio local (Anastácio) com feiras ou encontros para divulgação e comercialização dos produtos, 44% dos entrevistados relataram que não possuem mais esperanças para que isto venha ocorrer, salientando que maioria dos assentados “plantam apenas pra despesa” (consumo próprio), enfatizando que a

⁶⁹ Depoimento relatado durante entrevista na Agência da Agraer de Anastácio em 17 de abril de 2019.

principal atividade atualmente é a criação de gado. Por outro lado, 56% responderam que acreditam na capacidade de produção do assentamento para a finalidade de comercialização. Cabe enfatizar que nesses dois grupos de respostas, foram enfatizadas, questões relacionadas à idade avançada dos assentados e também, problemas de saúde que comprometem os trabalhos para com os cuidados da roça, a saída dos jovens do assentamento, falta de políticas públicas como orientação técnica em todo processo de produção, recursos financeiros para correção dos solos e por fim, as dificuldades de comercialização que sempre tiveram desde as primeiras produções que realizaram quando da chegada ao assentamento.

Quando perguntado se participam de alguma organização associativa, 19% responderam que sim, porém, em três casos apenas a esposa é quem participa, pois se trata de um grupo de Mulheres denominado AMAM⁷⁰ (Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho). Nos demais casos foram mencionados apenas a COPRAM (Cooperativa Dos Produtores Rurais Da Região Do Pulador De Anastácio MS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio e COPRAN e por fim, a Associação de Produtores do Assentamento Monjolinho. Já os que não participam de nenhuma forma de organização associativa, somam-se 81%.

Quanto às questões relacionadas ao recebimento de assistência técnica, as respostas não foram positivas, pois apenas 13% recebem enquanto que 84% não a recebem, e finalmente 3% relatou que caso necessite, procura por assistência técnica. Cabe ainda ressaltar que dentre os que consideram receber assistência técnica, esta é fornecida pelo grupo a que fazem parte, por meio de cursos que auxiliam na produção para o grupo como é o caso do Grupo de Mulheres. Por outro lado, os demais mencionaram receber cursos de instituições como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) de forma esporádica, como foi citado o exemplo de um curso oferecido por esta instituição que abordou sobre administração de propriedades rurais.

O Município de Anastácio, através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, disponibiliza por meio do Programa Patrulha Agrícola, tratores com motoristas próprios caso os assentados necessitem de realizar algum tipo de preparo do solo. A solicitação dos serviços é realizada perante um agendamento e o assentado paga o combustível por hora trabalhada.

⁷⁰ Segundo informações da coordenadora do Grupo AMAM, as mulheres também são associadas à COPRAM.

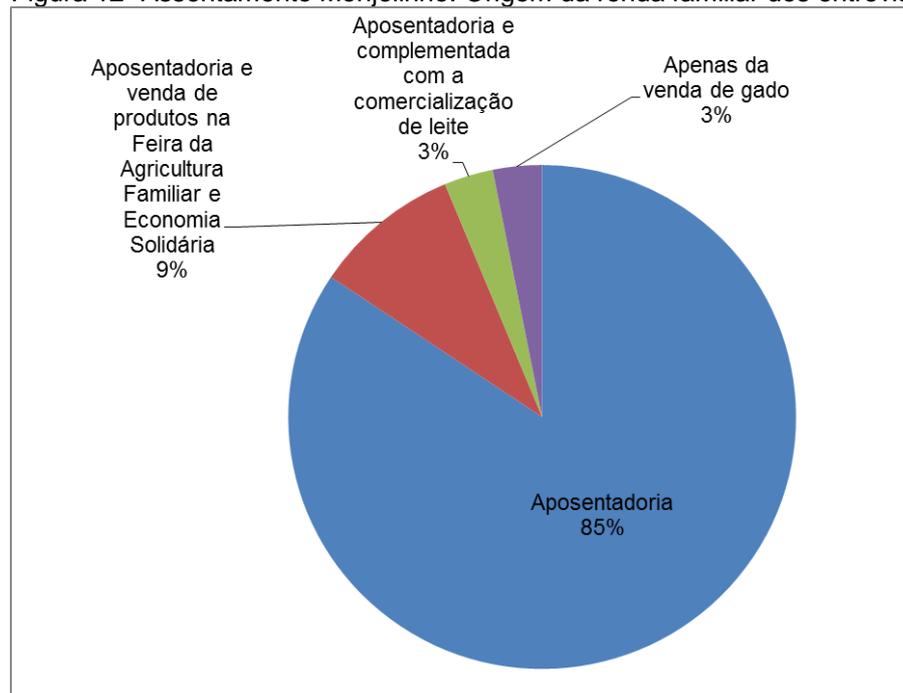
Segundo o engenheiro agrônomo da Agraer/Agência de Anastácio-MS, atualmente não há convênio com o Incra para repasses de recursos e assim poder prestar assistência técnica específica aos assentados. Disse ainda que esse convênio já existiu, mas atualmente não mais existe, porém mesmo assim, se caso algum assentado solicite uma visita no lote, o mesmo será correspondido, porém não haverá condições, por exemplo, de realizar o acompanhamento de uma determinada produção do início ao fim. Por fim, relatou que os assentados procuram a Agraer para realização de projetos e assim, conseguirem financiamento junto ao banco (Informação verbal)⁷¹.

Coube ainda indagar a respeito de qual origem provém a renda familiar dos entrevistados. Os resultados obtidos demonstram que 85% têm como fonte de renda mensal recursos provenientes de aposentadoria, seguido de 9% que também recebem aposentadoria, porém, complementam a renda comercializando produtos na Feira. Há também como já mencionada, a Associação de Mulheres (AMAM), na qual as integrantes ativas (corresponde a duas mulheres que foram abarcadas na pesquisa) já estão conseguindo obter algum lucro com a venda de seus produtos, mesmo não sendo um valor fixo todos os meses.

Essa situação da renda familiar chama atenção, pois esta se contrapõe com a situação averiguada das principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados, na qual predomina a prática da pecuária para comercialização. Desta forma, o gado não é comercializado mensalmente, servindo então como alternativa para alguma emergência em casos de saúde, ou ainda, adquirir bens de consumo, bem como realizar algum tipo de benfeitoria no lote. As demais origens de fontes de renda foram pouco representativas, conforme se pode observar na figura 12 a seguir.

⁷¹ Relato concedido no dia 17 de abril na Agraer de Anastácio.

Figura 12- Assentamento Monjolinho: Origem da renda familiar dos entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo

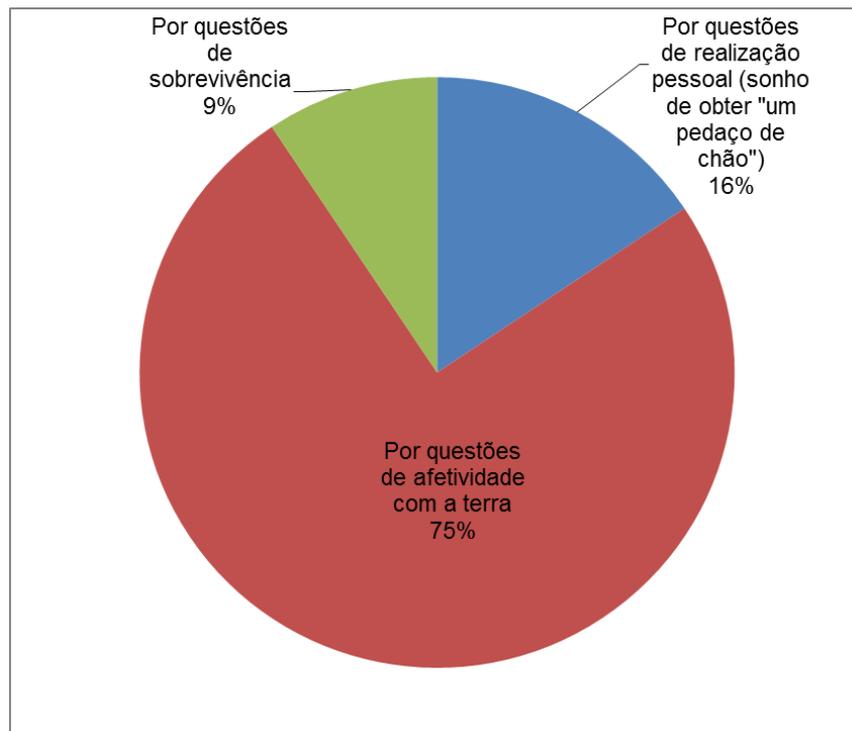
Quando questionados se a existência de uma escola agrícola no assentamento poderia ter auxiliado na permanência dos filhos nos lotes e assim permitir uma melhor produção, 94% mencionaram que tal acontecimento poderia ter ajudado a fazer com que os filhos permanecessem, salientando a falta de oportunidade para os jovens no assentamento. Ressaltaram ainda que, caso houvesse a existência da escola, poderia haver a possibilidade de se aplicar no lote aquilo que se aprendeu, porém, haveria de ter políticas públicas para auxiliar nesse processo, pois não adiantaria aprender e não poder colocar em prática no lote. Por fim, 6% acreditam que depende de cada um (cada filho), pois alguns desde “pequenos”, já não gostam de morar no sítio.

7.11 Questões relacionadas à afetividade e permanência na terra

Decorridos oficialmente os 30 anos de existência do assentamento e, tendo conhecimento das dificuldades encontradas pelas famílias, considerou-se pertinente realizar questionamentos a respeito dos motivos pelos quais as fazem permanecer nos lotes. Desta forma os resultados obtidos levam-nos a compreender que a maioria dos entrevistados permanecem em seus lotes por possuírem uma afetividade com a terra, no sentido de que nesse território foi possível vencer as dificuldades e assim, não se imaginam morando em outro lugar, ainda mais se for

em cidade. Em seguida aparecem os motivos de realização pessoal, ou seja, aqueles que sempre sonharam obter “um pedaço de terra” e por fim, por motivos de sobrevivência, evidenciando que o lote possibilita levar uma vida “sem apuros”, muito melhor que na cidade. As respostas obtidas seguem demonstradas na figura 13.

Figura 13- Assentamento Monjolinho: A questão da permanência na terra.



Fonte: pesquisa a campo

Quando questionados a respeito das perspectivas em relação ao “seu” lote, 84% relataram que pretendem continuar morando no lote enquanto houver condições de realizar suas atividades e 16% pretendem continuar morando ao menos pelos próximos dez anos. Essas respostas chamam atenção, pois mesmo alguns já não podendo realizar o trabalho de lida para com o gado ou ainda realizar demais serviços que demandam muito esforço físico, estes consideram que o fato de poderem realizar uma plantação no quintal, cuidar da criação de pequenos animais, como sendo atualmente a sua atividade atual, ou simplesmente pelo fato de considerarem possuir saúde para que possam continuar morando no lote.

Como estamos nos referindo a respeito de saúde, cabe mencionar como esta é oferecida aos assentados. Assim, relataram que no assentamento possuem três agentes comunitários de saúde, na qual cada um é responsável por uma

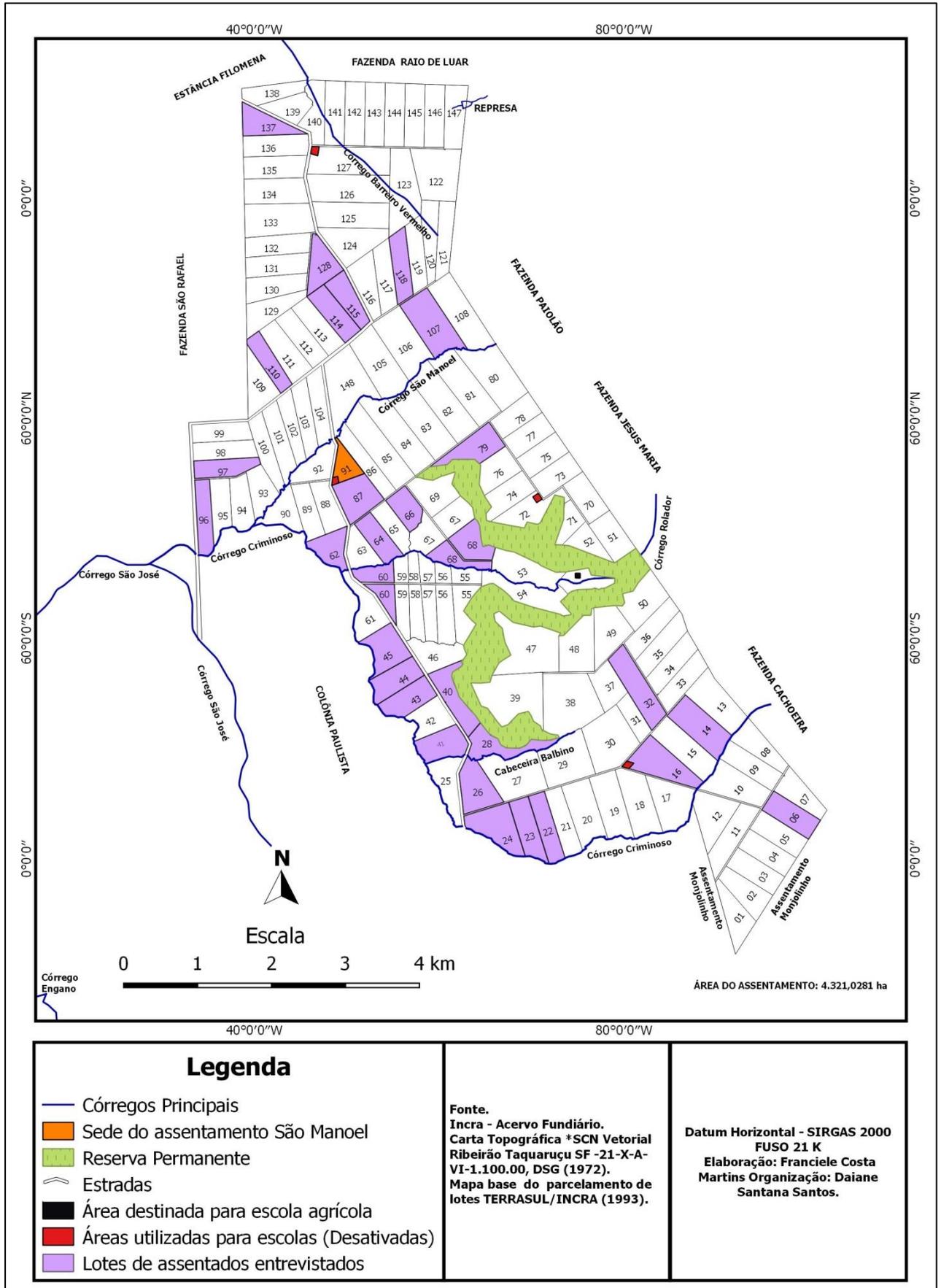
determinada quantidade de casas a serem visitadas, porém, houve reclamações quanto à regularidade dos agentes passarem nas residências. Porém, como cada profissional têm a sua área para atuar, a crítica não recai sobre todos.

O atendimento médico é realizado uma vez na semana, porém o médico que se desloca da sede do município de Anastácio realiza apenas dez consultas e os atendimentos são realizados por ordem de chegada ao posto de saúde, localizado na sede do assentamento. Os entrevistados relataram que também têm o acesso para realizarem o hemograma, na qual o sangue é coletado e levado para a cidade, e caso a necessidade do resultado seja de urgência, mencionaram que preferem realizá-lo de forma particular, já que pelo posto de saúde não consideram o resultado de forma imediata. Contudo, mesmo com as dificuldades, os entrevistados relataram que são bem recepcionados no posto e ressaltaram a importância de poderem ter acesso a esses serviços, pois, a partir dos encaminhamentos médicos realizados no posto de saúde poderão ser atendidos quando houver necessidade em realizar demais exames seja, no próprio município ou até mesmo na capital (Campo Grande).

Já quando questionados a respeito de qual/quais perspectivas possuem em relação ao assentamento, no sentido de dizer “o que pode virar essa área futuramente”, 56% dos entrevistados relataram que acreditam que irá ocorrer a venda dos lotes, 36% também compartilham dessa ideia, porém, acrescentaram que portando a escritura do lote isso poderá acarretar ainda mais a comercialização já que “a terra fica mais valorizada”, e por fim, 3% acredita que quem quis vender já vendeu e mais 3% disse não saber responder, mas mencionou “*melhorar não melhora, mas também não piora*”. Cabe ressaltar que a pergunta acima foi realizada antes mesmo de se realizar questionamentos a respeito dos entrevistados possuírem ou não esperanças de um dia poderem conseguir a escritura do lote. Desta forma, nota-se como a questão da venda dos lotes está “enraizada” no assentamento.

Adiante, ao serem indagados a respeito da escritura dos lotes, 53% relataram ter esperanças de que um dia esta poderá ser viabilizada pelo INCRA, 19% não possuem ou alimentam esperanças de que isso possa acontecer e 28% enfatizaram ser indiferente tal ação, pois sempre viveram sem a mesma. Os entrevistados em sua maioria relataram saber que esse documento é pago.

Figura 14- Estrutura fundiária do Assentamento São Manoel e espacialização dos lotes abarcados na pesquisa.

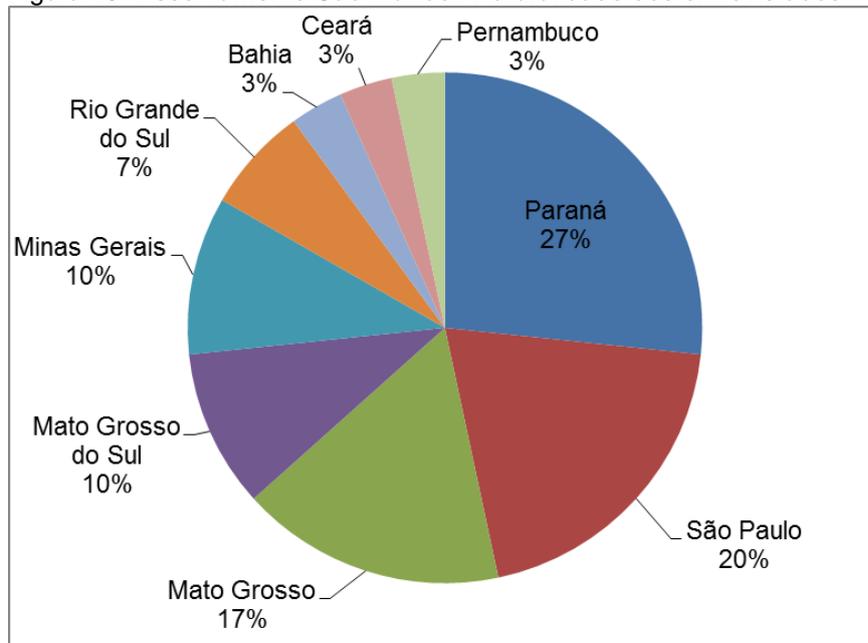


Fonte: Elaborado por Franciele Costa Martins e organizado por Daiane Santana Santos.

8.1 Procedência das famílias entrevistadas

Ao questionar a respeito da origem dos entrevistados, obteve-se as seguintes dados, conforme apresenta-se a seguir.

Figura 15- Assentamento São Manoel: Naturalidade dos entrevistados



Fonte: pesquisa a campo.

Nota-se que do total de entrevistados, predominam aqueles oriundos dos Estados do Paraná e de São Paulo. Como consta no gráfico, 17% são oriundos do Estado de Mato Grosso, que, com o desmembramento de terras deste Estado para constituir Mato Grosso do Sul, estes passaram a pertencer a esta nova unidade federativa.

No que se refere à faixa etária dos entrevistados, 40% possuem idade acima de 60 anos, enquanto 60% possuem idade abaixo dos 60 anos. Apesar da prevalência daqueles com idade abaixo dos 60 anos, mesmo assim, ouviu-se por parte dos entrevistados que *“no assentamento está ficando o pessoal de mais idade”*, talvez, em referência da saída dos filhos.

Também foi perguntado a respeito de onde os entrevistados moravam antes de ingressar no processo de luta pela terra. Assim, as respostas evidenciaram que 90% residiam no Estado de Mato Grosso do Sul, em diversos municípios como Anastácio, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Dois Irmãos do Buriti, Campo Grande, Iguatemi, Japorã, Mundo Novo (principalmente), Naviraí e Nioaque. Por outro lado,

7% relataram que, o último local onde havia morado antes de ingressar na a luta pela terra, foi no Paraguai. Desses 7%, houve (1um caso) em que a mudança ocorreu do Estado do Paraná para o Paraguai, e outro, (1 um caso), a mudança foi de Curitiba para o Paraguai, juntamente com seus pais e, por fim, 3% relatou que saiu diretamente do Paraná para participar da luta pela terra em Anastácio/MS, (tentaram conseguir terra no Monjolinho, mas acabou se mudando para o movimento do São Manoel,) pois, os pais já haviam vindo antes deles. Não é por menos que um entrevistado relatou que, no processo de luta pela terra “*Saía a família para a luta*” (Informação verbal).⁷²

Do total de entrevistados, 44% relataram ter participado da ocupação da Gleba Santa Idalina, seja por eles próprios ou por seus pais, como foi o caso de 2 de entrevistados, porém, posteriormente à esta ocupação, lutaram ativamente junto aos pais. Houve também aqueles (27%) que não participaram dessa ocupação (Gleba Santa Idalina), pois, relataram que moravam em Dois Irmãos do Buriti/MS, e trabalhavam em fazendas, tanto como funcionários, ou arrendatários. Por fim, 7% mencionaram que, moravam no assentamento Guaicurus, município de Bonito/MS, porém, em terras de terceiros; 13% moravam no assentamento Nioaque (antiga Fazenda Conceição), município de Nioaque/MS, como *agregados* (moravam e trabalhavam no lote de seus pais)⁷³; 3% trabalhava em uma fazenda no município de Campo Grande/MS; 3%, também, morou em fazenda, no município de Anastácio/MS, bem próximo à área do assentamento São Manoel, e, finalmente, 3% saiu do processo de luta pela terra do assentamento vizinho (Monjolinho), quando a referida área (Fazenda Monjolinho), ainda estava em tramitação para de fato, formar-se em assentamento (fase do acampamento no córrego Engano).

8.2 Violência no processo de luta pela terra

Considerou-se oportuno, perguntar a respeito de algum tipo de violência que os entrevistados tenham sofrido, ou não, de acordo com a visão de violência que cada indivíduo possui e, também, dependendo de cada etapa que cada um participou. Assim, do total de entrevistados, 53% relataram que em seu ponto de

⁷² Fala do entrevistado de ordem nº06, em fevereiro de 2019.

⁷³ Dentre esses 13%, há 2 casos em que foi relatado que, antes de ir para esse assentamento, estes moravam no Distrito de Bodoquena/MS em uma área indígena, conhecida como “Campo dos Índios”. Segundo Rescigno (2010) é uma área pertencente aos Kadiwéus que estava ocupada, além dos indígenas, por posseiros e fazendeiros arrendatários.

vista, não houve violência. Esse resultado, talvez, se deu em decorrência daqueles que não tenham participado da ocupação da Gleba Santa Idalina, e, participaram somente da ocupação da então Fazenda São Manoel. Em alguns relatos, foi possível ouvir que *“na ocupação da referida fazenda (São Manoel), a situação foi tranquila”*, pois, negociaram diretamente com o Incra e a Rede Ferroviária Federal/S.A. Porém, conforme consta em Rescigno (2010) a polícia estava presente na área da então Fazenda São Manoel, para fazer cumprir as ordens judiciais de despejos, e assim, os sem-terra, por meio de seus representantes, tentavam negociavam da melhor maneira possível.

Por outro lado, 47% relataram que sofreram violência no processo de luta, principalmente, aqueles que mencionaram ter participado da ocupação da Gleba Santa Idalina. Alguns dos relatos ouvidos foram: *“a polícia chutou panela de comida”*; *“lá (Santa Idalina) foi feio”*; *“o despejo foi debaixo de chuva”*; *“a gente tava em Campo Grande reivindicando terra, chega uma caçamba de terra, jogou água e falaram: vocês não querem terra? Isso foi um desaforo, humilhação”* (Informações verbais)⁷⁴.

Quando indagados a respeito da importância da Comissão Pastoral da Terra no processo de luta pela terra, as respostas obtidas evidenciaram que, a atuação da Comissão foi essencial, no sentido de orientação da importância da luta pela terra, auxílio com cestas básicas, remédios, além de ceder uma área (Vila São Pedro, da Diocese de Dourados/MS) para as famílias que foram despejadas da Gleba Idalina. Segundo relato de um entrevistado, ressaltando a importância desta instituição, mencionou que *“primeiro era a CPT, depois que veio o MST que ainda estava se formando”* (informação verbal)⁷⁵.

8.3 A participação dos assentados entrevistados nos movimento de luta pela terra

O caminho percorrido na luta pela terra não se fez sozinho. Desta forma, oportunizou perguntar de qual/quais movimentos as famílias teriam participado durante o processo de luta pela terra. Assim, 44% dos entrevistados relataram que participaram do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), 27% citaram os

⁷⁴ Fala dos entrevistados nº: 11, 15, 1 e 12, respectivamente, do São Manoel, durante aplicação dos formulários, em fevereiro de 2019.

⁷⁵ Fala do entrevistado nº 1 do São Manoel, em fevereiro de 2019.

dois (CPT e MST), 10% apenas a CPT, 13% apenas Sindicato, 3% não soube responder, pois foi o Incra que realizou seu cadastro e, 3% não se sentiu pertencente a nenhum destes citados, pois morava em uma fazenda, porém citou ter lembranças da atuação da CPT de forma positiva. Assim, verificou-se que mesmo aqueles que diziam ter participado do MST, quando indagados da importância da CPT, sempre se lembravam desta de maneira positiva. Assim, respeitou-se e considerou as respostas dadas por cada entrevistado. Segundo a fala do entrevistado nº19 *“se não fosse esses movimentos, não teria esses assentamentos”* (informação verbal)⁷⁶.

8.4 A luta não pára

Apesar de o assentamento haver sido criado em 27/02/1992, conforme já mencionado no item a respeito da “formação do assentamento São Manoel”, as famílias ainda tiveram que aguardar os trâmites legais para de fato, “tomarem posse” dos lotes legalmente, evento este que se materializou, segundo relatos obtidos a campo, em dezembro de 1993, mais precisamente, dia 23.

Transcorridos todos esses anos, considerou-se pertinente indagar se os assentados ainda se recordam em relatar o processo de luta pela terra. Assim, 44% responderam que conseguem relatar a história do processo de luta pela terra, 53% que teriam que repensar um pouco e apenas 3% que não se recorda direito. Esta pergunta foi realizada, no sentido de saber quanto tempo durou esse processo de luta. Todavia, ressalta-se que não foi possível ter uma precisão de fato, relacionada às datas, pois a maioria relatou os processos de luta, porém, sem precisar, mencionando a expressão *“mais ou menos”*, e, em seguida, a informação. Assim, em resumo, podemos considerar a história de luta pela terra, por parte daqueles que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina (44%), durou de 29/04/1984 (dia da ocupação, Souza, 1997), até 13 de dezembro de 1993, ano em que ocorreu a materialização dos lotes do São Manoel, conforme relatado no trabalho a campo.

Vale lembrar que aqueles que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina, foram despejados com 15 dias⁷⁷, conforme relatado em trabalho a campo: *“Com 15 dias despejou da Santa Idalina”, “na Vila São Pedro ficou de 4 a 5 meses”*

⁷⁶ Fala do entrevistado nº 15 do São Manoel, em fevereiro de 2019.

⁷⁷ Em Rescigno (2010) também consta esse tempo, ocupação em 29.04.84 e despejo em 13 de maio do mesmo ano.

(*Informações verbais*)⁷⁸. Antes de ir para a vila São Pedro foi relatado que ainda ficaram 2 dias na igreja de Ivinhema. Posteriormente, as famílias foram transferidas para a Padroeira do Brasil, município de Nioaque/MS, onde permaneceram 7 anos em lotes provisórios, porém, esperaram 4 anos para a demarcação dos lotes (na Padroeira)⁷⁹. Já o tempo de duração, da ocupação da Fazenda São Manoel, até a efetivação dos lotes, pode-se dizer que foi da noite do dia 27 de outubro de 1989, conforme consta em Rescigno (2010), até o dia 13 de dezembro de 1993, (data esta mencionado no trabalho a campo), quando puderam adentrar legalmente nos lotes.

Assim, o grupo que veio da Vila São Pedro para a Padroeira, foi composto tanto por famílias que atualmente encontram-se no assentamento vizinho (Monjolinho), como as do São Manoel. O fato é que, conforme iam saindo novas áreas, as famílias iam sendo remanejadas, conforme citou o entrevistado nº 19 “o governo mandou nós ir vistoriar a Santo Inácio. Aí, em Santo Inácio já tinha 13 acampamentos, daí o povo de Bonito e Dois Irmãos do Buriti ocupou aqui aí nós entramos junto. Antes de oferecer a São Manoel, o Incra disponibilizou uma área em Corumbá, foi um pessoal vistoriar mas não aceitamos, era lugar de água muito salobra e a terra também não era boa” (Informação verbal)⁸⁰.

Por outro lado, aqueles que não participaram dessa ocupação (Gleba Santa Idalina), torna-se mais difícil precisar quanto tempo durou o seu processo de luta pela terra, pois muitos não tinham uma parada fixa, em decorrência de estar sempre à procura por terras para trabalhar. Porém, conforme foi apurado a campo, para os que participaram apenas da ocupação da então Fazenda São Manoel, esse processo de luta durou do dia da ocupação, 27 de janeiro de 1989, conforme mencionado por Rescigno (2010) e também a campo, até a liberação para adentrarem legalmente, em 13 de janeiro de 1993, conforme apurado a campo. Porém antes a isso cada família possuiu uma história de luta, até chegar a ocupar a Fazenda São Manoel, que independente do tempo que durou, pelos relatos, foi de muito sofrimento.

8.5 A união no processo de luta pela terra

⁷⁸ Depoimentos dos entrevistados nº15 (fevereiro de 2019), nº19 (março de 2019), respectivamente, do São Manoel.

⁷⁹ Escrita embasada na fala de entrevistados do São Manoel.

⁸⁰ Fala do entrevistado nº 19 do São Manoel, em março de 2019.

Conforme já mencionado, reafirma-se embasado em Fabrini (2000), Mitidiero Junior (2011), Guilherme Junior e Nahum (2013), é com a união dos sem-terra, pressionando o governo, que surge os projetos de assentamentos. Sendo assim, foram realizados questionamentos de como era a união entre os acampados e, como o poder público se portava a esta situação.

Todos os entrevistados ressaltaram a expressão de que no acampamento “o povo era mais unido”. Conforme mencionado em alguns relatos: “o povo tinha mais união”, “quando é acampado, a união é maior”, “era unido, tinha as desavenças, mais era tranquilo/normal”, “era unido e todo mundo tinha o mesmo objetivo” (informações verbais)⁸¹.

No que se refere ao posicionamento do poder público, se referindo ao governo (relacionando ao INCRA), 90% mencionaram que era dada esperança de que iriam conseguir a terra; 7% mencionaram, no sentido de dizer, que o poder público reagia bem, pois o povo ficava na cobrança, mas que às vezes, tentava desanimar os grupos, e, por fim, 3% considerou que, por mais que davam esperança, era difícil um retorno pois a mídia trabalha muito mal. Apesar de relatarem que eram alimentados com esperanças de que iam conseguir terra, foi possível identificar que sofreram também humilhações por parte da sociedade, se referindo aos sem-terra como vagabundos.

8.6 Da luta pela terra à luta na terra

Após apresentar o processo de luta pela terra vivenciado pelos entrevistados, chega o momento de compreender como foi o processo de luta na terra.

No São Manoel, durante a aplicação dos formulários, também ficou clara a menção de Mitidiero Junior (2011), quanto à passagem dos sem-terra para assentado, representado por dois momentos, sendo **luta pela terra**, seguida da **luta na terra**. Foi possível averiguar, por meio das conversas o sentimento de orgulho por terem conquistado a terra. Na fala de um entrevistado, mencionou que: “*não foi fácil, mas nós lutamos*” (informação verbal)⁸².

8.7 Dimensões dos lotes abarcados na pesquisa

⁸¹ Escrita embasada no relato de entrevistados do São Manoel.

⁸² Fala do entrevistado nº20 do São Manoel, em março de 2019.

No que se refere ao tamanho dos lotes (ha), estes apresentam variadas dimensões, conforme consta a seguir.

Quadro 4- Assentamento São Manoel: dimensão dos lotes abarcados na pesquisa.

Intervalos de dimensões	Somatório das respostas obtidas	Valores em porcentagem
De 19 – 30 hectares	23	77%
De 31- 40 hectares	6	20%
Acima de 40 hectares	1	3%
Total	30	100%

Fonte: pesquisa a campo.

8.8 Acesso aos primeiros programas de financiamento

Quando perguntado se tiveram acesso aos programas de financiamento para dar início na nova etapa (nos lotes), os entrevistados relataram a respeito do Fomento Agrícola, para compra de ferramentas básicas de trabalho. Do total de entrevistados, 13% citaram ter lembrança de haver recebido recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e, 87%, relataram ter recebido recursos das duas fontes (Fomento e Procera), mencionando ainda que “o Fomento saiu primeiro e depois é que veio o Procera”. Segundo o entrevistado nº19, quem participava da Cooperativa, realizou o financiamento do Procera de forma conjunta. A forma para obtenção desse crédito foi por meio da realização de projetos, elaborados por técnicos da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER). Por outro lado, alguns entrevistados citaram também o órgão Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (IDATERRA). Entende-se que as dúvidas quanto aos órgãos que realizaram os projetos, foi devido às alterações dos nomes que estes sofreram no decorrer do tempo, até de fato se instituisse a atual Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER)⁸³. Houve entre os entrevistados (7), que relataram que também já

⁸³ Segundo o DECRETO Nº 12.312, DE 11 DE MAIO DE 2007, Art. 1º A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, resultante da transformação do Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA), é uma autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno com autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada pela Lei nº 3.345, de 22 de dezembro de 2006, que Reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, alterando a Lei nº 2.152, de 26 de outubro de

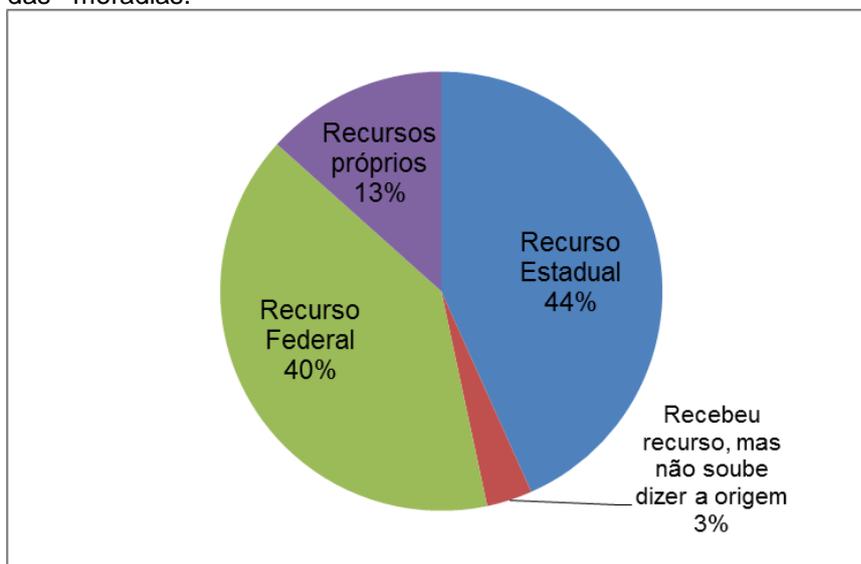
realizaram o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Mediante aos depoimentos, ficou claro que mesmo com o acesso a estes projetos, havia as dificuldades de comercialização, visto que naquela época ainda não tinham os programas de vendas de produtos da agricultura familiar, citando dentre esses programas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAE).

8.9 Condições de moradias e número de moradores por residência

No que refere às condições de moradias, 93% dos entrevistados residem em casas de alvenaria, 7% em alvenaria e madeira. Dos que residem em casas de alvenaria e madeira, a parte de madeira se dá pelo fato de possuírem o “fogão de lenha”. Já com relação à origem dos recursos utilizados na construção das residências, houve dúvidas e variações nas respostas obtidas, porém, respeitou-se as respostas dadas por cada entrevistado, conforme consta a seguir:

Figura 16- Assentamento São Manoel: Origem dos recursos para construção das moradias.



Fonte: pesquisa a campo.

Nota-se que predominou o uso de recurso estadual, seguido, do federal. Porém, todos realizaram melhorias com investimentos próprios, já que os recursos

recebidos não eram suficientes para tal, e também, alguns tiveram acesso a recursos de ampliação (Governo Federal, em 2007, 2008, aproximadamente).

Aqueles que realizaram a construção com recursos próprios, foram em decorrência de que, quando vieram os recursos para construção das casas no assentamento (entre 2002 e 2003, aproximadamente), estes já haviam iniciado a sua própria construção, com exceção apenas de um caso, na qual a família preferiu não pegar o recurso. Segundo relatou o entrevistado nº06, o programa de habitação “foi uma luta nossa”, e a origem do recurso foi do Governo Federal, por intermédio do Governo do Estado (MS), que tinha um engenheiro para vistoriar as obras que deviam ser realizadas em “mutirão”. Talvez, por isso, a maioria acabou ficando na dúvida, mas respondeu a opção do órgão da qual se recordava.

Também, foi perguntada a quantidade de pessoas que residem no lote, obtendo-se assim, as seguintes respostas.

Quadro 5- Assentamento São Manoel: Quantidade de moradores por lote e total de casas por lote

Quantidade de moradores por lote	Quantidade de lotes encontrados	Total de casa por lote	Total
1 morador	4	Lotes com 1 casa	29
2 moradores	12	Lotes com 2 casas	1
3 moradores	7		
4 moradores	6		
6 moradores	1		
Total	30		30

Fonte: pesquisa a campo

Nota-se que a prevalece nos lotes, aqueles onde residem 2 moradores, sendo que destes (11) são cônjuges e, o outro caso, é o filho que mora com a mãe desde o início do assentamento. No lote que possui 2 (duas) casas, estão os 6 (seis) moradores, onde um dos filhos constituiu família e mora em casas separadas de sua mãe, e de um irmão que com ela reside. Já nos lotes com 3 (três) moradores, se deu em decorrência do casal que possui filhos residindo. Por fim, no caso de lotes com dos 4 moradores, foi em decorrência de ter o casal e mais dois filhos residindo (ocorreu em 3 casos), e também, pelo fato de residir o casal, juntamente com neto e um familiar do casal; outro, com o casal, um filho e um neto, e, finalmente, o filho que mora com seu pai desde o início do assentamento e constituiu família (esposa

e um filho), e moram na mesma casa. Apesar da existência de filhos residindo nos lotes, em alguns casos, ouviu-se a respeito de uma possível saída dos filhos, seja para dar continuidade aos estudos, ou ainda, em busca de oportunidades de trabalho.

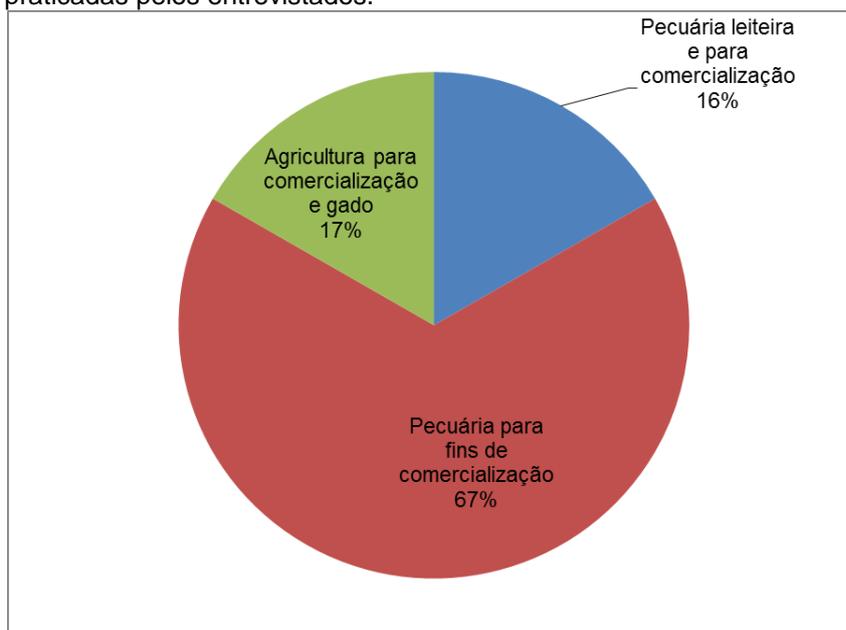
Os filhos já adultos trabalham de forma independente, com diárias, plantações, prestando serviço público e outros, ajudam a cuidar do lote onde moram desde o início do assentamento, além daqueles que estão em idade escolar. Entende-se assim, que a quantidade de moradores por lotes varia de tempos em tempos, de acordo com as necessidades que vão surgindo, porém nota-se que o lote é a garantia de um local de acolhimento pelos filhos.

8.10 Atividades praticadas atualmente pelos entrevistados e questões afins

Os entrevistados relataram que desde o tempo em que estavam na área do assentamento, aguardando para a divisão dos lotes, já desenvolviam as “roças” e alguns, que participaram do assentamento na Padroeira também realizavam plantações. Assim, quando adentraram nos lotes realizavam diversas plantações, como abóbora, algodão, arroz, banana, feijão, mandioca, melancia, milho. Aqueles que participaram da Cooperativa (ocorreu com 3 entrevistados) também realizaram plantações diversas, como algodão, banana, feijão, tomate e verduras. Nas duas situações (produção individual e coletiva, na cooperativa) foram relatadas dificuldades de comercialização dos produtos, havendo casos de vendas para atravessadores e ainda, mencionado a expressão no sentido de dizer que *“naquele tempo, as coisas eram mais difíceis”*.

Com o decorrer do tempo, veio a fase da produção de leite, que seria uma alternativa de obter uma renda, (aliada a algum tipo de produção), porém, o valor pago pelo leite era muito baixo, chegando a ouvir que o litro do produto chegou a ser vendido por 23 centavos, sem contar, dos tempos que as empresas não arcavam com seus compromissos e não pagavam os produtores. Ao questionar a respeito de qual atividade predomina no lote, obteve-se as seguintes respostas.

Figura 17- Assentamento São Manoel: Atividades predominantes praticadas pelos entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo.

Nota-se que, a prática da pecuária para fins de comercialização é a atividade predominante nos lotes, porém, cabe a ressalva de que, esta não pode ser comparada com a prática de uma fazenda, pois, os assentados não comercializam o bezerro todos os meses, mas sim, quando a criação chega a uma idade ideal, ou ainda, quando há necessidade de obter algum recurso financeiro mais rápido. Dos que realizam a venda de leite, 1 (um) deles mencionou que estava pensando em parar de realizar a venda, pois o valor não estava compensando (R\$ 1,00), ou seja, caso pare de vender esse produto, a sua atividade principal será a pecuária para fins de comercialização. Em outro caso, apesar de mencionar que a venda de leite é a atividade principal, mencionou-se que a maioria do gado é de corte. Por fim, houve os 17% em que a prática da agricultura foi mencionada como a principal opção de atividade, pois é esta a quem eles se dedicam cotidianamente, ou seja, também possuem sua criação de gado, porém o foco não está na criação. Como dito na fala do entrevistado, em sua opinião: *“O gado é uma válvula de escape. Quando você tá apurado, você vende”*. (Informação verbal)⁸⁴.

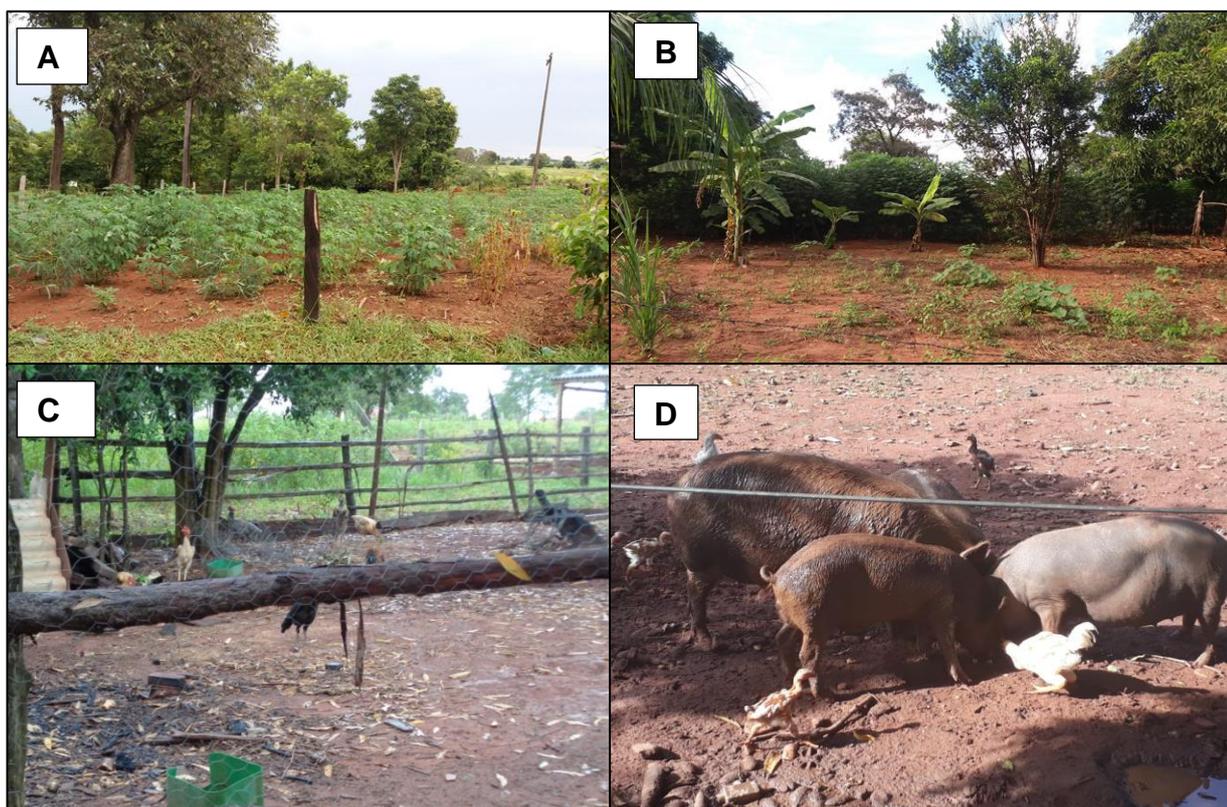
Ao questionar se atualmente possuem roças, as respostas obtidas da maioria, foram que 87% possuem roças, 6% não tinham e, 7% iriam preparar uma área para realiza-la e, em um desses casos, a plantação seria com objetivo de

⁸⁴ Fala do entrevistado nº 27 do São Manoel, em março de 2019.

comercialização. Vale ressaltar que no critério “roças”, também foram incluídas, as hortas e pequenas plantações próximas ao quintal. Assim, no geral, 42% relataram que a produção é para consumo próprio da família e 58% mencionaram que plantam com objetivo de comercializar. Esse resultado chamou atenção, pois, apesar dos relatos de que 58% plantam com objetivo de venda, esta não foi considerada pela maioria dos entrevistados, como sendo a atividade principal praticada em seus lotes. Conforme apresentado (na figura 17), apenas 17% consideram as plantações como atividade principal, seguido da criação de gado.

A seguir, algumas ilustrações de plantações e pequenas criações, realizadas para consumo próprio da família, ou como os assentados costumam dizer “*só pra despesa*”.

Figura 18- Assentamento São Manoel: Exemplo de produção dos entrevistados.



Produção de entrevistados nº 03 (A), nº 25 (B), realizada próximo ao quintal, e criações dos entrevistados nº 2 (C) e nº4 (D), todos para consumo próprio da família.

Fonte: pesquisa a campo.

No que diz respeito, por parte daqueles que mencionaram ter a plantação como atividade principal no lote (17%), estes realizam a comercialização de forma independente, em mercados no próprio município (ocorreu em 2 casos), nas

Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA/Campo Grande-MS), (ocorreu em 2 casos). Nos demais casos, foi citada a venda “*de porta em porta*”, quando encontra alguém que queira comprar o produto, pois como dito, prefere assim, e ainda, a venda no próprio lote a qual, aparecem pessoas querendo comprar o produto seja revender ou consumir e, por fim, em outros casos foi citado que vendem pela Cooperativa Dos Produtores Rurais Região Do Pulador De Anastácio (COPRAN) e pelo Programa de Aquisição de alimentos (P.A. A) e também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENA), quando há a existência de produto. A seguir, exemplos de plantações para comercialização.

Figura 19-Assentamento São Manoel: Exemplo de produção voltada para fins de comercialização, do entrevistado nº 27.



Fonte: pesquisa a campo.

A família (casal) que realiza as plantações da figura acima, a desenvolvem há 15 (quinze) anos, também, produzem repolho. Um fato que chamou a atenção foi que, em meio à produção, havia um pequeno canteiro com cebolinhas e rúcula, na qual a senhora disse sorrindo que “*tem que plantar de tudo um pouquinho*”.

Figura 20-Assentamento São Manoel: Exemplo de produção do entrevistado nº08 para fins de comercialização, visão parcial da produção.

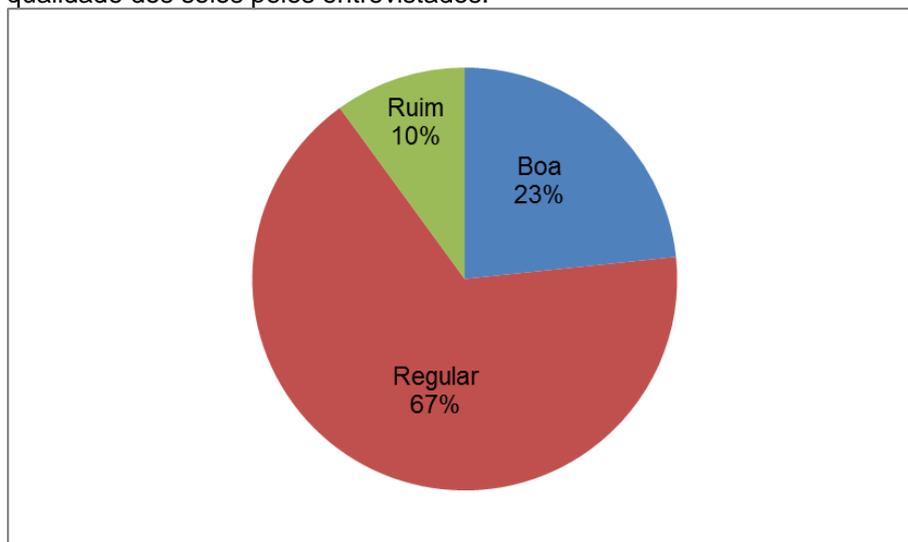


Observação: visão parcial. Segundo relato do entrevistado, a área de plantação possui em torno de 2 (duas) hectares.

Fonte: pesquisa a campo.

Como estamos abordando sobre as atividades desenvolvidas pelos entrevistados, torna-se essencial realizar questionamentos a respeito de como estes consideram a qualidade da terra que possuem em seus lotes. Desta forma, obtiveram-se as seguintes considerações, conforme consta a seguir.

Figura 21- Assentamento São Manoel: Considerações a respeito da qualidade dos solos pelos entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo.

Apesar da maioria dos entrevistados considerarem a terra que possuem em seus lotes sendo como regular, estes destacaram que há a necessidade de “preparar a terra”, no sentido de adubar, para que assim possam realizar algum tipo

de cultura. Segundo o levantamento realizado na área do São Manoel, a respeito da viabilidade para assentar as famílias, menciona-se que:

O Projeto de Assentamento São Manoel é composto em sua totalidade, por áreas de unidades de solos com características de baixa fertilidade e, em alguns casos, apresentando níveis altos de toxidez. Constatou-se que aproximadamente 50% da área é apta somente para pastagem plantada e na maior parte, com restrição, devido a ocorrência de relevo ondulado e forte ondulado, com presença de afloramentos rochosos [...]. Outro fator de grande preocupação, é a necessidade de adoção de práticas conservacionistas, uma vez que ocorre em grande parte da área, relevo ondulado e forte ondulado, que são propícios ao desenvolvimento da erosão, caso não sejam respeitadas tais práticas[...] (MATO GROSSO DO SUL, 1993, p.69).

No que diz respeito à origem da água utilizada pelos entrevistados, têm-se as seguintes situações: 50% é proveniente de poço tubular individual (que bombeia água para um reservatório e é distribuída na rede), 13% de poço tubular individual, 20% possui poço próprio domiciliar/convencional com bomba, e por fim, 17% utilizam água de uma mina, que chega até a casas por gravidade. Para a dessedentação de animais, 53% utilizam açudes, 17% açude e córrego, 7% poço comunitário e açude, 7% de pilheta (em um caso a água vem de poço tubular próprio e em outro, apenas do poço tubular comunitário), 3% açude e poço tubular próprio (citou também que tem córrego na propriedade), 10% utilizam o córrego, por fim, 3% poço tubular individual e córrego.

Quando indagados se teriam interesse em realizar plantações para fins comerciais caso houvesse projetos que garantisse recursos financeiros e assistência técnica, 50% relataram ter interesse para tal, havendo em um dos casos, relatos de que a esposa possui mais desejo e aceitaria. Também foram mencionados situações por problemas de saúde que não mais permitem realizar grandes esforços, pois como dito em alguns relatos, os assentados trabalham na roça desde quando eram crianças, então, a saúde acaba ficando comprometida. Por fim, também, 50% aceitariam desenvolver culturas, alguns permanecendo com as culturas que já desenvolvem (banana, mandioca, legumes) e outros, citaram culturas como melancia, milho abóbora, melão, feijão, mandioca, sendo que alguns reforçaram que há a necessidade de correção do solo.

Ao questionar se acreditam na capacidade de produção do assentamento para abastecer comércio local, divulgação de produtos por meio de feiras, a maioria, 87% relataram que acreditam que o assentamento (se referindo aos assentados),

possui essa capacidade, muitos deles, citando como exemplos, aqueles que produzem para a venda, porém, ressaltaram que deveria haver uma garantia de venda e, por fim, apenas 13% não acreditam na capacidade de produção do assentamento.

Quando perguntado se participam de alguma organização associativa, 73% relataram que não participam, mas a maioria mencionou já haver participado. Já aqueles que participam, somam-se 27%, já incluído as 5 (cinco) mulheres que participam do Grupo Barú, e são associadas a Cooperativa dos Produtores Rurais Da Região Do Pulador de Anastácio (COPRAM), e por fim, os demais que mencionaram participar de uma organização associativa, citaram também a COPRAM. Em alguns casos, foi dito que a diversidade no assentamento (se retratando aos locais de origem dos assentados) dificulta a união, bem como as divergências políticas. Em um depoimento mencionou-se que: *“As cooperativas no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina deu certo. Aqui (Assentamento e também, no Estado) a mistura de “raças”... No Sul as pessoas tinham mais o espírito de união”* (Informação verbal)⁸⁵.

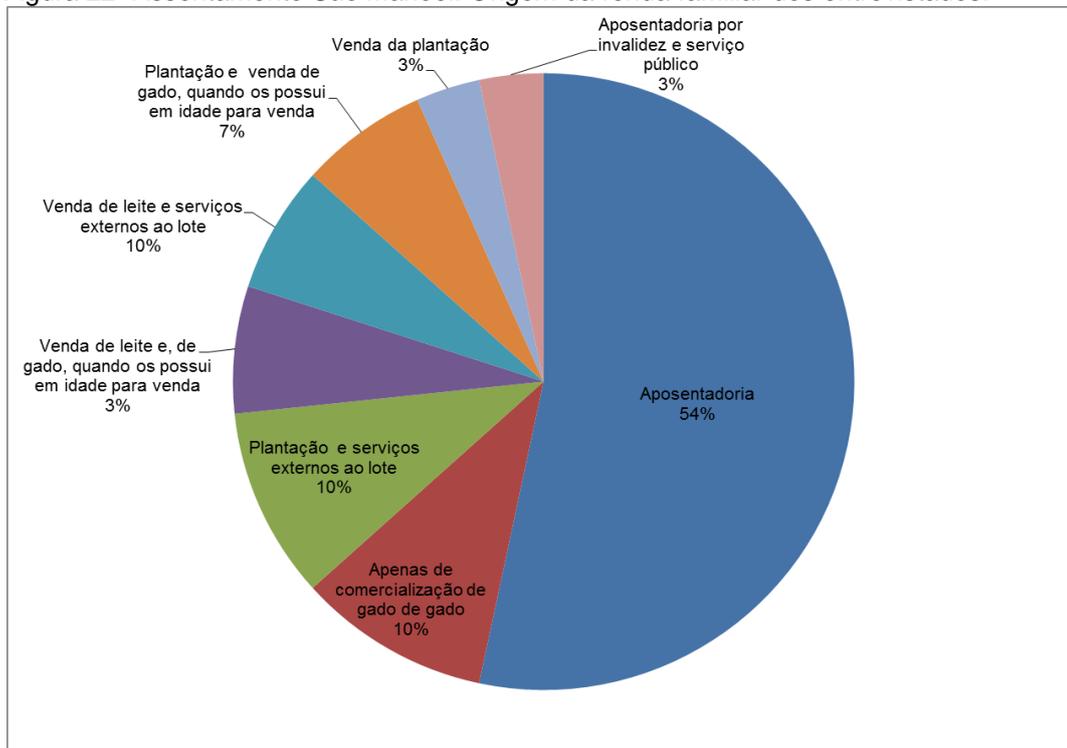
Quanto às questões relacionadas ao recebimento de assistência técnica, as respostas obtidas foram que, 73% não a recebem 20% relaram que caso haja necessidade de assistência eles (Agraer) vêm e, por fim, 7% disse que costuma receber assistência (da Agraer). Cabe mencionar, conforme informado na Agência da Agraer de Anastácio, que “atualmente não há convênio como INCRA para prestar assistência técnica específica aos assentados. Disse ainda que o convênio já existiu, mas atualmente não mais existe, porém mesmo assim, se caso algum assentado solicite uma visita no lote, o mesmo será correspondido, porém não haverá condições, por exemplo, de realizar o acompanhamento de uma determinada produção do início ao fim. Por fim, relatou que os assentados procuram a Agraer para realização de projetos e assim, conseguem financiamento junto ao banco (Informação verbal)⁸⁶.

Coube ainda indagar a respeito a respeito da origem da renda familiar entrevistados, obtendo-se os dados a seguir.

⁸⁵ Fala do entrevistado nº 01 do São Manoel, em fevereiro de 2019.

⁸⁶ Relato concedido no dia 17 de abril de 2019 na Agraer de Anastácio.

Figura 22- Assentamento São Manoel: Origem da renda familiar dos entrevistados.



Fonte: pesquisa a campo.

Apesar da fonte de renda da maioria ser derivada de recursos de aposentadoria, esta é complementada com a venda de leite (um caso) e venda de produtos derivados da produção no Grupo Barú, e também, de verduras, na Feira da Agricultura Familiar de Anastácio/MS. As vendas para Programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), citados por pessoas que são aposentadas, são realizadas quando estas possuem determinados produtos. Já os que possuem como fonte de renda, a venda de plantação e serviços externos nos lotes se dá em decorrência de exercer atividade em órgão público (um caso) exercer atividade política na Câmara Municipal de Anastácio/MS (um caso) e, por fim, um caso que realiza plantações e outros serviços externo ao lote. Aqueles que vendem leite e exercem atividade fora do lote, se deu pelo fato de exercer atividade pública.

Esta situação da renda familiar chama atenção, pois mesmo a atividade principal sendo a pecuária, apenas 10% mencionou que vivem exclusivamente dela. Assim, o gado não é utilizado para venda mensalmente, mas sim quando atingem

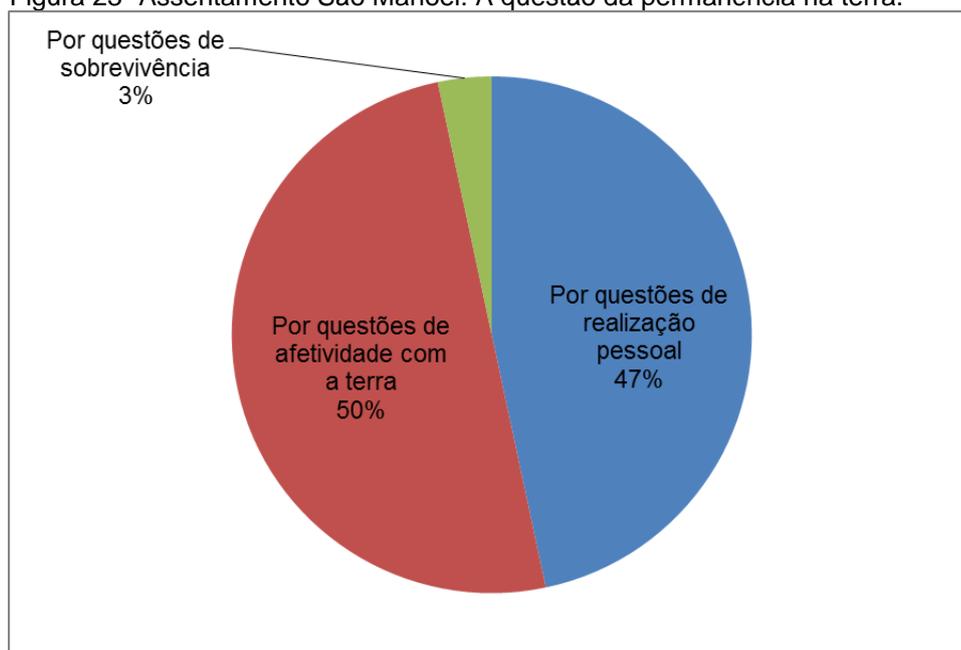
uma idade ideal de venda, ou ainda na necessidade de se conseguir um “dinheiro rápido”.

Quando questionados se a existência de uma escola agrícola no assentamento poderia ter auxiliado na permanência dos filhos nos lotes, 63% concordaram que sim, porém, teria que haver uma relação entre o aprendizado na escola e a prática no lote. Porém, em alguns casos foi dito que, depende do filho gostar ou não de “viver na roça”. Por outro lado, 27% acham a questão muito relativa, ou seja, que varia de acordo com cada pessoa, já que defendem a ideia de que muitos gostam de morar no sítio, e outros, não, 7% que acha que não ajudaria, e por fim, o relato de apenas 3%, mas que chamou muita atenção, pois foi dito que, se fosse para os filhos passarem as mesmas dificuldades que eles (pais) sofreram na lavoura, não adiantaria, porém, se fosse realizada uma educação voltada para a realidade do assentamento, daria bons resultados.

8.11 Questões relacionadas à afetividade e permanência na terra

Decorridos oficialmente 26 anos de existência do assentamento, e tendo conhecimento das dificuldades encontradas pelas famílias, realizou-se questionamentos a respeito dos motivos pelos quais as fazem lá permanecer. Os resultados obtidos levam a compreender que a maioria dos entrevistados permanecem em seus lotes por questões de afetividade com a terra, pois foi esse o território onde foi possível criar os filhos e vencer as dificuldades. Em seguida, aparecem os motivos por realização pessoal, ou seja, sempre tiveram o sonho de conquistar “um pedaço de terra”, dado ao fato de sempre estarem trabalhando em terras de terceiros e por fim, por motivos de sobrevivência, evidenciando que o lote permite uma sobrevivência digna. As respostas obtidas, seguem demonstradas a seguir.

Figura 23- Assentamento São Manoel: A questão da permanência na terra.



Fonte: pesquisa a campo

Quando questionados a respeito das perspectivas que os assentados possuem em relação ao “seu lote”, 67% relataram que pretendem continuar morando no lote enquanto houver condições de desenvolver suas atividades, 20% pretendem continuar morando no lote ao menos pelos próximos dez anos, porém, destacaram que gostam do lugar onde vivem, e por fim, 13% disse que nunca pensou em vender o lote. No geral, muitos relataram questões no sentido de dizer *que “dos que venderam os lotes, estes, atualmente, não se encontram em boas condições de vida”*.

Também considerou-se pertinente, perguntar a respeito de como são oferecidos os serviços de saúde, já que muitos relataram ter esse problema. Sendo assim, todos os entrevistados relataram ter acesso ao sistema básico de saúde, tendo agente de saúde, médico uma vez na semana, que se desloca da sede do município, coleta de sangue e encaminhamentos para posteriores exames. Em alguns casos, houve a menção de que quando são para realizar exames que seja urgente, acabam realizando por conta própria em decorrência da espera pelo mesmo. Em um caso apenas, mencionou-se que possuía plano de saúde.

Quando indagados a respeito de quais perspectivas possuem em relação ao assentamento, no sentido de dizer “o que pode virar essa área futuramente”, 46%

acreditam que irá ocorrer a venda dos lotes, 17% relataram que os filhos vão saindo cada vez mais, 17% mencionaram que quem não vendeu até agora, não venderá tão já, mas relataram a respeito de problemas de saúde ou morte que podem levar à venda, 7% não soube responder, 3% tem medo que possa vir fazendeiro e comprar lotes no assentamento e por fim, 3% citou que se legalizar os lotes, pode ser que haja mais vendas.

Ao serem indagados a respeito da escritura do lote, 80% relataram ter esperança de que esta venha a ser viabilizada pelo INCRA, 10% não possuem esperança, 7% mencionaram que é indiferente tal ação, já que viveram até o momento sem a mesma, e por fim, 3% ficou na dúvida, mencionando que no momento, não sabia dizer uma resposta. Chamou atenção que, em 3 casos, os entrevistados relataram que fazem questão que o título definitivo seja viabilizado.

9 ESTRATÉGIAS DE (RE)PRODUÇÃO ADOTADAS PELAS MULHERES NAS ÁREAS DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

9.1 Grupo de Mulheres do Assentamento Monjolinho⁸⁷

O grupo de mulheres existente no Assentamento Monjolinho denominado Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho (AMAM) é derivado do antigo Clube de Mães Paz e União, formado ainda quando as mulheres encontravam-se acampadas pela necessidade de cadastrar as mulheres para recebimento de leite. Passado os anos, o grupo deu continuidade às atividades do Clube de Mães realizando artesanatos em uma área comunitária localizada na sede do próprio assentamento, porém, havia a necessidade de gerar renda e o grupo por ser considerado sem fins lucrativos não podia realizar projetos para receber recursos e assim gerar renda.

Mediante muitas batalhas, em 2010 o grupo conseguiu a aprovação de uma área desmembrada pelo INCRA na sede do assentamento em nome da associação que outrora, já havia realizado a troca do nome de Clube de Mães para Associação de Mulheres. Com isso, conseguem realizar os primeiros projetos a fim de concorrer aos editais de instituições que financiam projetos sociais.

No ano de 2013 realizaram o primeiro projeto para adquirir recursos e realizar a construção da associação que foi iniciada em fevereiro de 2014. Mesmo assim, o grupo trabalhou muito na Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária realizada em Anastácio comercializando o pequi, fruto típico do cerrado, juntamente com arroz e frango caipira para conseguir recursos e assim pagar a mão de obra.

O grupo conta atualmente com 13 associadas (porém nem todas participam ativamente) começou a realizar o beneficiamento do pequi e posteriormente, do cumbaru ou baru, também fruto típico do cerrado. Com os cursos de capacitação que receberam do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e oficinas realizadas pelo Projeto de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitulado Valorização de Plantas Alimentícias do Pantanal e Cerrado⁸⁸, passaram a produzir pães a base da amêndoa de cumbaru e também de outro fruto, o jatobá por meio da farinha extraída deste. Assim, já realizaram entrega de pães

⁸⁷ A escrita foi embasada em depoimentos adquiridos pela autora na sede da AMAM (assentamento Monjolinho) em 26 de março de 2019.

⁸⁸ Conforme consta em edital disponível em < <http://preae.sites.ufms.br/files/2015/03/PAEXT-2015-RESULTADO-FINAL-PROJETO.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2017.

para a merenda escolar do assentamento e demais escolas do município por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambas as entregas por intermédio da COPRAN e venda direta para o Programa de Doação de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Atualmente o grupo já se encontra formalizado, possuindo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio, portando maior liberdade em realizar a comercialização de seus produtos, e adquirindo, também um veículo.

Uma das integrantes do grupo relatou que muitas pessoas não acreditavam que elas conseguiriam montar uma associação equipada e só acreditaram quando viram o resultado final. A seguir, demonstrações da logomarca do grupo e alguns produtos.

Figura 24- Placa de identificação do grupo AMAM, produtos confeccionados na sede da associação e alguns dos equipamentos utilizados na produção.



Fonte: pesquisa a campo.

9.2 O Grupo de Mulheres do Assentamento São Manoel⁸⁹

O grupo informal de mulheres existente no assentamento São Manoel é denominado Grupo Baru, sendo este de produção sustentável, pois tem como “carro chefe” o fruto típico do cerrado Baru também conhecido como cumbaru.

O projeto que deu origem a formação do grupo se deu em 2009 quando uma equipe da Agraer/Agência de Campo Grande-MS, implementou um projeto de pesquisa sobre o beneficiamento do Baru que inicialmente foi aberto a toda comunidade do assentamento e teve duração de dois anos e dele participaram dezenove pessoas. Com o término do projeto um grupo de mulheres que dele participaram, resolvem dar continuidade e buscam meios para conseguir recursos para ampliar a sede e também montar uma cozinha industrial, já que tinham de “herança” do então projeto um depósito e uma varanda.

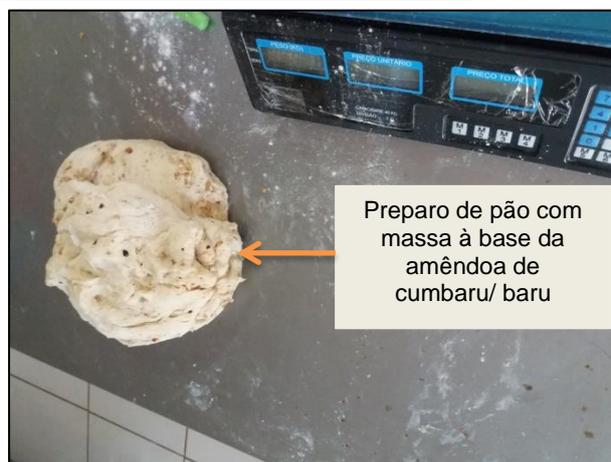
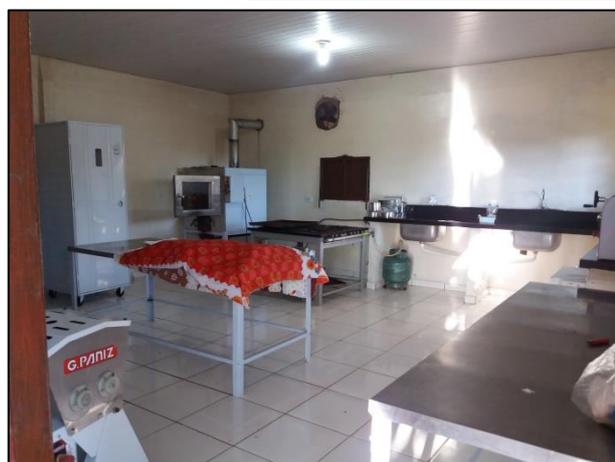
Desta forma, concorrendo por meio de editais de financiamento, conseguiram equipamentos e puderam dar prosseguimento nas atividades, recebendo a partir daí mais cursos de capacitação. Atualmente, o grupo é composto por cinco mulheres que fabricam pães a base da amêndoa do baru para entrega na merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na qual a entrega dos produtos é realizada por meio da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio-MS (COPRAN). Além, disso também participam da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária realizada na sede do município de Anastácio, onde comercializam pães, bombons e paçoca a base de da amêndoa de baru e também salgados a base de massa de mandioca.

Uma das integrantes mencionou que “muitos não colocavam fé”, ou seja, não acreditavam que o grupo daria certo. Por outro lado, foi possível também ouvir de outra integrante “nós aqui tem o compromisso, mas patrão nós não tem”.

A seguir algumas demonstrações relativas à logomarca e produção do grupo.

⁸⁹ A escrita foi embasada em depoimentos adquiridos pela autora na sede do Grupo Baru (assentamento São Manoel) em 21 de fevereiro de 2019.

Figura 25- Placa de identificação do Grupo Baru, equipamentos utilizados na produção e produtos confeccionados para comercialização na feira em Anastácio/MS.



Fonte: pesquisa a campo

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas dos assentamentos Monjolinho e São Manoel pertenciam a uma empresa estatal do governo federal. Depois de adquiridas as respectivas áreas, tendo como forma de obtenção o ato de “compra e venda”, para serem destinadas à reforma agrária, mediante reivindicação de famílias sem terra, mudou-se apenas o caráter de posse já que estas mesmas áreas continuam a ser de domínio da União, pois as famílias ainda não possuem a escritura dos lotes. Mesmo assim, as referidas áreas passaram a se constituir no território dos assentamentos, pois aqueles que nelas estão realizaram a sua territorialidade, ou seja, sua re(produção) social.

Primeiramente, têm-se em mente mediante todo o processo investigativo que há a existência da implementação do projeto de assentamento por meio da reforma agrária pelo INCRA. Porém, sabemos que o simples fato da instalação de famílias em lotes de terras não significa dizer que a reforma agrária foi realizada. Desta forma, entende-se que se o INCRA analisou uma determinada área e a “julgou” como sendo viável para comportar um assentamento, julga-se também que ofereceria condições de sobrevivência pelas famílias que foram assentadas.

Por outro lado, verificou-se por meio do trabalho a campo a existência da disponibilidade dos primeiros créditos de instalação, na qual cada família utilizou-os da forma com que julgou melhor e de acordo com suas necessidades.

Os projetos realizados para ter acesso ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) resultaram em benfeitorias para o lote como “desmate”, cercamento, compra de gado e também permitiram realizar as primeiras plantações. Porém, não foi dado subsídio aos assentados, que conseguiram plantar e colher para que comercializassem a produção e, quando conseguiam, o valor era irrisório, pago por atravessadores. Para aqueles que decidiram optar inicialmente pelo trabalho coletivo, também encontraram dificuldades de comercialização.

Com o decorrer dos anos, e sem a possibilidade de realizar procedimentos para a correção dos solos, as famílias foram criando outras estratégias para realizar a sua (re)produção, investindo no gado leiteiro e posteriormente, de corte, pois o solo correspondeu bem à introdução das pastagens plantadas. Aliado a estas atividades, as plantações ficaram em segundo plano passando a ser realizado para o consumo próprio da família.

Como pôde ser constatado por meio do trabalho a campo, a principal atividade praticada pelos assentados de ambos os assentamentos, é a pecuária de corte destinada para comercialização, porém, a principal fonte de renda das famílias deriva de recursos de aposentadoria. Cabe exceção, um quantitativo de assentados do São Manoel (17%) que consideraram a agricultura como sendo sua principal atividade desenvolvida no lote, seguida da pecuária para comercialização.

As plantações, em sua maioria são para consumo próprio, não tendo mais os assentados a preocupação de realizar cultivos e, assim, obter uma renda a partir destes, tanto é que a maioria (no caso do Monjolinho) a maioria dos entrevistados relataram não ter interesse em realizar algum tipo de produção mesmo se tivessem acesso a recursos e assistência técnica, muitas das vezes, por problemas de saúde. Por outro lado, no assentamento São Manoel, houve um maior interesse em realizar plantações para fins de comercialização, porém, também ressaltou-se a questão da falta de saúde, e, aqueles que relataram que plantam com vistas para comercializar, a maioria destes não consideram a plantação como atividade principal praticada em seu lote, o que leva a entender que, ao possuírem uma determinada quantidade de produtos, estes são comercializados, gerando um incremento na renda familiar, mas sem a preocupação de necessitam do resultado da plantação para suprir seu sustento.

Outro fato que chamou atenção nesta pesquisa em relação aos assentados do Monjolinho foi a questão da saúde, que segundo eles, não mais permite realizarem certas atividades assim como as realizavam antes e por este motivo, alguns já arrendaram os seus lotes à terceiros. Essa situação se agrava ainda mais quando da saída dos filhos do assentamento, que migram em busca de melhores oportunidades de vida e aqueles que ficam também possuem a necessidade de trabalhar para que possam ter sua independência, constituindo sua própria família.

No Assentamento São Manoel, não houve casos de lotes arrendados, porém, também foi ressaltado a respeito das questões de saúde, que não são as mesmas, de quando adentraram nos lotes e, também, da saída dos jovens em busca de estudos e outras oportunidades, além daqueles que constituem família e necessitam buscar meios de sobrevivência.

Portanto, diante de todo o processo de luta pela terra e na terra, as famílias que lá permanecem venceram os obstáculos que foram surgindo da maneira como melhor julgaram que fosse viável para garantir a (re)produção da família. Também,

consideram estar atualmente “no paraíso” devido a tanto sofrimento que passaram ao longo de suas vidas, principalmente, quando da luta pela terra. Assim, sentem-se orgulhosos por tudo que conseguiram conquistar, mesmo sabendo não serem donos oficialmente do lote onde vivem. Com isso, passaram a ter o assentamento como o seu território de vida, atribuindo valores sentimentais profundos e não se veem morando em outro lugar que não seja em “seu” lote.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Fernando César Saraiva do et.al. **Zoneamento agroecológico do município de Anastácio – MS**. 2.ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 2012. (E-book). (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento/ Embrapa Solos, ISSN 16780892; 202). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/950745/zoneamento-agroecologico-do-municipio-de-anastacio---ms>>. Acesso em 19 de jan. 2017.

AGRAER- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. **Estrutura Básica**. DECRETO Nº 12.312, DE 11 DE MAIO DE 2007. Aprova a estrutura básica e operacional da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - agraeer, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.agraer.ms.gov.br/26907-2/>>. Acesso em: 6 fev.2020.

ANDRADE, Manoel Correia de. A questão do território. In: _____. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p.19-29.

_____. Sociedade e reforma agrária no Brasil. In: _____. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p.77-89.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. A geografia dos conflitos pela terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 76-93.

BATISTA, Luiz Carlos. A Questão da terra e a reforma agrária. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 3, n. 1, p. 7-16, jan/jun. 2001.

_____. **Brasiguaios na fronteira**: Caminhos e lutas por liberdade e pela resistência camponesa. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

_____. **Processo de organização do espaço agrário do Mato Grosso do Sul**. Cadernos de Formação, Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. v. 1.

BRAND, Antônio. Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. **Interações (Campo Grande)**, v.1, n. 2, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/601/631>>. Acesso em: 23 jan.2020.

BRASIL . Câmara dos Deputados. Acessibilidade. **Terras devolutas**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/gestao-na-camara-dosdeputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>>. Acesso em: 06 jan.2020.

____. Ata da 39ª sessão da 2ª sessão legislativa da 47ª legislatura, em 4 de maio de 1984. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, sábado, 5 maio 1984. p. 2990, Seção I. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05MAI1984.pdf#page=>>. Acesso em: 01 de março de 2017.

____. Câmara dos Deputados. Separata de Discursos, Pareceres e Projetos, 47ª Legislatura-2ª Sessão Legislativa. Brasília, 1984. **A PRAÇA É DO POVO** In:____. Conflito de Ivinhema: Violência contra os trabalhadores Sem Terra. Coordenação editorial: Lino Bambil. Composição e Arte Final: COMPLETA LTDA. Coleção Luta pela Terra I.

____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Recurso eletrônico. Atualizada até a EC n.99/2017. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2018.

____.Decreto Nº 55.891, de 31 de março de 1965. **Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm>. Acesso em 30 jun.2016.

____. Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977. **Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm>. Acesso em 06 fev. 2019.

____. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em 22 jan. 2019.

____. Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8629-25-fevereiro-1993-363222-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 18 dez.2019.

____. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 3 jun. 2019.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 4. ed. Campo Grande/MS: Gráfica e papelaria Brasília, 1995.

CASTRO, Marcio Henrique Monteiro de. **"Reforma agrária e pequena produção"**. 1992. Tese (Doutorado em economia) – Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO (DSG). **Banco de Dados Geográficos do Exército**. SCN Carta Vetorial Ribeirão Taquaruçu SF-21-X-A-VI-1.100.00 (1972) Disponível em <<https://bdgex.eb.mil.br/mediador/>> . Acesso em: 3 jul.2019.

DOMINGUES, Andréa Silva. Histórico geral da cidade. In:____. **Recorte da memória política do município de Anastácio**. Aquidauana-MS. Apoio UFMS: [s. n.],1998. p. 17-20.

EMBRATER. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Vinculada ao Ministério da Agricultura. **Mato Grosso do Sul**: subsídios para o diagnóstico do estado. Campo Grande, 1977, Coordenadoria Regional II.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFMS, 2008. p. 35-53.

FABRINI, João Edmilson. Luta pela terra, reforma agrária e o MST (Palestra). In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 2., 2000, Jandaia do Sul. **Anais...** Jandaia do Sul, PR: Faculdade de filosofia, ciências e letras de Jandaia do Sul, Departamento de Geografia 2000. p. 37-52. Documento impresso.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwing. Metodologia científica e pesquisa em geografia. In: _____.Quantificação em Geografia. São Paulo: DIFEL, 1981. p.3-19.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio; NAHUM, João Santos. Reprodução social e permanência no campo- um estudo no assentamento João Batista II, Castanhal – Pará. **GeoAmazônia**, Belém, v. 2, n. 01, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/16/pdf_15>. Acesso em: 27 jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em 06 fev.2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas para fins estatísticos do censo agropecuário 2007**. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 15 Jul. de 2018.

_____. Portal de Mapas. **Limites (2017) e divisão político-administrativa de MS (2018)**. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema nacional de cadastro rural. Índices básicos de 2013**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acervo fundiário. (2018)- DOWNLOAD DE SHAPEFILES**. Nome da camada: Imóvel certificado SIGEF Total, Mato Grosso do Sul e Projetos de Assentamentos Federal, Mato Grosso do Sul . Disponível em: <http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2020. **Como é um assentamento**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas>. Acesso em: 30 maio 2019. Em 2020, o site foi atualizado e essa informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html?id=223>>. Acessado em 11 fev.2020.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mapa de parcelamento do assentamento Monjolino**. Escala 1:3000. CÓPIA FIEL do trabalho executado

pela empresa SETEP- SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E PROJETOS LTDA, Criciúma-SC, março de 1990.

____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mapa de parcelamento do assentamento São Manoel**. Escala 1:20.000. Executante: Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Pecuária e Desenvolvimento Agrário, Departamento de Terras e Colonização-TERRASUL E Diretoria Técnica-Divisão de Cartografia e Geografia. Dezembro, 1993.

____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas recebem 541 documentos em Mato Grosso do Sul (2019)**. Disponível em: <<http://portal.incra.gov.br/?q=noticias/familias-assentadas-recebem-541-documentos-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 6 fev.2020. Informação publicada no site dia 27/12/2019.

____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2020. **O que é um assentamento?** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 30 maio 2019. Em 2020 o site foi atualizado e a referida informação se encontra no link: <<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em 6 fev. 2020.

____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 Até 18/02/2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019. Em 2020, site com informações atualizadas, mesmo link, acessado em 6 fev.2020.

____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2008. **Qual é a diferença entre módulo rural e módulo fiscal?** Informação publicada na página do site em 15/12/2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

INDE. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. **Setores censitários urbanos do município de Aquidauana e Anastácio**. Disponível em: <<https://visualizador.inde.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

JOIA, Paulo Roberto. Bairros das Cidades de Anastácio e Aquidauana: Uma Proposta de Divisão do Espaço Urbano. **Revista Pantaneira**. Aquidauana, v.2. n.1, Jan./Jun.,2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revpan/issue/viewIssue/156/104>>. Acesso em: 20 mar.2019.

JOIA, Paulo Roberto. Origem e Evolução da Cidade de Aquidauana-MS. **Revista Pantaneira**. Aquidauana, v.7. 2005. Disponível em <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revpan/issue/view/issue/164/113>>. Acesso em: 20 mar.2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de Pesquisa. In:____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.p.172-213.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário, Departamento de Terras e Colonização de MS. **Projeto de Assentamento São Manoel. Levantamento de Reconhecimento de solos: recursos naturais**. Equipe técnica TERRASUL, Campo Grande-MS Set/93.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 217-227.

MENEGAT, Alzira Salete. Assentamentos rurais: a construção de novos espaços em Mato Grosso do Sul. **Revista de Geografia**. Campo Grande, v.10, n. 19, p. 75-83, jan./jun. 2004.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária, (São Paulo.online)** n. 14, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794/59203>>. Acesso em: 22 maio 2015.

MOREIRA, Igor Antonio Gomes. As atividades agrárias. In:____. **O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil**. 23^a. ed. [S.l.]: Ática,1986. p.153-166.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; MARTINS, Silmara Ribeiro. A instalação da fronteira agrícola no sul do território de mato-grossense e as suas consequências na produção do espaço urbano de Campo Grande. **Revista de Geografia**, Campo Grande, Ano X, n. 20, p. 28-33, jul/dez. 2004.

OLIVEIRA, Benícia Couto de; JUSTINO, Valdeir. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia**. Campo Grande, n. 5, p. 10-14, Jan./jun.1997.

PEREIRA, Evelin Tatiane da Silva; NASCIMENTO, Elisângela Castedo Maria do. Mapeamento da língua terena na Aldeia Aldeinha município de Anastácio, MS. **Interações (Campo Grande)**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/213>>. Acesso em: 09 nov.2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Pesquisa Científica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.p. 42-118. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 22 out.2018.

RADAMBRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SF.21 Campo Grande. Mapas: geológico, geomorfológico, exploratório de solos, vegetação e capacidade de uso dos recursos naturais renováveis. Escala 1:1.000.000. v. 28, Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Tradução de Pour une géographie du pouvoir.

RESCIGNO, Jesus Eurico de Miranda. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1978-1992)**: a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Campo Grande: UFMS, 2010.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Produção Acadêmica**, Tocantins, v.2, n.1, jun. 2016. Disponível em:<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/issue/view/169>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SANT'ANNA NETO, João Lima. O caráter transacional do clima e a diversidade da paisagem natural na região de Aquidauana – MS. In: SEMANA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. DESENVOLVIMENTO E GEOGRAFIA, 2., 1993, Aquidauana. **Anais... (impresso)** [S.l.]. Divisão de Editora-DIED/ACS/RTRp.117-128.

SANTOS, Daiane Santana. **Assentamento Monjolinho**: indicadores para o entendimento da permanência de famílias assentadas. 2017. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Aquidauana.

SANTOS, Édla Gonçalves Lopes dos. **As relações de uso e ocupação com a aptidão agrícola das terras**: assentamento Monjolinho-Anastácio/MS. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Aquidauana.

SILVA, Jaime Ferreira da. **Modelo de análise de assentamento rural: uma contribuição para gestão ambiental**. 2011, 363 fls. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, José Graziano da et al. (Coord.). Antecedentes históricos. In: _____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. p.13-31.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo.

SILVA, Tânia Paula da; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. **Geografia(Londrina)**, Londrina, v. 11, n. 2, Jul/Dez, 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6723/6065>>. Acesso em 21 jan. 2019.

SOUZA, Cláudio Freire de. Surgimento e evolução da luta pela terra em Mato Grosso do Sul-Brasil. **Revista de Geografia**. Campo Grande n. 5, p. 43-47 Jan./jun.1997.

STRAZZACAPA, Cristina. Revolução da reforma agrária no Brasil. In: In: _____. **A luta pelas terras no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2006 (Coleção polêmica).

TAVEIRA, Carlos Cesar Guterres. **Geografia do desenvolvimento no Brasil**: problemas brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

VALÉRIO, Cláudio. **Breve História de Anastácio**. Anastácio (MS): Alvorada, 2002.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

APÊNDICE A

Formulário utilizado para realização das entrevistas para como os assentados

DADOS RELACIONADOS AO LOTE E FAMÍLIA DO ENTREVISTADO

Entrevistado Nº

- 1- Número do lote:
- 2- Hectares:
- 3- Idade do entrevistado
- 4- Naturalidade do entrevistado
- 5- Quantas pessoas residem no lote?
- 6- Dentre os moradores, possui filhos residindo?

DADOS RELACIONADOS À ORIGEM DE LUTA PELA TERRA PELO ENTREVISTADO E/OU FAMÍLIA

- 7- Em qual município/Estado residia (am) antes de ingressar na luta pela terra?

- 8- Pertenceu a qual movimento de luta pela terra?
 - () COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)
 - () Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (FETAGRI)
 - () Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
 - () Outro
- 9- Houve algum tipo de violência nos atos de ocupação em que participou/participaram?
 - () Sim () Não
- 10- Qual foi a importância da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no processo de luta pela terra/e ou na terra?

- 11- Consegue relatar a história de luta pela terra, vivenciada por sua família e/ou juntamente do movimento à qual pertencia (am)?
 - () Sim, consigo sem dificuldades
 - () Consigo, porém tenho que repensá-la um pouco
 - () Já se passaram tanto tempo que nem me recordo direito.
- 12- Quantos anos você e/ou sua família ficaram acampados? Nesse tempo de acampamento, recebiam alguma ajuda financeira ou de alimentação?

- 13- Como era a relação entre os acampados, no sentido de organização para requerer seus direitos? Como o poder público se portava diante das reivindicações?

DADOS RELACIONADOS ÀS QUESTÕES DO ASSENTADO E/OU FAMÍLIA NO LOTE

14- Assim que adentrou ao lote, recebeu algum auxílio financeiro?

Sim Não

Se recebeu, foi derivado de qual programa?

Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)

Fomento para a agricultura

15- Qual o tipo da moradia?

Alvenaria

Alvenaria e madeira

Apenas madeira

16- Qual a origem do(s) recurso(s) para a construção da moradia?

Recursos próprios

Auxílio Federal e recursos próprios

Auxílio Municipal

Auxílio Estadual

Outro

17- Recebeu de início algum tipo de assistência técnica? Se recebeu, como a mesma foi realizada?

Sim Não

18- Quando adentrou no lote, desenvolveu a “cultura do plantar roça”?

Sim Não

19- Qual atividade predomina atualmente na propriedade?

Agricultura destinada apenas à subsistência

Agricultura para fins de comercialização e também para subsistência

Pecuária leiteira e também destinada à comercialização

Pecuária para fins de comercialização

Outras _____

20- Como considera a qualidade do solo que possui em seu lote?

Muito boa Regular Péssima

Boa Ruim

*Acrescentar algo a mais que o entrevistado relatar.

21- Pelo que já conhece da capacidade do solo, qual/quais plantações daria para desenvolver para fins comerciais?

22- Qual a origem da água utilizada no lote para consumo familiar, dessedentação de animais, agricultura?

Poço tubular comunitário

Poço tubular individual

Poço próprio comum (balde ou bomba)

Rio, córrego, nascente ou fonte /mina.

23- Caso houvesse um projeto que disponibilizasse recursos e orientações técnicas, teria interesse em desenvolver algum tipo de plantação? Se “Sim” mencionar qual.

() Sim _____ () Não

24- Acredita na capacidade de produção do assentamento para atender o comércio (consumo urbano) local com feiras e encontros para divulgar e comercializar seus produtos?

() Sim, já realizo isso

() Não, já não tenho mais esperanças

() Sim, mas teria que ser algo muito bem organizado, com políticas públicas de apoio.

Observação: perguntar ao menos uma sugestão.

25- Participa de alguma organização associativa?

() Sim Mencionar o nome _____

() Não

26- Recebe algum tipo de assistência técnica? Se recebe, é oferecida por qual(is) organismos?

() SENAI

() AGRAER

() IAGRO

() Algum tipo de convênio

Outros que os entrevistados citarem _____

27- Mesmo tendo encontrado/encontrando várias dificuldades, por que ainda permanece na terra?

() Porque sempre foi um sonho adquirir “um pedaço de chão”

() Possui afetividade com a terra

() Sabe lidar, trabalhar a terra

() Não tenho outro lugar para morar

() Dá para sobreviver

() Outro

28- A renda mensal da família é proveniente de:

() Aposentadoria

() Aposentadoria e complementada com a comercialização de leite

() Atividade agropecuária e complementada com serviços externos ao lote

() Outro. Especificar _____

Observação: Se houver filhos residindo no lote, perguntar se a renda do mesmo é individual, ou conjunta com a dos pais.

29- Atualmente, possui “roça”?

() Sim () Não

30- O que cultiva na roça?

() Variedades (riscar o que não cultiva) (abóbora, banana, feijão, mandioca, maxixe, melancia, milho, quiabo).

() Planta-se apenas um tipo de produto por temporada.

() Outros

Observação: Caso o entrevistado não tenha um espaço considerado como roça, mas possui plantação no quintal de casa, também constar.

31- Qual a principal finalidade da “roça”?

- Apenas para consumo próprio
- Venda e consumo próprio
- Planta para consumo próprio, mas se caso colha uma quantidade além do esperado, realiza-se a comercialização.

Se a finalidade for a comercialização, mencionar como a mesma é realizada _____

QUESTÕES RELACIONADAS ÀS PERSPECTIVAS DOS ENTREVISTADOS QUANTO AO SEU LOTE E O PRÓPRIO ASSENTAMENTO

32- Qual/quais suas perspectivas em relação à propriedade?

- Pretendo continuar morando no lote por pelo menos nos próximos dez anos
- Pretendo comercializá-lo
- Pretendo arrendar para terceiros
- Pretendo morar no lote até quando houver condições de desenvolver minhas atividades
- Ainda não tenho ideia do que pretendo fazer.

33- Qual/quais perspectivas têm em relação ao assentamento, no sentido de dizer “o que pode virar essa área futuramente”?

34- Possui esperanças que o título de domínio da terra um dia seja entregue?

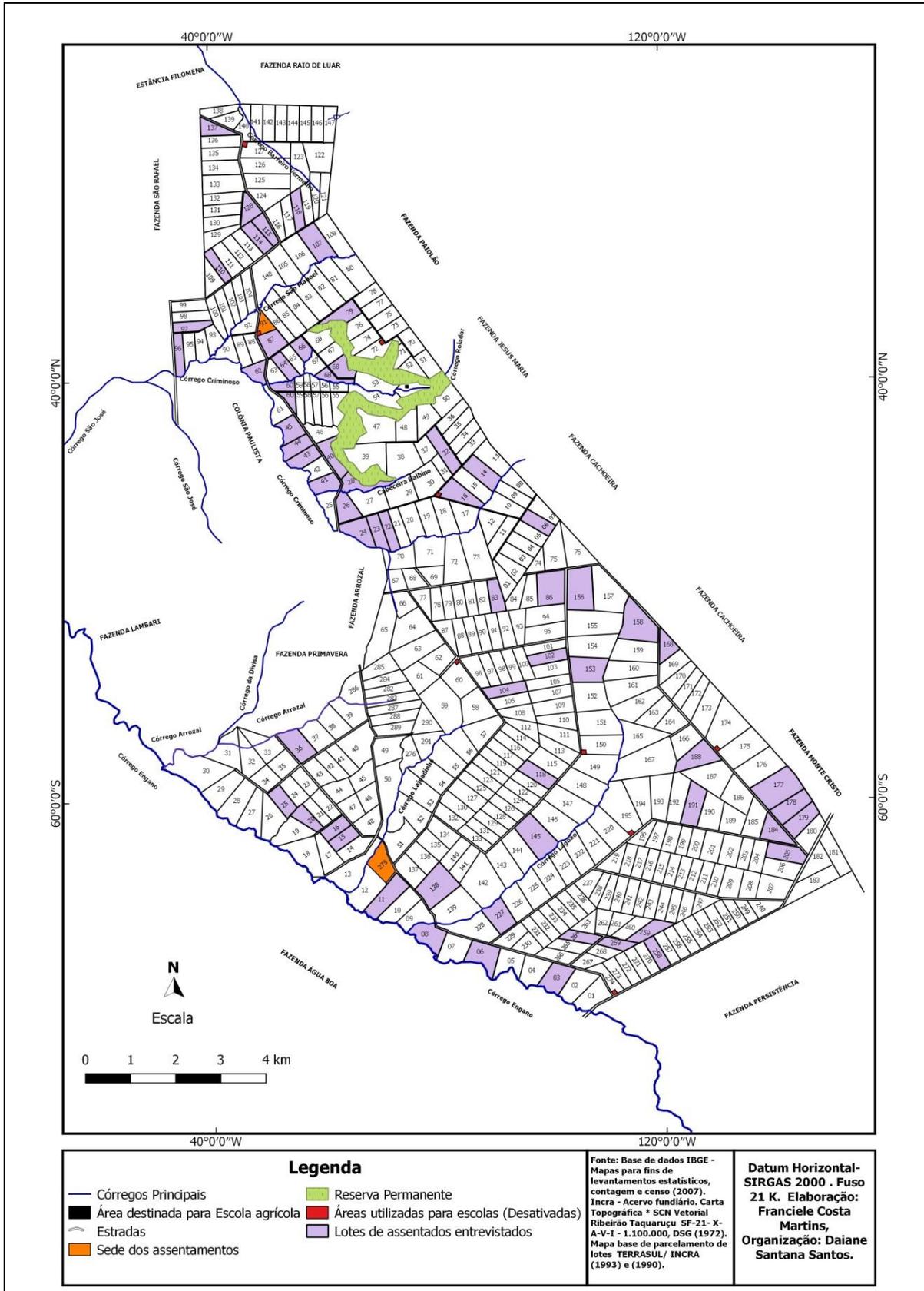
- Sim, ainda tenho esperança.
- Não, pois depois de tantos anos da gente aqui nessa terra e tantas vezes que a gente achava que ia sair e não saiu
- Esse documento é pago e acredito que nem todos conseguiriam pagá-lo.

35- Perguntar sobre a questão do acesso ao atendimento de saúde.

36- Realizar questionamentos quanto às questões de educação voltadas para o meio rural, enfatizando ao entrevistado que, caso houvesse uma educação específica para esse meio se a probabilidade dos filhos permanecerem no lote teriam sido maiores.

APÊNDICE B

Junção das áreas dos assentamentos pesquisados, com objetivo de demonstrar que, antes da ocorrência das desapropriações, estas áreas constituíam o território pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A.



Fonte: Elaborado por Franciele Costa Martins e organizado por Daiane Santana Santos.